



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

AROLDO JOSÉ BICHACO

**O SINDICALISMO DE CLASSE MÉDIA DOS
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO:
Um Estudo da Atuação da APP-Sindicato (2011-2018)**

Londrina
2020



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Londrina
2020

AROLDO JOSÉ BICHACO

**O SINDICALISMO DE CLASSE MÉDIA DOS
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO:**

Um Estudo da Atuação da APP-Sindicato (2011-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dra. Tania da Costa
Fernandes

Londrina
2020

AROLDO JOSÉ BICHACO

**O SINDICALISMO DE CLASSE MÉDIA DOS
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO:
Um Estudo da Atuação da APP-Sindicato (2011-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Tania da Costa
Fernandes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra Maria José Ferreira Ruiz
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 29 de outubro de 2020.

Ao meu filho João,

que com sua rápida passagem por essa existência foi inspiração, me ensinou o significado do amor incondicional e da necessidade de aceitar os mistérios da vida.

À minha enteada Olga,

um grande presente da vida e lição diária de coragem, obstinação, amor, carinho, criatividade e, acima de tudo, liberdade.

À minha filha Madalena,

que ainda nem chegou, mas já revolucionou o meu mundo, renovando minha fé e esperança na vida.

À minha companheira Janaina,

cuja vida tem pulsado intensamente junto à minha desde que nos conhecemos, pela parceria intelectual, no amor e na vida e por me inspirar com sua coragem e olhar gentil para com o mundo e as pessoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas oportunidades abertas nos últimos anos, a partir do início dessa pesquisa. Foi um período de grandes mudanças, abertura de novas perspectivas e no qual encontrei uma grande companheira de pesquisa e uma parceira para a vida.

Aos meus filhos Olga (a filha que ganhei já com 5 anos de idade), João e Madalena, por aquecerem meu coração, alimentando minha fé na vida e me encorajando a ser sempre uma pessoa melhor.

À minha companheira Janaina, presença constante ao meu lado desde o início dessa jornada cheia de conquistas e descobertas, tornando cada momento único.

Aos meus pais, Maria de Lourdes e Osvaldo, meu irmão, Thiago, e cunhada, Elaine, que me acolheram com muito amor e compreensão em um importante momento de transição de minha vida, garantindo o suporte necessário para eu desenvolvesse esse trabalho em sua parte inicial.

À minha orientadora, professora Tania da Costa Fernandes, que acolheu minha proposta de pesquisa, foi paciente e estabeleceu comigo uma parceria eficiente, sempre trazendo importantes contribuições que foram essenciais para a definição dos rumos dessa pesquisa, sem nunca tolher minha liberdade. Obrigado por partilhar seu conhecimento e amizade.

Ao professor Eliel Ribeiro Machado, por aceitar prontamente compor essa banca e contribuir com análises e indicações que, desde a qualificação, foram fundamentais para o enriquecimento desse trabalho.

À professora Maria José Ferreira Ruiz, que acompanhou essa pesquisa desde o início, com valiosas sugestões e uma leitura sempre atenta que permitiram o seu desenvolvimento com maior refinamento e qualidade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEL, com destaque para aqueles que ministraram disciplinas durante o meu processo de formação nesta universidade.

[...] os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. [...]

Karl Marx - O 18 de Brumário de Luís Bonaparte

BICHACO, Aroldo José. **O sindicalismo de classe média dos profissionais de educação**: um estudo da atuação da APP-Sindicato (2011-2018). 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

Diante de uma evidente política de desmonte da educação pública brasileira em todos os níveis, no âmbito do avanço das políticas neoliberais, se faz necessário refletirmos sobre a capacidade de resistência e organização dos profissionais da educação. Nessa pesquisa nos colocamos as seguintes problemáticas: de que maneira a APP-Sindicato desenvolveu suas atividades na representação e mobilização dos docentes e demais trabalhadores da educação básica paranaense entre 2011 e 2018? É possível dizer que, pelo menos até 2016, ela atuou como aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista que serviu como base de apoio às gestões petistas? Também levantamos perguntas sobre como esse sindicato passou a se organizar, definir suas estratégias, pautas e métodos de ação depois que essa frente neodesenvolvimentista deixou de existir e passou a ser imposto um ultraliberalismo, no período que sucedeu o processo golpista que destituiu Dilma Rousseff da presidência. Sendo assim, estabelecemos como objetivo compreender e problematizar os fundamentos ideológicos que ampararam as ações, organização e as orientações da APP-Sindicato entre 2011 e 2018, considerando os limites e potencialidades de seu sindicalismo de classe média, na busca de possíveis evidências de sua atuação como aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista formada durante os governos do PT. Além disso, investigamos os efeitos que tiveram sobre a sua atuação o contexto de ultraliberalismo delineado após a deposição de Dilma Rousseff, em 2016. Esse estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo, tomando como referencial teórico o materialismo histórico-dialético. No desenvolvimento da pesquisa abordamos a crise do capital nos anos 1970, o início das políticas neoliberais e o modelo de neoliberalismo implantado no Brasil, a partir dos anos 1990. Em seguida, analisamos a forma como esse ideário neoliberal influenciou as políticas educacionais brasileiras. Na sequência, examinamos o movimento sindical brasileiro e, especificamente, o sindicalismo docente. A seguir, investigamos as pautas que mobilizaram a APP-Sindicato, suas estratégias e métodos de ação, a organização de sua gestão, o perfil de seus filiados, suas conquistas, recuos e derrotas, tendo em vista identificar suas potencialidades e limites. Como resultado da pesquisa, constatamos que a APP-Sindicato, um sindicato filiado à CUT e à CNTE, foi uma aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista que se converteu na base social e permitiu os êxitos políticos e eleitorais dos governos do PT. Também verificamos no sindicalismo de classe média da instituição várias de suas pautas reivindicativas permeadas pela ideologia meritocrática. Entre 2015 e 2018, as mobilizações e greves organizadas por este sindicato foram, em geral, de caráter defensivo, com a finalidade de garantir a manutenção de direitos e benefícios e, na maioria das vezes, sem sucesso. Além disso, houve um recuo por parte do governo do estado do Paraná em vários direitos que haviam sido conquistados no período anterior. Esta pesquisa é resultante de estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa CNPQ, Políticas Públicas, Currículo, Gestão e Sociedade; no Programa de Estudos

Complementares em Currículo e Gestão da Educação – PROEGE; e na linha 1, núcleo de políticas educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEL.

Palavras-chave: Sindicalismo docente. APP-Sindicato. Sindicalismo de Classe Média. Neodesenvolvimentismo. Frente Neodesenvolvimentista.

BICHACO, Aroldo José. **The middle-class syndicalism of education professionals: a performance study of APP-Sindicato (2011-2018)**. 2020. 127pp. Dissertation (Master's degree in Education) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

Before an evident Brazilian public education dismantling policy at all levels, in the neoliberal policies advancement context, it is necessary to reflect on the education professionals resilience and organization capacity. In this research we exposed the following problems: how did APP-Sindicato develop its activities in the teachers representation and mobilization and other basic education workers in Paraná between 2011 and 2018? Is it possible to say that, at least until 2016, it acted as an ideological confederate of the neo-developmental movement that served as a support base for PT's administrations? We also raised questions about how this syndicate started to organize itself, define its strategies, guidelines and action methods after this neo-developmental movement ceased to exist and an ultraliberalism began to be imposed, in the period that followed the coup process that removed Dilma Rousseff from the presidency. Therefore, we set ourselves the understanding objective and problematizing the ideological foundations that supported the actions, organization and APP-Sindicato orientations between 2011 and 2018, considering the middle class syndicalism limits and potential, in the search for possible evidence of its performance as an ideological confederate of the neo-developmental movement formed during the PT governments. Moreover, we investigated the effects that the ultraliberalism context after Dilma Rousseff's deposition in 2016 had on her performance. This study was conducted through a qualitative bibliographic and documentary research, taking historical-dialectic materialism as a theoretical reference. In the development research's development, we addressed the capital crisis in the 1970s, the neoliberal policies genesis and the neoliberalism model implanted in Brazil, starting in the 1990s. Then we analyzed the way in which this neoliberal ideology influenced Brazilian educational policies, we examine the Brazilian syndicate movement and, specifically, the teaching syndicalism. Next, we investigate the guidelines that mobilized the APP-Sindicato, its actions strategies and methods, the organization of its management, the members profiles, its achievements, setbacks and defeats, in order to identify its potentials and limits. As a result of the research, we found that APP-Sindicato, a syndicate affiliated to CUT and CNTE, was an ideological confederate of the neo-developmental movement that became the social base and allowed the political and electoral successes of PT governments. We have also seen in the institution's middle class syndicalism several of its demanding agendas permeated by meritocratic ideology. Between 2015 and 2018, the mobilizations and strikes organized by this union syndicate, in general, of a defensive character, with the purpose of guaranteeing the rights and benefits maintenance and, in most cases, without success. Moreover, there was a setback by the state of Paraná's government in several rights that had been won in the previous period. This research is the result of studies developed in the CNPQ Research Group, Public Policies, Curriculum, Management and Society; in the Complementary Studies Program in Curriculum and Management of Education - PROEGE; and line 1, the core of educational policies, of the Graduate Program in Education at UEL.

Key-words: Teaching Syndicalism. APP-Sindicato. Middle Class Syndicalism. Neo-developmentism. Neo-developmental Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APLP	Associação dos Professores Licenciados do Paraná
APMP	Associação do Pessoal do Magistério do Paraná
APP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Central Autônoma dos Trabalhadores
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CF	Constituição Federal
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Confederação das Leis do Trabalho
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONLUTAS	Confederação Nacional de Lutas
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEM	Democratas

DETRAN/PR	Departamento de Trânsito do Paraná
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FITE	Federação Interestadual dos Trabalhadores em Educação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fórum Nacional de Educação
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
FS	Força Sindical
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério
ICMS	Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Educação Superior
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOMSP	Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PEE	Plano Estadual de Educação
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PLADEPE	Plano de Desenvolvimento de Pessoal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Parceria Público - Privada
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAEP	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná
SAS	Sistema de Atendimento à Saúde
SDS	Social Democracia Sindical
SEED	Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná
SEPE/RJ	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINTE/PR	Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná

UEL Universidade Estadual de Londrina
UGT União Geral dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	BALANÇO DA PRODUÇÃO.....	29
2	O ESTADO NEOLIBERAL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O SETOR EDUCACIONAL	32
2.1	NEOLIBERALISMO: DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS AO MODELO IMPLANTADO NO BRASIL.....	32
2.2	AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA REFORMA DO ESTADO NOS ANOS 1990 AO NEODESENVOLVIMENTISMO DAS GESTÕES PETISTAS.....	42
2.3	AS REFORMAS NEOLIBERAIS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	49
3	A LUTA COLETIVA FRENTE A UM MAR DE AUSTERIDADE: QUANDO OS SINDICATOS ENTRAM EM CENA	55
3.1	O INÍCIO E A TRAJETÓRIA DO SINDICATO NO BRASIL: UM SINDICALISMO ATRELADO AO ESTADO.....	55
3.2	O PERÍODO FINAL DA DITADURA MILITAR, A REDEMOCRATIZAÇÃO E O NOVO SINDICALISMO	60
3.3	A REORIENTAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO A PARTIR DOS ANOS 1990.....	64
3.4	O SINDICALISMO BRASILEIRO NO CONTEXTO DAS GESTÕES PETISTAS: FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA, AMPLIAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES E CONQUISTAS E LIMITES À ATUAÇÃO DOS SINDICATOS.....	68
3.5	O SINDICALISMO DOCENTE.....	76
3.6	PERSPECTIVAS PARA O MOVIMENTO SINDICAL APÓS A DEPOSIÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF E A APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA ...	83
4	A ATUAÇÃO DA APP-SINDICATO ENTRE DOIS MUNDOS: DO NEODESENVOLVIMENTISMO DAS GESTÕES PETISTAS AO ULTRALIBERALISMO DO PÓS-GOLPE	86
4.1	CARACTERÍSTICAS DA APP-SINDICATO, SUA ORIGEM E UM BREVE HISTÓRICO DE SUA ATUAÇÃO.....	86
4.1.1	Cacterização da Entidade	86
4.1.2	Da Associação dos Professores do Paraná à APP-Sindicato: Um Breve	

	Histórico de Sua Atuação	90
4.2	A ATUAÇÃO DA APP-SINDICATO ENTRE 2011 E 2018	93
4.2.1	A Agenda de Reivindicações.....	94
4.2.2	A APP-Sindicato e o Sindicalismo de Classe Média.....	99
4.2.3	A APP-Sindicato e a Frente Neodesenvolvimentista.....	102
4.2.4	Estratégias de Ação, Conquistas e Derrotas.....	104
3	CONCLUSÃO.....	112
	REFERÊNCIAS.....	119

1 INTRODUÇÃO

Diante do cenário de crise internacional iniciado nos anos 1970, vimos uma mudança nos rumos do capitalismo, com a implantação das políticas neoliberais¹. Nesse contexto, em países como Estados Unidos e Inglaterra, além de muitos outros que foram aderindo ao ideário neoliberal, passou a ocorrer o desmonte das políticas de promoção do bem-estar social (*Welfare State*), com a privatização das atividades estatais (desestatização de empresas públicas, transferência de serviços públicos como saneamento, energia elétrica, saúde, educação, previdência, entre outros, ao setor privado), a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado sobre a economia, a flexibilização das relações de trabalho e abertura das economias nacionais ao capital internacional. Sindicatos fortes e atuantes também passaram a ser vistos como entraves a serem superados, já que suas exigências no sentido da manutenção dos ganhos salariais dos trabalhadores e de suas condições de trabalho comprometeriam as margens de lucros das empresas nessa conjuntura desfavorável de crise.

Por essa época, nos anos 1980 e início dos anos 1990, o Brasil vivia o contexto da redemocratização. Estávamos saindo de um período de mais de 20 anos de ditadura militar e amargávamos uma grave crise econômica, com altos níveis de desemprego, inflação e uma dívida externa que não parava de crescer. Para conter os efeitos dessa crise, o Brasil, seguindo a lógica de inúmeros outros países de capitalismo dependente, teve que recorrer a empréstimos de agências financeiras multilaterais, tais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como contrapartida a esses empréstimos, o país teve que aderir, o que foi apoiado pelos governos do período, às contrarreformas estruturais de características neoliberais, tais como as expostas no parágrafo anterior. Houve uma ampla reforma do Estado brasileiro, com a privatização de empresas públicas, quebra de monopólios como o da Petrobrás sobre o petróleo, flexibilização das leis trabalhistas, redução dos gastos públicos e abertura da economia nacional aos investimentos internacionais.

Os direitos sociais, adquiridos ao longo de décadas de mobilizações, foram tratados como entraves ao desenvolvimento e privilégios que não deveriam ser preservados. Foi nesse quadro que se deu a redefinição da política educacional

¹ Trataremos, com mais detalhes e aprofundamento desta discussão (políticas e ideário neoliberal) no capítulo 2, sobretudo no item 2.1.

brasileira, em consonância com os princípios neoliberais, que tratam a educação como elemento essencial para a sua concretização. Nossa política educacional passou por profundas mudanças, fortemente influenciadas pelas políticas das agências multilaterais de financiamento, com destaque para o Banco Mundial. As propostas de reformas na educação defendidas pelo Banco Mundial eram justificadas com o discurso de que elas viabilizariam o desenvolvimento do país e a redução da desigualdade social. Os investimentos deveriam ser centralizados na educação básica, como uma forma de otimizar a rentabilidade econômica e diminuir a pobreza. Em conformidade com tais políticas e os interesses por elas deflagrados, não se falava em ampliação dos recursos destinados ou na melhoria das condições de trabalho e salário dos profissionais envolvidos com a educação. A qualidade na educação seria alcançada mesmo com a redução das despesas dos governos com o ensino público, com a descentralização das ações e do financiamento e parcerias com o setor privado. (MARONEZE e LARA, 2009).

Nas primeiras décadas dos anos 2000, já no contexto das gestões do Partido dos Trabalhadores (PT)² na presidência da República, apesar de observarmos algumas mudanças importantes, como a política de ampliação do salário mínimo, programas de distribuição de renda, estímulo à agricultura familiar, criação de universidades federais e institutos federais de educação, aprovação de um piso salarial nacional para os docentes, entre outras, podemos dizer que as políticas neoliberais dos anos 1990, sob a orientação de organismos internacionais como BM e FMI, continuaram. Isso fica evidente quando, no âmbito educacional, verificamos a ampliação das parcerias público-privadas, uma forte tendência à privatização e uma acentuada precarização do trabalho docente.

Com relação ao *movimento sindical*³ brasileiro, a partir dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, ao contrário do que ocorria mundo afora, este foi bastante

² Os termos “governos ou gestões do PT” ou “governos ou gestões petistas” e expressões de significado semelhantes não correspondem ao que realmente foram os 12 anos em que Lula e Dilma estiveram à frente da presidência da República, tendo em vista que seus governos foram organizados com a participação de uma ampla coalizão partidária, dentro da qual estavam inclusos partidos de direita, de centro e de esquerda, e as decisões sobre os rumos a serem tomados dependeram pouco dos direcionamentos dados exclusivamente pelo PT. Ainda assim, os usaremos para nos referir, de forma abreviada, ao intervalo de tempo em que Lula e Dilma governaram o Brasil. Nos baseamos, nesse sentido, nas considerações de Andréia Galvão e Paula Marcelino (2018).

³ Abordaremos no capítulo 3, mais especificamente, essa temática, detalhando o contexto geral do sindicalismo brasileiro, o novo sindicalismo, a ofensiva neoliberal e seus efeitos sobre o movimento sindical, o sindicalismo nas gestões do PT, o sindicalismo docente e o sindicalismo no período posterior ao golpe parlamentar que retirou Dilma Rousseff da presidência da República.

combativo, criativo, ampliou a sua estatura e margem de ação na tensa e borbulhante conjuntura do fim da ditadura militar brasileira (1964-1985) e início do processo de redemocratização. O sindicalismo desse período ficou conhecido como *novo sindicalismo*, pois procurava romper com a estrutura sindical tradicional que remontava à Era Vargas. Nesse contexto foram criadas, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A ofensiva neoliberal, iniciada no Brasil a partir dos anos 1990, debilitou os sindicatos e reduziu sua margem de ação, num contexto de acentuada crise econômica e desemprego. Um sindicalismo mais propositivo se tornou comum, com pautas reivindicativas menos ambiciosas, visando a manutenção de direitos e o crescimento econômico do país, numa clara postura defensiva.

Durante as gestões do PT na presidência da República, a conjuntura política, econômica e social mudou. O presidente Lula iniciou sua vida política como sindicalista e líder sindical, participou do ciclo de greves iniciado no final dos anos 1970 e tem identificação política e ideológica com o movimento sindical. Do ponto de vista econômico, o neodesenvolvimentismo⁴ das gestões petistas promoveu a melhoria dos índices do mercado de trabalho, com a ampliação dos empregos formais. Nesse contexto, a cúpula do movimento sindical, representado pela maioria das centrais sindicais do país, se aproximou do governo, ao mesmo tempo em que a base do movimento sindical voltou a se mobilizar intensamente em inúmeros movimentos grevistas, conquistando a maioria de suas reivindicações.

Para delinear com maior clareza nossa problemática de estudo, apresentaremos a seguir, de acordo com Boito Júnior e Saad-Filho (2017), a forma como estava organizada a administração do Estado brasileiro, ou para ser mais preciso, como esteve organizado o *bloco no poder*⁵ nos governos das coalisões lideradas pelo PT. De acordo com os autores, o bloco no poder no Brasil é formado

⁴ Apresentaremos uma definição detalhada sobre as características do neodesenvolvimentismo no capítulo 2.

⁵ O Estado capitalista se presta à manutenção das relações de produção capitalistas, no entanto, de acordo com Poulantzas (1977), o controle desse Estado não está nas mãos de uma classe burguesa única e homogênea. A condução das decisões no interior das instituições desse Estado está nas mãos do bloco no poder, que se divide em diversas frações burguesas (capital financeiro, capital comercial, capital industrial etc.). No entanto, não há uma divisão igualitária do poder, a “unidade contraditória” existente entre essas frações tem sempre a condução hegemônica de uma delas, que converte os seus objetivos econômicos em objetivos políticos, dependendo do contexto social e histórico, sempre no sentido da defesa das principais intenções do bloco no poder que é manter a “exploração econômica” e a “dominação política”.

por várias frações opostas e em disputa pela hegemonia política. À sua frente temos o grande capital, que tem seus interesses beneficiados pela política externa e a política econômica brasileira desde a época da ditadura militar. O grande capital se fragmenta em dois subgrupos: a grande burguesia interna, que no contexto do capitalismo dependente brasileiro quer a melhora de suas condições, ao passo que tanto colabora quanto cultiva rivalidades com o capital internacional; e a fração associada, integrada ou internacionalizada que compartilha interesses coincidentes com os do capital financeiro e produtivo internacional. Durante os governos do PT, a rivalidade entre essas frações do grande capital foi a mais importante disputa no centro do bloco no poder.

Conforme os mesmos autores, se nos anos 1990 a burguesia associada foi hegemônica no bloco no poder, nos governos petistas foi a grande burguesia interna que assumiu essa posição. Ela é composta por grandes empresas controladas pelo capital nacional e que abarcam diversos setores, tais como construção naval, grandes construtoras, agronegócio, indústria de transformação e bancos nacionais. Os governos do PT mantiveram a essência da política econômica neoliberal e o tripé macroeconômico implantado no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso foi mantido: câmbio flutuante e depreciado, juros altos e superávit primário para o pagamento dos juros da dívida pública. No entanto, os governos petistas também retomaram várias características do velho desenvolvimentismo brasileiro que favoreceram a grande burguesia interna, tais como a ampliação de crédito subsidiado para investimentos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o fortalecimento das empresas estatais que não tinham sido privatizadas, com destaque para a Petrobrás, com o estabelecimento de regras que passaram a obrigar essas empresas a comprar a maioria de seus equipamentos e insumos de uso diário de fornecedores nacionais, beneficiando a indústria local.

Junto à grande burguesia interna, formou-se uma frente neodesenvolvimentista que apoiou politicamente e garantiu os sucessos eleitorais das gestões petistas até 2016. Compunham essa frente a baixa classe média, a maior parte do sindicalismo nacional, setores do movimento camponês e boa parte dos trabalhadores da massa marginal. A todos esses grupos, as gestões petistas ofereceram algum tipo de política focal que, de fato, trouxe alguma espécie de alívio nas suas condições de vida e trabalho: ampliação das vagas no ensino superior e no

ensino técnico, implantação de cotas raciais e sociais em universidades e concursos para o ingresso no setor público, aumento real do salário mínimo, moradias populares, incentivo à agricultura familiar, políticas de transferência de renda (Bolsa Família, por exemplo), etc.

Com relação à tese de Boito Júnior e Saad-Filho (2017) sobre a fração burguesa hegemônica no Bloco no poder, temos apenas uma ressalva. Acreditamos que, embora a grande burguesia interna tenha melhorado sua posição no interior do bloco no poder, sendo bastante favorecida pelo neodesenvolvimentismo dos governos do PT, ela não se tornou hegemônica. A posição de hegemonia no bloco no poder continuou com a fração financeira, ou seja, o capital financeiro internacional, o que pode ser confirmado pela manutenção das políticas neoliberais dos governos de Fernando Henrique Cardoso.

Levando em consideração que o nosso objeto de análise, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), é um movimento social⁶, serão apresentadas a seguir as ideias desenvolvidas por Andreia Galvão (2011), que aponta alguns aspectos sobre como podemos realizar uma análise marxista dos movimentos sociais, e que conduziram o nosso olhar em nossas investigações. Para essa autora, mesmo considerando a multiplicidade dos movimentos existentes atualmente (lutas por questões raciais, de gênero, ambientais etc.), não só é possível como necessário refletir sobre o surgimento desses movimentos e sua relação com a posição de classe dos grupos que os integram. Outro fator destacado é o de que esses movimentos não são inevitavelmente formados por apenas uma única classe social, podendo comportar várias classes, dentre elas as classes médias e os camponeses. A autora destaca ainda como importante para a compreensão dos movimentos sociais a consideração da oposição capital/trabalho, ou seja, a exploração capitalista que perpassa a vida da maioria das pessoas na sociedade atual.

Para esse objetivo, os conceitos de classe social e de luta de classes utilizados pela autora visam evitar uma perspectiva economicista, tendo em vista que essa postura torna nula a política ao associar mecanicamente comportamento político com uma situação concreta de classe. Tomando como referência Poulantzas, a autora

⁶ Tanto Andreia Galvão (2011) quanto Eliel Machado (2018) enquadram o movimento sindical como um movimento social e argumentam para a necessidade de evidenciar, na análise de qualquer movimento social a posição de classe de seus participantes.

trabalha com um conceito de classe que é definida ao mesmo tempo no nível econômico, político e ideológico, ou seja, as classes sociais não são determinadas apenas pela posição dos agentes sociais no processo de produção (nível econômico). As classes sociais se constituem em oposição a outras, no âmbito da luta de classes. Sendo assim,

O conceito de classe, concebido a partir dessas balizas, permite-nos sustentar a possibilidade estrutural da ação coletiva: a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes. Desse modo, é possível destacar a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalistas. (GALVÃO, 2011, p. 110)

Dessa forma, a autora deixa claro o fato de os movimentos sociais não apenas exprimirem a contradição de classes, como também contribuirão para a formação das classes sociais, tendo em vista que elas não existem a priori, mas são constituídas na luta.

Galvão (2011) destaca, no entanto, que as lutas sociais não refletem apenas uma simples oposição entre capital e trabalho. Ao invés da limitada antagonização entre burguesia e proletariado, ela nos traz um conjunto bem mais complexo, envolvendo diversas classes sociais: operários, pequena burguesia, camponeses e classes médias. A autora usa o termo no plural porque as classes médias comportam grupos que se diferenciam de acordo com o trabalho que realizam e como sua força de trabalho é vendida e, quando se trata de produtor familiar, que espécie de relação ele estabelece com a pequena propriedade. Outro fator destacado pela autora é que as classes médias não são definidas apenas exclusivamente de acordo com a base material, mas também de acordo com a ideologia. Nesse sentido, ela evidencia a “consciência meritocrática” que usa a noção de capacidade individual e competência para explicar disparidades econômicas e sociais. Para ela, não faz sentido a ideia de que a totalidade dos trabalhadores fazem parte do proletariado e da classe trabalhadora e nem de que o proletariado seja inerentemente revolucionário. Desconsiderar essa multiplicidade de classes dificulta o entendimento das variadas pautas defendidas pelos movimentos sociais e os desafios para se alcançar algum tipo de unidade entre eles.

Para uma melhor compreensão do posicionamento de classe, portanto, é preciso analisar tanto as condições materiais como a conjuntura política, a influência da ideologia dominante, os relacionamentos entre as classes, de forma a

não se associar de maneira automática posição política e base social. Uma circunstância concreta de classe não acarreta necessariamente ações coletivas em busca de mudanças, daí a importância mediadora dos partidos e movimentos sociais (dentre os quais se encontra o *movimento sindical*), no desenvolvimento da consciência de classe. Além disso, os dominados podem se envolver não só em movimentos progressistas e revolucionários como em movimentos conservadores e até mesmo reacionários. (GALVÃO, 2011).

Também tomamos como referencial teórico em nossa pesquisa as ideias desenvolvidas por Boito Júnior (2004), Cavalcante (2012) e Saes (2007). Esses autores partem da premissa da existência das classes médias (trabalhadores não-manuais) que, no contexto das lutas de classes, possuem posicionamentos políticos e ideológicos diversos do proletariado (trabalhadores manuais) e da burguesia. Os professores e funcionários de escolas públicas, como integrantes do quadro de funcionários da burocracia estatal, fazem parte da classe média e compartilham da ideologia meritocrática comum a ela, de acordo com a qual busca-se valorizar mais os trabalhadores não-manuais, em detrimento dos trabalhadores manuais, o que seria justificável devido aos supostos maiores esforços pessoais dos primeiros (formação universitária, concursos públicos etc.).

De acordo com Boito Júnior (2004), há uma especificidade no sindicalismo desenvolvido por trabalhadores de classe média, o que inclui o sindicalismo de professores. O engajamento do trabalhador de classe média no movimento sindical se faz permeado pela ideologia meritocrática e os interesses da classe média, o que o faz buscar melhorias nas condições de trabalho e salário para a sua profissão, em comparação com outras profissões. A busca de compensação para os esforços pessoais é transferida para os méritos da profissão. Dessa forma, o sindicalismo de classe média apresenta diferenças em suas reivindicações, métodos de ação, organização e em suas concepções.

A partir do início do século XXI, houve a intensificação e o fortalecimento no mundo todo do movimento sindical de classe média, composto por trabalhadores não-manuais, dentre os quais podem ser incluídos os sindicatos de professores e funcionários de escolas públicas. (BOITO JÚNIOR, 2004).

A APP-Sindicato, que representa professores e funcionários de escolas da rede pública de educação básica do estado do Paraná, sendo um sindicato de baixa classe média, também tem sua atuação limitada pela ideologia meritocrática,

a qual define os seus objetivos, reivindicações e modo de ação, tomando como referência os méritos da educação e dos profissionais a ela relacionados, com suas respectivas qualificações, para pleitear melhores salários e condições de trabalho menos duras, perante o Estado, seu empregador, e a sociedade.

Diante desse contexto e perspectivas, entendemos o professor enquanto um trabalhador sujeito à precarização de suas condições de trabalho, à desvalorização, ao aumento da carga de trabalho, entre outros fatores. E uma das formas de os professores resistirem é por meio do movimento sindical, que apesar de apresentar certas limitações, como o distanciamento entre seus dirigentes e trabalhadores, continua tendo relevância.

Ferraz e Gouveia (2013) e Melo, Souza e Augusto (2013) destacam em suas pesquisas a relevância que continua tendo o movimento sindical docente, como uma das formas de resistência dos professores diante do avanço da precarização de suas condições de trabalho que acompanha a ampliação da aplicação das pautas neoliberais na educação.

Tendo em vista todas as características da conjuntura apresentada até aqui, acreditamos estar justificada a relevância de refletirmos sobre a capacidade de resistência e organização dos profissionais da educação, diante de uma evidente política de desmonte da educação pública brasileira em todos os níveis. No caso específico da APP-Sindicato, considerar suas demandas, pautas e formas de agir e mobilizar a sua base, à luz do sindicalismo de classe média e das suas relações com a CUT, CNTE e a gestões petistas que administraram o país em parte do período do recorte temporal considerado nessa pesquisa, que vai de 2011 a 2018, nos permitem captar certas nuances nas ações desse sindicato que deixam claras não apenas suas potencialidades, como seus limites. Acreditamos, dessa forma, poder contribuir para o estabelecimento de estratégias mais efetivas de mobilização dos professores e funcionários de escolas, levando em consideração sua situação de classe e posicionamento político e ideológico.

A escolha desse recorte temporal, 2011 a 2018, está relacionada ao fato de se tratar de um período que nos permitiu relacionar a atuação da APP-Sindicato ao período correspondente ao governo de Carlos Alberto Richa, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), à frente do estado do Paraná, à fase final dos governos do PT e ao período posterior à saída de Dilma Rousseff da presidência da República. O governo Richa não estava alinhado ao neodesenvolvimentismo dos

governos do PT e travou grandes embates com os trabalhadores em educação da rede estadual de ensino representados pela APP-Sindicato. As medidas mais duras de seu governo foram implantadas em seu segundo mandato, quando houve uma reforma da previdência e a tentativa de alterar profundamente o plano de cargos e salários dos professores das escolas públicas do Estado. No âmbito do governo federal, esse recorte temporal nos permite vislumbrar e comparar dois momentos distintos para o desenvolvimento do movimento sindical, o primeiro no governo de Dilma Rousseff, quando ainda existia a frente neodesenvolvimentista a que nos referimos anteriormente, e o segundo com Temer na presidência, a frente neodesenvolvimentista desfeita e a implantação de políticas econômicas e sociais ultraliberais.

Nossa hipótese é de que a APP-Sindicato, entre 2011 e 2016, parte de nosso recorte temporal que vai até 2018, se posicionou como aliada ideológica, sendo um sindicato filiado à CNTE e à CUT, da frente neodesenvolvimentista que apoiou e deu suporte às gestões do Partido dos Trabalhadores na presidência da República. Esse alinhamento, se por um lado alcançou seu objetivo de não atacar em demasia um governo aberto a ouvir as demandas do movimento sindical, embora sem necessariamente atendê-las por completo, por outro, limitou a sua atuação devido aos interesses dos grupos empresariais que também compunham essa frente. A partir do início do segundo mandato de Dilma Rousseff, o que se intensificou com a sua deposição da presidência da República, um neoliberalismo mais agressivo se impôs, a crise econômica foi agravada, a frente neodesenvolvimentista foi desmantelada e as ações do movimento sindical como um todo, incluindo a APP-Sindicato, foram drasticamente afetadas, com greves e mobilizações mais defensivas, buscando a manutenção de direitos e benefícios, e com pouco sucesso em seus intuitos.

Foi partindo do cenário e compreensão acima delineados que estabelecemos a seguinte problemática de pesquisa: de que forma se deu a atuação da APP-Sindicato, entre 2011 e 2018, na representação e mobilização dos docentes e demais trabalhadores da educação básica paranaense e, pelo menos até 2016, como aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista que serviu como base de apoio às gestões petistas? Além disso, como esse sindicato passou a se organizar, definir suas estratégias, pautas e métodos de ação depois que essa frente neodesenvolvimentista foi desfeita, após a deposição de Dilma Rousseff, em 2016, e passou a ser imposto um ultraliberalismo?

Diante dessas inquietações, estabelecemos como objetivo geral compreender e problematizar os fundamentos ideológicos que ampararam as ações, organização e as orientações da APP-Sindicato entre 2011 e 2018, considerando os limites e potencialidades de seu sindicalismo de classe média, visando determinar em que medida atuou como aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista formada durante os governos do PT. Também investigamos os efeitos que tiveram sobre a sua atuação o contexto de ultraliberalismo delineado após a deposição de Dilma Rousseff, em 2016.

Tendo em vista a elucidação desse objetivo geral, nossa investigação foi subdividida nos seguintes objetivos específicos: analisar a conjuntura do aprofundamento da crise do capital, a partir dos anos 1970, o desenvolvimento do neoliberalismo e sua influência sobre o setor educacional, a partir dos anos 1990; definir a origem e a trajetória histórica do sindicato no Brasil e o contexto de criação e desenvolvimento dos sindicatos de professores; explorar o cenário de fundação da APP-Sindicato, seu histórico de lutas, conquistas e derrotas, especialmente entre 2011 e 2018, perfil de sindicalismo, modelo e práticas de gestão, e a quantidade e o perfil de seus membros afiliados; pesquisar as medidas de caráter neoliberal propostas para a educação básica e as que foram implementadas pelo estado do Paraná entre 2011 e 2018; investigar os limites e potencialidades da APP-Sindicato como um sindicato de classe média; averiguar o quanto as ações da APP-Sindicato nos permitem associá-la como aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista que se constituiu no pilar de sustentação dos governos do PT, permitindo-nos entender de que forma esse direcionamento e alinhamento influenciou suas ações, potencializando-as ou comprometendo suas possibilidades de sucesso; e investigar como esse sindicato passou a se organizar, definir suas estratégias, pautas e métodos de ação depois que essa frente neodesenvolvimentista foi desfeita, após a deposição de Dilma Rousseff, em 2016.

Consideramos, dentro da perspectiva do materialismo histórico-dialético, o que nos traz como referenciais teóricos Netto (2011), Kofler (2010) e Konder (2008) para o direcionamento metodológico dessa pesquisa, a análise e a interpretação dos dados que coletamos. Na perspectiva explicitada por esses autores, analisamos o nosso objeto de estudo, ou seja, a atuação/gestão da APP-Sindicato, não apenas em sua especificidade, buscando explicitar a forma como ela se deu e os resultados positivos ou negativos a que chegaram, mas também buscamos entender

como essa atuação se relacionou com os demais aspectos da realidade paranaense e brasileira (aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais etc.). Por fim, também buscamos entender a forma como a atuação da APP-Sindicato, além de se articular com os demais aspectos da realidade, se configura no interior da totalidade maior representada pelo sistema capitalista em sua vertente neoliberal, no período adotado nessa pesquisa como recorte temporal.

Essa pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de acordo com a qual buscamos um entendimento minucioso de nosso objeto de pesquisa, em toda a sua complexidade, atrelado ao seu contexto histórico, político, econômico e social. (OLIVEIRA, 2007).

Para atingir os objetivos propostos nessa investigação, lançamos mão de técnicas variadas para o levantamento de dados. Visando a compreensão do contexto macroeconômico e político do capital, seu processo de reestruturação, a partir das premissas neoliberais e as implicações desse novo contexto para as políticas educacionais, além do histórico dos sindicatos e da trajetória histórica da APP-Sindicato, realizamos uma pesquisa bibliográfica. Fizemos a caracterização da APP-Sindicato e de seu processo de resistência, como sindicato de classe média, e o levantamento das medidas neoliberais do governo do estado do Paraná, a partir de uma pesquisa documental. Sendo assim, analisamos fontes primárias como boletins informativos, leis, estatutos, atas de assembleias, entre outros. (GIL, 2008; MINAYO, 1994; OLIVEIRA, 2007).

Para o trato da documentação que levantamos no decorrer dessa pesquisa, nos serviram como base as orientações apresentadas por Evangelista (2012). Para essa autora,

Sem o manejo das indagações, não se pode captar a essência das fontes, a diversidade de projetos nelas inscrita. É desejável que haja um cotejamento entre elas, entre tipos e análises diversas para se verificar distorções, apropriações indébitas e interpretações. A riqueza de uma pesquisa é dada não apenas pela quantidade de fontes, mas pela amplitude do diálogo que o sujeito é capaz de produzir entre diferentes fontes e delas com a história, com a realidade. [...] (EVANGELISTA, 2012, p. 62)

Os documentos devem ser tratados como fontes históricas, cuja essência está marcada pelo contexto social e histórico em que foram produzidas. Nem todo conhecimento relevante em uma fonte histórica está explícito, sendo que, muitas vezes, pode ser mais significativo para uma pesquisa o que está inscrito nas

entrelinhas ou até mesmo o que deixou de ser dito. Nesse sentido, a análise de um documento, enquanto uma fonte histórica, deve lançar mão do seu questionamento exaustivo, o seu cruzamento com outras fontes históricas, a articulação com referenciais históricos precisos (contexto político, econômico, social e cultural) oriundos de uma boa pesquisa bibliográfica e uma sólida perspectiva teórica, que orientará a organização e interpretação dos dados levantados.

Para contemplar os objetivos a que nos propusemos nessa investigação, dividimos essa dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, que é essa introdução, apresentamos nossa problemática de pesquisa, nossos objetivos, justificativa, contextualizamos nossa pesquisa e expusemos a nossa fundamentação teórico-metodológica.

No capítulo dois, abordamos a crise do capital nos anos 1970, o início das políticas neoliberais e o modelo de neoliberalismo implantado no Brasil, a partir dos anos 1990. Em seguida, analisamos a forma como esse ideário neoliberal influenciou as políticas educacionais brasileiras e, conseqüentemente, promoveu a precarização do trabalho docente. Essa precarização do trabalho docente está diretamente relacionada ao movimento sindical, a partir do qual os profissionais da educação procuraram fazer oposição ao avanço das reformas neoliberais.

O movimento sindical brasileiro e, especificamente, o sindicalismo docente são os temas do capítulo três. Nesse item tratamos da origem histórica e das características do sindicalismo no Brasil, do novo sindicalismo dos anos 1970 e 1980, da reorientação do novo sindicalismo a partir dos anos 1990, detalhamos o sindicalismo de classe média e o sindicalismo docente, o sindicalismo brasileiro no contexto das gestões petistas e as perspectivas para o movimento sindical após a deposição da presidente Dilma Rousseff e a aprovação da Reforma Trabalhista.

No quarto capítulo, investigamos as pautas que mobilizaram a APP-Sindicato, suas estratégias e métodos de ação, a organização de sua gestão, o perfil de seus filiados, suas conquistas, recuos e derrotas, tendo em vista identificar suas potencialidades e limites.

Por fim, no item cinco, tecemos as nossas considerações finais.

1.1 BALANÇO DA PRODUÇÃO

Para fazer um balanço da produção científica em nossa área de estudo, executamos um minucioso levantamento bibliográfico em duas bases de

dados: o *Catálogo de Teses e Dissertações* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As duas bases de dados têm abrangência nacional e abrigam as teses e dissertações produzidas em praticamente todas as universidades brasileiras.

Em nosso levantamento, utilizamos os seguintes descritores: *sindicato docente*; *sindicalismo docente*; *sindicato de professores*; *sindicalismo de professores*; e *APP – Sindicato*. A princípio, fazendo a soma dos trabalhos encontrados nas duas bases de dados e correspondentes a todos os descritores, encontramos 1437 produções. No entanto, muitos trabalhos, após um olhar cuidadoso dos títulos, foram descartados por não terem uma relação direta com nosso tema de pesquisa. Além disso, muitos dos textos estavam presentes nas duas bases, o que nos deixou, ao fim dessa primeira seleção, com 177 obras. Depois disso, fizemos um exame ainda mais criterioso, por meio de uma nova análise dos títulos e resumos das teses e dissertações e refinamos nossos resultados para 8 trabalhos, dentre os quais estão 3 teses e 5 dissertações, que estão dispostos na tabela a seguir:

Quadro 1 - Balanço da produção a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e da BDTD (Continua)

Ano	Autor	Categoria	Título	Instituição (Conclusão)
1998	Marcia Maria Corsi Moreira Fantinatti	Dissertação	Sindicalismo de classe média e meritocracia: o movimento docente na Universidade Pública	UNICAMP
2004	Ivânia Marin Piton	Tese	Políticas educacionais e movimento sindical docente: reformas educativas e conflitos docentes na educação básica paranaense	UNICAMP
2004	Debora Cristina Goulart	Dissertação	Entre a denúncia e a renúncia: "A APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) frente às reformas na educação pública na gestão Mario Covas (1995-1998)"	UNICAMP
2004	Donizete Aparecido Fernandes	Dissertação	Em defesa da Escola Pública: A APP - Sindicato frente às Políticas Públicas	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

			Educacionais do estado do Paraná entre os anos de 1995 - 2002	
2007	Sebastião Rodrigues Gonçalves	Dissertação	Movimento operário e Estado: A APP - Sindicato - A organização e as lutas dos trabalhadores na educação da rede pública estadual do Paraná	UFPR
2011	Kênia Aparecida Miranda	Tese	As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT	UFF
2013	Juan Carlos da Silva	Dissertação	A política educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da APEOESP	UNICAMP
2016	Aline Chalus Vernick	Tese	Ação sindical na construção da agenda política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP-Sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015	UFPR

Fonte: elaboração própria

De forma geral, a análise que fizemos dessa produção científica nos deu alguns indicativos. Há um grande interesse pelo estudo da atuação de sindicatos docentes no Brasil, principalmente no contexto da organização e resistência dos professores da educação básica frente ao avanço das políticas neoliberais. No entanto, há poucos trabalhos que tratam especificamente dos sindicatos docentes enquanto sindicatos de classe média. Já no caso da atuação da APP – Sindicato, nenhum dos trabalhos encontrados tratam do mesmo recorte temporal de nossa pesquisa, nem a tratam como sindicato de classe média, nem investigam sua atuação como parte da frente neodesenvolvimentista que sustentou as gestões petistas à frente da presidência da República, ou mesmo como passou a direcionar suas pautas e métodos de ação quando essa frente se desfez e, sob a gestão de Michel Temer, passou a ser imposto todo o receituário do neoliberalismo de forma bastante agressiva.

2. O ESTADO NEOLIBERAL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O SETOR EDUCACIONAL

Nosso objetivo nesse capítulo é abordar o contexto de surgimento do pensamento neoliberal, seus principais fundamentos e a forma como foi implantado

no Brasil, levando em consideração as especificidades de nosso contexto sócio-histórico, e explorar a forma como as políticas de caráter neoliberal têm provocado consideráveis mudanças na educação brasileira desde os anos 1990.

Para isso, em um primeiro momento, tratamos do início do pensamento neoliberal e da elaboração das primeiras políticas em acordo com o seu ideário, no contexto da crise econômica do capitalismo mundial dos anos 1970. Ainda nessa parte inicial, também abordamos a forma e o contexto em que o receituário neoliberal chegou ao Brasil e o modelo de políticas neoliberais que foram implantadas por aqui nos anos 1990 e nessas quase duas décadas iniciais do século XXI.

Em seguida, fizemos um balanço do avanço das políticas neoliberais na educação brasileira desde os anos 1990, com o processo da reforma do Estado e a criação de vários marcos legais que permitiram mudanças profundas na educação básica e no ensino superior; passando pelas gestões petistas, que não apenas deram prosseguimento ao processo iniciado anteriormente, como o aprofundaram, com destaque para algumas medidas de caráter focal que foram exceção nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Na terceira parte, discutiremos a respeito de como o processo explicitado nos tópicos anteriores levou à mercantilização da educação, o que resultou na precarização do trabalho docente.

2.1 NEOLIBERALISMO: DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS AO MODELO IMPLANTADO NO BRASIL

O neoliberalismo foi apresentado como alternativa para a reorganização da economia e da sociedade no contexto de uma grave crise econômica, na década de 1970. Essa crise estava relacionada, em grande parte, a um cenário de superprodução⁷ com uma queda acentuada nas taxas de lucros.

De acordo com Antunes (2018), esse era um contexto de grande desalento. Depois de um período de certa estabilidade, vimos despontar em 1968 uma

⁷ De acordo com Antunes (2009), essa superprodução estava associada a um cenário mais amplo de crise estrutural do capitalismo. A essa época, a intensa concorrência internacional entre os países do capitalismo central tinha gerado uma conjuntura em que o setor manufatureiro internacional vivia uma situação de excesso de capacidade de produção. Sem um mercado capaz de absorver toda a produção da indústria, foi ocorrendo a queda nas taxas de lucros, ampliação do desemprego e redução dos percentuais de aumento nos salários. Nesse contexto é que, dentre outros fatores, chegou ao limite o modelo de acumulação fordista e se deu a crise do Welfare State ou Estado de bem-estar social, do qual trataremos mais adiante.

série de manifestações, que envolveram de estudantes franceses a trabalhadores em greve até mesmo no Brasil, na época sob uma ditadura militar. Para esse autor, a década de 1970 foi marcada pelo afloramento de “[...] uma profunda crise estrutural: o sistema de dominação do capital chafurdava em todos os níveis: econômico, social, político, ideológico, valorativo, o que o obrigou a desenhar uma nova engenharia da dominação.” (ANTUNES, 2018, p. 266). A resposta a essa “crise estrutural” e o redesenho do sistema de dominação do capital foram buscados por meio do ideário neoliberal.

Foram pensadores como Mises, Hayek e Friedman, entre outros, que estabeleceram os fundamentos do pensamento neoliberal. Essencialmente, o ideário neoliberal entende que, ao invés de as causas das crises econômicas estarem nas contradições do próprio capital, essas estariam na excessiva interferência do Estado sobre as relações econômicas e os gastos com políticas sociais, que configuram o que ficou conhecido como Welfare State, ou Estado de bem-estar social. (ANDERSON, 1995).

Esse Estado de bem-estar social, é preciso destacar, de acordo com as observações de Luís Antonio Groppo (2005), foi criado como uma proposta de ajuste no âmbito do capital, tendo em vista lidar com os efeitos sociais da crise econômica do período entreguerras, iniciada a partir de 1929, os efeitos da Segunda Guerra Mundial e a própria realidade das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho que remontavam às lutas operárias já desde o século XIX. Tomando por base as ideias de Keynes, os países do capitalismo central e, em menor medida países periféricos, chegaram ao consenso de que os Estados nacionais, numa postura contrária ao livre mercado irrestrito e seus efeitos negativos, deveriam interferir na economia para assegurar o pleno emprego, garantir baixas taxas de juros para incentivar o crescimento de empresas privadas, criar empresas estatais e obras públicas para gerar postos de trabalho, além de garantir serviços públicos como previdência social, educação pública e assistência à saúde. Claramente, essas medidas tendiam a amenizar as lutas de classes, conformando os trabalhadores no sistema capitalista, evitando a convulsão social e a revolução, num contexto em que elas não eram apenas teorias conspiratórias, mas uma realidade em lugares como União Soviética, China e Cuba, por exemplo.

As ações dos sindicatos e do movimento operário como um todo foram colocados na origem da crise estrutural do capital, devido às suas pressões por

melhorias salariais e a ampliação dos gastos sociais do Estado. Partindo desse raciocínio, a crise seria resolvida com a diminuição do papel do Estado na economia. Nesse sentido, recomendou-se a privatização de empresas estatais (desde aquelas que atuavam em setores estratégicos, como petróleo e mineração, até fornecedoras de serviços públicos como água, telefonia e energia elétrica, entre outras) e de serviços públicos como saúde, educação, previdência social etc. Houve ainda um movimento no sentido da integração das economias nacionais ao capital internacional, o afrouxamento de leis de proteção ao trabalhador e uma tendência de o Estado disciplinar e regular cada vez menos a economia. (ANDERSON, 1995; SAES, 2001).

Na obra *Capitalismo e Liberdade*, publicada originalmente em 1962, Milton Friedman (1984) defende que o Estado deve interferir o mínimo possível no dia a dia da sociedade, de forma a garantir o máximo possível a liberdade dos cidadãos. O que deve prevalecer é a “livre discussão” e a “cooperação voluntária”. Com a predominância das regras do mercado, ao Estado não deve caber muito mais do que o papel de legislador e garantidor do cumprimento das regras e, conseqüentemente, da ordem. Sendo assim, tudo o que puder ser transferido ao mercado, de acordo com esse autor, tende a ser mais eficiente. Dessa forma, o Estado não deveria controlar preços de aluguéis, regular a produção em um determinado setor, manter programas de seguro social e programas habitacionais, controlar empresas etc.

Para Harvey (2011), sob o manto de um discurso que defendeu os princípios da liberdade individual e os méritos da autonomia, das privatizações e do livre-mercado, com a redução do papel do Estado, o neoliberalismo se colocou como um projeto da classe capitalista, visando restabelecer e firmar o seu poder, ao mesmo tempo em que foram implementadas duras medidas contra a população em geral.

Para garantir maiores margens de lucro às empresas, com a redução dos direitos trabalhistas e dos salários dos trabalhadores, que estavam organizados em sindicatos fortes e atuantes, houve um esforço para desarticula-los, seja por meio do estímulo à imigração (uma maior quantidade de trabalhadores pressionaria os salários para baixo), a busca de tecnologias que diminuíssem a necessidade de mão de obra, a ampliação das taxas de desemprego (políticas de combate à inflação, que arrojaram a economia, ampliaram o desemprego e, conseqüentemente, o “exército industrial de reserva”) e até mesmo o uso do aparato repressivo do Estado contra as organizações de trabalhadores, como aconteceu com Thatcher na Inglaterra, Pinochet no Chile ou os generais presidentes brasileiros. Essas medidas, de fato obtiveram

sucesso, garantindo a estagnação dos salários. (HARVEY, 2011).

Grandes empresas transferiram suas linhas de produção para lugares onde havia disponibilidade de matérias-primas e mão de obra baratas, num processo que foi viabilizado pelo intenso desenvolvimento dos sistemas de transporte e de comunicações. Mercados foram abertos com a redução de taxas e o estímulo à livre circulação de mercadorias, além da criação de uma “nova arquitetura financeira global” que contribuiu para simplificar a circulação de capitais, de modo a facilitar o acesso às melhores possibilidades de lucro mundo afora. Essa “desregulamentação das finanças” teve início nos anos 1970 e, desde então, tem se intensificado cada vez mais. (HARVEY, 2011).

Esse movimento para desarticular os trabalhadores, com a conseqüente redução dos seus salários, reduziu os custos da produção, mas teve como efeito colateral a redução do mercado consumidor. Nas últimas décadas, tal problema tem sido contornado com a ampliação da indústria de cartões de crédito e o crescimento do endividamento das famílias, que tem se alargado exponencialmente. (HARVEY, 2011).

O processo iniciado nos anos 1970 abriu espaço para uma ampla precarização das condições de trabalho. O modelo fordista/taylorista, com suas grandes fábricas, tarefas rigidamente divididas e controladas, além de grandes estoques, foi sendo substituído pelo toyotismo, originado nas fábricas japonesas da Toyota. O padrão de organização da produção característico do toyotismo promoveu um aprofundamento das formas de exploração e controle da força de trabalho. Impôs-se o trabalho em equipe, e essas passaram a ter que assumir a responsabilidade por algumas decisões e também a controlar a qualidade da produção, gerando um conhecimento, a partir de suas práticas diárias, que incorporado pelas empresas, ajudaria a aperfeiçoar os processos de produção. Nesse novo modelo, a produção passou a ser de acordo com a demanda, o que eliminava a necessidade da geração de grandes estoques, além de parte dela ser repassada a fornecedores, ou seja, empresas terceirizadas. Esse processo de terceirização favoreceu, inclusive, a separação física dos trabalhadores, comprometendo sua organização e atuação política. (BERNARDO, 2004; KATZ, 1995).

De acordo com Antunes (2018) e Antunes e Alves (2004), nas últimas décadas, têm sido impostas condições cada vez mais precárias aos trabalhadores. Os direitos do trabalho têm sido corroídos com a ampliação das terceirizações (se

adequam ao ritmo de produção das empresas, mas expõem os trabalhadores a baixos salários e maiores riscos à saúde e acidentes de trabalho) nos mais diversos setores, crescimento da informalidade, redução de salários, subempregos, um quadro de desemprego estrutural etc.

Visando obter novas possibilidades de lucros com o capital acumulado, e gerar novos mercados pelo mundo, houve uma política de empréstimos vultosos a países periféricos como Brasil, Chile, México, Polônia, entre outros. E quando esses países passaram a ter dificuldades para pagar essas dívidas nos anos 1980, os Estados Unidos se valeram do FMI, que passou a disciplinar a economia global, impondo políticas de austeridade, como contrapartida dos empréstimos e uma forma de garantir que os bancos recebessem seu dinheiro de volta. (HARVEY, 2011).

Ao longo dos anos 1970, 1980 e início dos anos 1990, as políticas neoliberais, cujo primeiro cenário de experimentação foi o Chile, onde o militar Augusto Pinochet esteve à frente de uma das ditaduras mais cruéis do pós-guerra, foram expandidas de forma avassaladora por diversas partes do globo, incluindo os Estados Unidos de Reagan, a Inglaterra de Thatcher, países do leste europeu, atingindo inclusive outros países latino-americanos. Suas promessas de serem a solução para os problemas de lucratividade do capitalismo não se concretizaram e, do ponto de vista social, houve a ampliação significativa dos níveis de desigualdade. Na perspectiva ideológica, por outro lado, o liberalismo se impôs como pensamento hegemônico. (ANDERSON, 1995).

Todos os autores que consultamos são unânimes em dizer que, desde a presidência de Collor, iniciada em 1990, passando pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, o neoliberalismo tem avançado de forma ininterrupta no Brasil (ANTUNES, 2018; BOITO JÚNIOR, 2018; FILGUEIRAS, 2006). Ao longo dessas quase três décadas, inúmeras empresas públicas foram privatizadas (setor de comunicações por exemplo), ou tiveram seu capital aberto e foram parcialmente vendidas (caso da COPEL e da Sanepar no Paraná, por exemplo); foi quebrado o monopólio da Petrobrás⁸ sobre a área do petróleo; foram feitas modificações na legislação trabalhista e, em 2017, foi aprovada uma reforma radical, um verdadeiro desmonte, das leis de proteção ao trabalho no Brasil, inclusive com a liberação da terceirização

⁸ Teve seu capital aberto e em parte privatizado, apesar de ainda continuar sob o controle do Estado brasileiro, seu maior acionista.

irrestrita; já foram realizadas mudanças pontuais na previdência social⁹ desde os anos 1990 e, em 2019, ela foi drasticamente reformada, dificultando o acesso à aposentadoria e reduzindo o valor dos benefícios pagos. No decorrer desse processo, têm sido expandidos os lucros do capital e se intensificado a concentração de renda.

Entretanto, apesar do que foi exposto no parágrafo anterior, autores como Boito Júnior (2018) e Antunes (2018) apontam elementos que nos permitem ver algumas diferenças nas gestões petistas, pelo menos até o fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Para o primeiro autor, que parte do pressuposto de que o bloco no poder no Brasil é dividido em diversas frações burguesas, assim como já indicamos na introdução desta pesquisa, diferente dos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, que beneficiaram mais a burguesia internacionalizada ou associada¹⁰, os governos do PT, sem alterar em sua substância o neoliberalismo, mantiveram a “abertura comercial”, mas criaram uma política de estímulo à compra pelo Estado e por suas estatais de produtos e serviços de empresas nacionais (postura protecionista), além disso, foram adotadas, em especial no governo Dilma, algumas posturas de protecionismo alfandegário. Houve um grande esforço no sentido de fortalecer as empresas estatais que ainda restavam, o que ocorreu com a Petrobrás. Ainda que tenham sido mantidos em níveis muitos altos, houve um movimento de queda nos juros, em comparação com os anos 1990. O BNDES teve seu orçamento quase multiplicado por 10 e disponibilizou vultosos créditos a juros subsidiados para grandes empresas brasileiras. Com essa postura neodesenvolvimentista, de maior intervenção do Estado na economia, os governos do PT beneficiaram e garantiram grandes lucros à grande burguesia interna¹¹, que foi sua fiel aliada até parte da primeira gestão de Dilma Rousseff.

Ainda que preservando e ampliando os interesses da grande burguesia interna e mantendo as bases do neoliberalismo, os governos do PT conseguiram grande apoio popular com medidas que, ainda que de caráter focal, tiveram grande impacto social. Foram criadas mais vagas em universidades, houve a

⁹ Criação do fator previdenciário no governo de Fernando Henrique Cardoso e a modificação das regras de aposentadoria dos servidores públicos federais na primeira gestão Lula, por exemplo.

¹⁰ Filiais de transnacionais localizadas aqui ou apenas fornecedoras de produtos e serviços ao mercado brasileiro; capital especulativo; empresas de capital majoritariamente nacional, mas que mantêm algum nível de dependência com o capital internacional – importadores, fornecedores de indústrias internacionais etc.

¹¹ Empresas de capital preponderantemente nacional, tais como os grandes bancos nacionais, construção naval, construção pesada, indústria de transformação, comércio e agronegócio.

reserva de vagas por meio das cotas sociais e raciais, a ampliação do Financiamento Estudantil (FIES), a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), programas de moradias populares, estímulo à agricultura familiar, construção de cisternas no semiárido, ampliação do salário mínimo, criação do Bolsa Família etc. Isso foi destacado tanto por Antunes (2018), como por Boito Júnior (2018).

Gentili e Oliveira (2013), fazendo um balanço das mudanças ocorridas na educação durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, destacam uma série de avanços ocorridos nesse período, a partir de políticas voltadas para uma melhor distribuição de renda e a maior facilidade de acesso dos mais pobres a uma série de direitos, incluída aí a educação, que antes lhes eram negados. Na educação básica, por exemplo, destaca-se a ampliação da educação básica pública e gratuita obrigatória, a partir da Emenda Constitucional n. 59, de 2009, para todos as pessoas entre 4 e 17 anos de idade. Também entre 2006 e 2007, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), com tempo de duração de 14 anos, um instrumento essencial para o financiamento da educação básica e que representou um ganho em relação ao Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que atendia apenas o ensino fundamental. Também, por meio da Lei n. 11738 de 2008, foi instituído o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), atendendo a uma reivindicação antiga dos docentes pela valorização de sua profissão. Os autores citam ainda várias outras iniciativas que indicaremos aqui, mas sem apresentar maiores detalhes: o FIES e PROUNI, aos quais já nos referimos anteriormente; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); a Conferência Nacional de Educação (CONAE¹²); o Fórum Nacional de Educação (FNE) etc.

Como já indicamos na introdução, e em consonância com o exposto por Boito Júnior e Saad Filho (2017) e de acordo com o raciocínio que desenvolvemos até aqui, entendemos que unida à burguesia interna foi constituída uma ampla frente

¹² Foi criada com o intuito de ser um espaço democrático proporcionado pelo Poder Público para que a sociedade pudesse tomar parte na definição dos rumos da Educação Nacional. Englobou discussões sobre temas referentes a todos os âmbitos educacionais, da Educação Infantil até a Pós-Graduação. Contou com a contribuições de Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal que a antecederam.

neodesenvolvimentista composta por boa parte do sindicalismo brasileiro, baixa classe média, parcela significativa dos trabalhadores da massa marginal e segmentos do movimento camponês, que de alguma forma foram beneficiados em suas condições de vida e trabalho pelas políticas focais indicadas nos parágrafos anteriores. Foi essa frente neodesenvolvimentista, evidentemente contraditória, que se converteu no suporte social e viabilizou os triunfos eleitorais das coalisões partidárias lideradas pelo PT.

Sobre o neodesenvolvimentismo, gostaríamos de acrescentar, tomando como referência Giovani Alves (2014), suas características elementares. O modelo de desenvolvimento neodesenvolvimentista, que começou a ser implantado no Brasil, a partir da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República em 2003, e seguiu ao longo das gestões petistas, foi uma resposta à crise do neoliberalismo, que reorganizou a economia brasileira a partir do início dos anos 1990, por meio da abertura econômica, desregulamentação do Estado e privatizações, assim como apontamos anteriormente. Como vimos, o modelo neoliberal não resolveu os problemas de lucratividade do capitalismo, além de gerar grandes níveis de desigualdade. Foi esse contexto, aliás, que levou à derrota eleitoral da aliança política entre PSDB e Partido da Frente Liberal (PFL)¹³ para o PT.

De acordo com o mesmo autor, o neodesenvolvimentismo, dentro da lógica do capital e visando reorganizar o capitalismo no Brasil, traz uma espécie de versão periférica do “reformismo social-democrata”, na qual, aliado ao mercado, o Estado passa a ser um personagem fundamental para o desenvolvimento da economia capitalista. O Estado neodesenvolvimentista, lançando mão de fundos públicos (BNDES e fundos de pensões de empresas estatais) financiou e ajudou a edificar grandes empresas privadas nacionais com potencial competitivo no mercado internacional. Também, visando atender às exigências demandadas pelo grande capital, foram construídas grandes obras de infraestrutura. Além disso, essas medidas foram associadas a programas e iniciativas (bolsas, ampliação do salário mínimo, geração de novos empregos formais) para garantir a transferência de renda para a classe trabalhadora pobre, gerando mercado de consumo interno e garantindo legitimidade social e política para o “projeto burguês neodesenvolvimentista”.

De acordo com Giovanni Alves (2014)

O neodesenvolvimentismo não é a restauração da social-democracia clássica

¹³ Seu nome foi alterado para Democratas (DEM).

comprometido com um projeto civilizatório. O novo projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil busca apenas construir um novo patamar de acumulação de capital que permita, ao mesmo tempo, redistribuir renda, ampliar o mercado de consumo e instaurar suportes sociais mínimos de existência para a classe trabalhadora pobre, aumentando o gasto social do Estado nos limites do orçamento público, comprometido com o pagamento da dívida pública. (p. 136)

Para esse autor, portanto, o neodesenvolvimentismo não retoma integralmente políticas que foram comuns à social-democracia do pós-Segunda Guerra Mundial nos países do capitalismo central, tais como educação pública de qualidade, bons salários, sistemas robustos de saúde etc. No contexto atual, de crise estrutural do capitalismo e implantação de políticas neoliberais, a partir das quais se impõe a precarização das relações de trabalho com o objetivo de redução dos custos de produção, o projeto neodesenvolvimentista já começou limitado. As políticas de distribuição de renda e os gastos com serviços públicos são limitados pelo compromisso do Estado em separar parte significativa do orçamento para o pagamento dos juros da dívida pública.

Embora o neodesenvolvimentismo tenha trazido ganhos inegáveis, melhorando as condições de vida de milhões de trabalhadores das camadas pobres do proletariado, a média salarial do brasileiro continua baixa. Mesmo que o país tenha gerado por volta de 19 milhões de empregos formais na primeira década desse século, a maior parte deles paga salários que não ultrapassam um e meio salário mínimo. Além disso, nosso país continua defasado e atrasado em serviços públicos como saúde e educação, transporte público, infraestrutura urbana e na habitação. (ALVES, 2014).

Sem entrar nos meandros do contexto do golpe parlamentar¹⁴ que encurtou o segundo mandato de Dilma Rousseff, gostaríamos de apontar, essencialmente, o que mudou no contexto do bloco no poder no Brasil e o que mudou na perspectiva neoliberal a partir daquele cenário. Foi por volta de 2013, com o

¹⁴ Podemos dizer que se tratou de um golpe parlamentar o que ocorreu com a presidente Dilma Rousseff, que foi destituída do poder, porque o que levou ao seu impeachment não foram atos de corrupção, mas manobras feitas no orçamento de 2015, quando houve o atraso no repasse de 3,5 bilhões de reais para a quitação do Plano Safra ao Banco do Brasil. Manobras de mesma natureza já tinham sido feitas por governos anteriores, que não ficaram em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e nem foram questionados da mesma forma. Acontece que, em 2016, a Operação Lava Jato, que investigava atos de corrupção envolvendo membros do governo federal, políticos, a Petrobras e diversas empreiteiras, avançava, inclusive sobre diversos membros do Congresso Nacional. Sendo assim, havia o interesse em abrir espaço para a ascensão de Temer, vice de Dilma, num movimento visando barrar as investigações em curso, já que Dilma não havia feito nada a esse respeito até então. (BASTOS, 2016)

agravamento da crise econômica iniciada em 2008¹⁵, nos Estados Unidos, que as medidas de austeridade, já implantadas por boa parte da Europa, vieram bater à nossa porta, embora sem ainda conseguir adentrar à nossa sala e se sentar, já que em 2013, o governo federal teve que lidar com extensas manifestações de rua, 2014 seria um ano eleitoral e Dilma Rousseff tentaria a reeleição.

De acordo com Antunes (2018), já nas eleições de 2014, as frações dominantes começaram a reduzir seu apoio ao governo e, com o agravamento do quadro de crise econômica, passaram a exigir um duro ajuste fiscal.

Nessa conjuntura, o campo neoliberal ortodoxo, capitaneado pelo capital internacional e a fração burguesa brasileira a ele associado, desferiu uma ofensiva radical, conseguindo o apoio de boa parte da grande burguesia interna, que deixou de apoiar o governo e passou a acreditar que somente um ajuste fiscal, com medidas radicais, que penalizassem, claro, os trabalhadores, mas que permitisse a retomada do crescimento econômico e a preservação de seus negócios, seria a única direção possível a ser seguida. (BOITO JÚNIOR, 2018).

No início do seu segundo mandato, Dilma Rousseff, cometendo o que ficou conhecido como “estelionato eleitoral”, descumpriu suas promessas de campanha, e começou a implementar um acentuado ajuste fiscal, com a drástica redução dos gastos públicos (mudanças nas regras de acesso ao FIES, por exemplo), ampliação das taxas de juros, dentre outras medidas, o que descontentou seus eleitores das classes populares. Mesmo assim, enfraquecida, a presidente não obteve êxito, perdeu parte do respaldo popular e sem o apoio de parte da burguesia interna, até então uma aliada que havia ganhado muito com os governos petistas, tendo a sua base no Congresso Nacional se esfacelado, sofreu um golpe parlamentar, por meio de um processo de impeachment. (BOITO JÚNIOR, 2018).

A partir do processo de impeachment, ascendeu ao governo Michel Temer, vice de Dilma e filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A linha de frente do governo passou às mãos do MDB e uma miríade de partidos mais conservadores, tais como PSDB, Democratas (DEM), entre outros. A fração dominante do bloco no poder no Brasil passou a ser a burguesia internacionalizada (BOITO JÚNIOR, 2018), que começou a ser claramente beneficiada pelas políticas do

¹⁵ Crise relacionada ao mercado imobiliário norte-americano, considerada a maior crise econômica, de consequências mundiais, desde a crise de 1929.

novo governo¹⁶.

Para Antunes (2018, p. 269), estamos vivendo uma conjuntura [...] “ultraneoliberal e em fase ainda mais agressiva. Sua principal finalidade: privatizar tudo o que ainda restar de empresa estatal; preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil” [...]. Exemplos desse ultraneoliberalismo agressivo, que não mais admitem concessões aos mais pobres, podem ser vistos na Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu o congelamento dos gastos públicos para os próximos 20 anos e seu reajuste apenas de acordo com a inflação anual (essa medida pode comprometer o financiamento de serviços básicos essenciais como saúde e educação e levar à queda da renda geral da população, já que pressupõe também o congelamento do salário mínimo); na reforma trabalhista aprovada em 2017, com a liberação da terceirização de forma irrestrita; e na proposta de reforma da previdência, aprovada em 2019.

2.2 AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA REFORMA DO ESTADO NOS ANOS 1990 AO NEODESENVOLVIMENTISMO DAS GESTÕES PETISTAS

Dentro da lógica de desmonte do Estado de bem-estar social¹⁷ do neoliberalismo, a perspectiva solidária de uma educação bancada com recursos públicos, com o fim de atender a toda a população de maneira igualitária, caiu por terra. O que se impôs foi a ideia de educação como “bem de capital”, um investimento em “capital humano”, que deveria resultar em trabalhadores qualificados, ou seja, adequados às necessidades do mercado e devidamente produtivos. (LAVAL, 2004).

Essa educação, enquanto bem de capital, deveria estar em consonância com os interesses e escolhas dos indivíduos e suas famílias e com as exigências de mão de obra impostas pela sociedade. Sendo assim, e para atender de forma mais eficiente esses interesses e exigências, deveriam ser impostas à educação as regras do mercado, já que o Estado era apontado como excessivamente burocrático e ineficiente. O ganho de eficiência e qualidade no ensino seria

¹⁶ A privatização do pré-sal e a nova política de preços da Petrobrás, em acordo com o mercado internacional são exemplos disso.

¹⁷ Convém destacar o fato de que o Brasil, país de capitalismo tardio e periférico, nunca teve, efetivamente, um Estado de bem-estar social. Além disso, como já indicamos no item anterior desse capítulo, o Brasil ainda possui serviços públicos como os de saúde, educação e transporte público, por exemplo, em condições precárias de qualidade.

conseguido por meio do estímulo à concorrência entre as escolas e o estímulo à privatização, com o Estado fornecendo vouchers às famílias, equivalentes aos gastos médios com os estudantes em suas localidades, possibilitando que as famílias pudessem escolher as escolas nas quais quisessem colocar seus filhos, mesmo que isso significasse ter que complementar a verba fornecida em forma de vouchers com recursos próprios para bancar os preços das mensalidades em escolas privadas. Os defensores do neoliberalismo concordavam, em sua maioria, que o Estado poderia direcionar recursos para a educação (apenas a básica, é preciso deixar isso claro), no entanto, ele não necessariamente deveria continuar gerindo sistemas de ensino. Esses seriam melhor administrados pela iniciativa privada. Ao Estado caberia o papel apenas de fiscalizador e regulador dos sistemas de ensino. (LAVAL, 2004).

Friedman (1982), um dos ideólogos do neoliberalismo, desenvolveu uma série de propostas para a reforma dos sistemas educacionais que vão exatamente nessa direção, sempre com a exaltação um tanto quanto exagerada das benesses e eficiência das regras do mercado, sem a devida análise de todas as implicações de se tratar a formação educacional das novas gerações de todo um país como uma simples mercadoria.

Na educação brasileira, desde o início dos anos 1990, vemos um avanço contínuo e ininterrupto das pautas neoliberais, as quais estão de acordo com o preconizado pelo Consenso de Washington. Foi assim que ficou conhecido o documento, elaborado em novembro de 1989, numa reunião entre representantes de governos conservadores, de governos de países periféricos, instituições financeiras internacionais, ministros da fazenda e presidentes de bancos centrais, na qual foram avaliadas as economias dos países que necessitavam de empréstimos e não estavam demonstrando resultados satisfatórios e sendo suficientemente lucrativas. Nessa reunião, ficou definido que, para poderem obter novos empréstimos, os países periféricos deveriam se submeter a reformas estruturais e estabilizar suas economias, a partir dos pressupostos neoliberais. Saiu desse documento o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal que seria adotado por inúmeros governos nas décadas posteriores. Sendo assim, o que passou a ser recomendado como parte das reformas estruturais aos países periféricos englobava a reforma do Estado, a privatização de empresas estatais, a retração dos gastos públicos, as reformas da previdência e fiscal, controle da inflação, desregulamentação da economia, facilidade à competitividade externa, retirada dos entraves à circulação de capitais, superávit

primário¹⁸, instituições bancárias estáveis, incentivo ao setor privado e flexibilização das leis trabalhistas, tal como já indicamos anteriormente. Partindo dessa lógica, a Organização Mundial do Comércio (OMC) tem recomendado “[...] tornar a educação um serviço comercial subordinado às leis do mercado internacional [...]”. (SILVA, 2005, p. 258).

De acordo com Melo (2012), diante do cenário da crise do capitalismo internacional que se instaurou em princípios dos anos 1970 e que teve efeitos sobre as duas décadas seguintes, muitos países foram obrigados a contraírem empréstimos junto ao FMI e ao BM. Mas esses empréstimos foram condicionados à adequação dos países devedores aos princípios das políticas neoliberais apontados anteriormente. No caso brasileiro, apesar de termos obtido avanços na Constituição de 1988, com o reconhecimento da educação como direito público subjetivo, vivemos nos anos 1990 uma ampla reforma do Estado brasileiro, na qual se estabeleceram os meios legais para o aumento do protagonismo da sociedade civil. O intenso movimento de privatização e de destinação de recursos públicos para o setor privado teve importantes efeitos sobre a educação.

Arelaro (2016) e Melo e Sousa (2017) também corroboram o exposto acima, de que, seguindo a pauta de reformas neoliberais, a educação brasileira, desde os anos 1990, vem passando por um constante processo de privatização, desde a educação superior até a educação básica, e redução de investimentos. O Estado brasileiro vem se desobrigando dos cuidados com educação pública, entendida como direito de todos, abrindo cada vez mais espaços para a atuação dos capitais nacionais e internacionais no setor. E isso vem ocorrendo das mais variadas formas: repasses, doações, bolsas, empréstimos, isenções fiscais, isenções de contribuições, perdão de dívidas fiscais, financeiras, trabalhistas etc.

Apesar disso, se faz necessário destacar que, no momento em que as políticas neoliberais começaram a ser implantadas no Brasil, nos anos 1990, o neoliberalismo era alvo de profundas críticas, especialmente pelo fato de ter ficado evidente que a pobreza e a desigualdade tinham se ampliado e as tão exaltadas regras do mercado não tinham sido capazes de dirimir os problemas sociais gerados pelo capitalismo. Foi nessas circunstâncias que os intelectuais orgânicos do capital trouxeram à tona o “neoliberalismo de Terceira Via”.

¹⁸ É o dinheiro de impostos que resta nas contas do governo depois que todas as despesas foram pagas. Em geral, esses recursos são utilizados para pagar os juros da dívida pública.

Estruturada detalhadamente pelo inglês Anthony Giddens, um sociólogo que trabalhou, inclusive, como assessor do primeiro-ministro da Inglaterra, Tony Blair, o neoliberalismo de Terceira Via foi anunciado como um sistema que visava superar os altos custos e a ineficiência do antigo Estado de bem-estar social, mas sem cair no total desmonte dos serviços públicos mantidos pelo Estado, propostos pelo neoliberalismo original. (GROPPO; MARTINS, 2008). Nessa perspectiva, já não havia mais questionamentos sobre as contradições do capital, os conflitos de classes e as enormes disparidades na distribuição das riquezas produzidas pela sociedade.

Pelos princípios da Terceira Via, o Estado deve continuar responsabilizando-se pelos serviços públicos, mas estabelecendo parcerias com a sociedade. As estruturas estatais ainda eram tratadas como ineficientes, sendo necessário, portanto, reformá-las, a partir dos pressupostos de uma administração gerencial, tomando como referências de qualidade as empresas capitalistas e seu já comprovado sucesso no mercado. A reforma do Estado brasileiro, implementada pelas duas gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mas com desdobramentos que adentraram o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi realizada com base nesses pressupostos, que tomam as regras de mercado como sinônimo de qualidade e eficiência. Dessa forma, não só inúmeras empresas públicas foram privatizadas, como foram criadas as condições necessárias para que serviços públicos, custeados com recursos públicos, pudessem ser oferecidos pelo setor privado. Sendo assim, foram criadas leis que implementaram as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS¹⁹), as Organizações Sociais (OSs²⁰) e as Parcerias Público-Privadas (PPPs²¹) e se desenvolveu o conceito de ações públicas não-estatais. (MELLO; FALLEIROS, 2005).

Estando estabelecidas essas bases, com a possibilidade de os serviços públicos serem prestados por organizações da iniciativa privada, por meio do estabelecimento de convênios e parcerias com o Estado, estava aberto o espaço para

¹⁹ Estabelecidas pela *Lei no 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.*

²⁰ Originada da *Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.*

²¹ Criadas pela *Lei no 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.*

um amplo processo de privatização da educação pública em nosso país, já que, não necessariamente, os sistemas públicos de ensino necessitariam seguir sendo geridos pelo poder público.

De acordo com Freitas (2012), tem sido imposta uma lógica perversa sobre a educação brasileira nos últimos anos, a partir da adoção das propostas de grupos empresariais, os quais, no Brasil, se organizam por meio do movimento “Compromisso Todos Pela Educação”. Os membros desse movimento chegaram a ocupar um importante espaço no Ministério da Educação, durante as gestões petistas.

Fazendo uma análise minuciosa do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)²², de 2007, Saviani (2007) destaca o fato de que esse plano, sem ser amplamente discutido com os representantes dos movimentos de educadores, assumiu integralmente os projetos do movimento empresarial “Compromisso Todos Pela Educação”. Esse movimento foi criado em 2006, na cidade de São Paulo, e tem entre seus membros o Grupo Pão de Açúcar, a Fundação Itaú-Social, a Fundação Bradesco, o Instituto Gerdau, o Grupo Gerdau, a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Itaú Cultural, o Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, o Instituto Ayrton Senna, o Banco Santander, Instituto Ethos, dentre vários outros. No mesmo dia do lançamento do PDE, a presidência da República baixou o Decreto n. 6094, dispondo sobre a implementação do “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, o que deveria ocorrer pela iniciativa da União Federal, mas em colaboração com Estados, Distrito Federal e Municípios e o envolvimento das famílias e da comunidade, tendo em vista melhorar a qualidade da educação básica brasileira. Esse plano de metas, um dos elementos fundamentais do PDE, recebeu até mesmo em seu nome a denominação do movimento empresarial citado anteriormente.

Freitas (2012) indica que os reformadores empresariais (um grupo heterogêneo que agrega políticos, setores da mídia, empresários, fundações privadas, entre outros) tem exercido forte influência sobre as reformas educacionais implantadas nos Estados Unidos, nas últimas duas décadas, tendo em vista um ganho de eficiência da educação, por meio de sua adequação à lógica do mercado. Nesse caso, a ideia básica é a de que os métodos de gestão que funcionam para as

²² Esse plano foi elaborado pelo Ministério da Educação, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, e lançado em abril de 2007. Ele trazia um conjunto de 30 ações que abarcavam diversos aspectos da educação brasileira nos vários níveis de ensino (educação básica e superior), além de outras modalidades, como o ensino técnico. Seu foco estava no enfrentamento ao problema da qualidade do ensino brasileiro.

empresas privadas também devem servir para a gestão mais eficiente da educação. Foi nesse contexto que se iniciou um processo de responsabilização dos professores pelos resultados de seu trabalho, resultados esses, que passaram a ser medidos por meio de testes padronizados (estes não captam todas as nuances do ensino e do contexto socioeconômico nos quais se inserem as escolas); a partir de critérios meritocráticos, foram organizados rankings das melhores escolas e professores e foram atrelados repasses de recursos a esses resultados; e, por fim, houve um processo de privatização, tanto com um programa de concessão de vouchers quanto com as escolas charters, ou seja, escolas cuja administração foi transferida ao setor privado. Inúmeras pesquisas demonstram que os resultados obtidos por essas medidas não apontam para uma melhora significativa da educação norte-americana, além de promover uma maior segregação racial e condições precárias de trabalho aos professores.

Apesar disso, no Brasil, os reformadores empresariais têm defendido e conseguido implementar propostas com o mesmo teor das adotadas para a educação dos Estados Unidos. Os testes padronizados já se tornaram rotina no dia a dia das escolas brasileiras. Um exemplo é o que ocorre com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), cuja avaliação das escolas gera um ranking nacional amplamente divulgado.

Para Gawryszewski, Motta e Putzke (2017) há dados suficientes para dizer que o programa das escolas charters norte-americanas nem promoveram ganhos expressivos em termos de ensino de qualidade, nem garantem boas condições de trabalho aos professores, sendo mais comum, pelo contrário, a precarização dessas condições. Além disso, se por um lado esse programa atendeu uma demanda real por acesso à escola, isso foi feito tendo em vista atender às necessidades do mercado, a partir da formação da força de trabalho no contexto neoliberal e, de forma conveniente à atual conjuntura de crise econômica, promove a abertura de um promissor mercado no qual empresas podem angariar amplos lucros com os fundos públicos voltados para a manutenção da educação. Em nosso país, no estado de Goiás, ocorreram iniciativas no sentido de desenvolver processo semelhante em 2016, sendo que houve a tentativa de transferir algumas escolas para a administração da iniciativa privada. Essas escolas seriam administradas por OSs, mas o projeto não prosperou, diante dos questionamentos do movimento estudantil e dos profissionais da educação.

Nessa mesma linha, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com o objetivo de ampliar a formação técnica e tecnológica em nível médio, pode ser oferecido não apenas por instituições públicas, mas também por instituições privadas (universidades particulares, por exemplo), em parceria com o Estado brasileiro.

No ensino superior, o que vimos nos últimos anos, de acordo com Sguissardi (2015) e Ronaldo Fabiano Gaspar e Tânia Costa Fernandes (2013), é que essa modalidade de ensino, de forma acelerada, está deixando de ser tratada como um “direito” e um “serviço público” e sendo convertida em um simples “serviço” a ser comercializado no mercado, com o objetivo de angariar grandes lucros. Depois da ausência de investimentos e processo de desmonte da educação federal nas gestões de Fernando Henrique Cardoso, houve nas gestões petistas, a partir de 2003, a criação de novas universidades federais e de mais vagas em universidades já existentes, além da ampliação do FIES, com oferecimento de crédito subsidiado para o pagamento de mensalidades em universidades privadas e da criação do PROUNI, um programa de oferecimento de bolsas de estudo em universidades privadas, por meio da renúncia de impostos pelo governo federal. No entanto, para esses autores, os dados atuais parecem indicar que, ao invés da democratização da educação superior, o que houve nos últimos anos foi um intenso processo de “mercantilização”, com a ampliação da rede privada, facilitada pelo aporte de recursos dos fundos público via FIES e PROUNI, e o oferecimento de cursos de baixa qualidade para a maioria dos universitários. Como fruto desse processo, foram criados no Brasil grandes grupos educacionais, tais como KROTON e Estácio, que cada vez mais têm estendido seu domínio sobre o mercado dos cursos superiores, possuem capital aberto, com ações negociadas na bolsa de valores desde 2007, e investidores internacionais, dentre os quais se destacam fundos de investimentos transnacionais.

Esses grandes grupos educacionais do ensino superior, verdadeiros oligopólios, estão

[...] cada vez mais submetidos à lógica e ao ritmo de negócios do capital financeiro e especulativo, elas têm o lucro – de preferência, rápido e crescente – como único escopo de sua atuação. Com efeito, metas de qualidade educacional, em geral bastante modestas, são perseguidas apenas como requisito – legal e de marketing – necessário para sua manutenção no mercado educacional [...]. (GASPAR; FERNANDES, 2013).

Além da baixa qualidade do ensino oferecido por essas gigantescas empresas educacionais de ensino superior, que visam apenas lucros rápidos e cada vez mais elevados, essas instituições submetem seus professores a regimes de trabalho com muito mais horas de atuação em sala de aula ou em outras atividades, com pouco ou quase nenhum tempo para se dedicar à pesquisa. Destaca-se ainda o fato de que, dentre as instituições de propriedade desses grupos educacionais, não há uma sequer que tenha se destacado no ensino, pesquisa, inovação ou qualquer outro aspecto positivo da educação superior.

Fazendo um balanço dos primeiros dez anos do século XXI, Frigotto (2011) apontou que, apesar dos ganhos sociais consideráveis trazidos pelas medidas tomadas nas duas gestões Lula, tais como aumento real do salário mínimo, redução do desemprego, aproximação do governo aos movimentos sociais, políticas de distribuição de renda, entre outras, no que diz respeito às políticas educacionais, houve uma continuidade das práticas educacionais iniciadas nos anos 1990, com as parcerias público-privadas e a tendência à privatização, além da precarização do trabalho docente.

2.3 AS REFORMAS NEOLIBERAIS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Muito embora nosso objetivo nessa parte da pesquisa seja trazer elementos que nos ajudem a entender a forma como as reformas neoliberais contribuíram para a precarização do trabalho docente, iniciaremos esse item retrocedendo um pouco no tempo, até o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), contexto no qual algumas tendências em relação à profissão docente, que seriam comuns nas décadas seguintes, já se delinearam fortemente.

Com o país em ritmo de crescimento econômico acelerado, os governos militares, dos anos 1960 e 1970, desenvolveram políticas educacionais para lidar com as novas demandas geradas por esse novo contexto. Essas políticas direcionaram a educação, não apenas para atender às necessidades de formação de mão de obra para ocupar os novos postos de trabalho que estavam sendo gerados, como também, no contexto de uma ditadura militar que impunha ao país um modelo

de modernização autoritária²³, converteram as escolas em importantes meios para difundir os ideais defendidos pelos militares. (FERREIRA JR; BITTAR, 2006).

A política educacional dos militares voltada para a educação básica ampliou a obrigatoriedade do ensino de 4 para 8 anos²⁴, o que exigiu a expansão da rede básica de ensino e, conseqüentemente, a formação de mais professores para atender um novo contingente de estudantes. A formação desses novos professores foi facilitada e acelerada pela criação das licenciaturas curtas²⁵. Sendo assim, nesse contexto, houve uma ampliação, sem precedentes até então, da quantidade de professores atuando em salas de aula no Brasil. Além disso, o perfil de profissionais atraídos para a docência mudou de membros das famílias ricas ou de classe média, para grupos oriundos da classe trabalhadora e classe média baixa. (FERREIRA JR; BITTAR, 2006).

Ao mesmo tempo em que foram ampliados a rede de educação básica e o número de professores²⁶, os militares promoveram um duro arrocho salarial, comprimindo drasticamente os ganhos dos profissionais da educação, seguindo a mesma lógica aplicada a toda a classe trabalhadora do período. Todas essas mudanças contribuíram para que os professores, no final dos anos 1970, protagonizassem várias greves estaduais, em diversas partes do país, em busca de melhores condições de trabalho e salário. As antigas associações de professores²⁷, que até então atuavam mais como entidades recreativas, passaram a desenvolver uma intensa atuação política, impulsionadas pelos professores envolvidos nesses movimentos grevistas. (FERREIRA JR; BITTAR, 2006).

No Paraná, entre o final dos anos 1970 e os anos 1980, os professores também protagonizaram inúmeras greves por melhores salários. Em

²³ Durante a vigência da ditadura militar brasileira, houve interferência em sindicatos, perseguição a líderes sindicais, líderes populares e políticos de oposição. Muitos opositores do regime foram presos, torturados e mortos. Além disso, a população não podia votar para escolher os presidentes da República, os governadores dos Estados ou os prefeitos de capitais.

²⁴ Mudança promovida pela Lei n. 5692/71.

²⁵ Criadas pela Lei n. 5692/71, eram cursos mais rápidos que as licenciaturas plenas, tendo uma carga horária menor e habilitavam os professores para atuar apenas no antigo 1º Grau, o que seria o equivalente aos ensinos fundamental I e II atuais.

²⁶ Entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o número de professores atuando nas redes estaduais de educação básica já passava de um milhão.

²⁷ Antes da Constituição de 1988, não eram permitidos sindicatos de funcionários públicos. Os professores das redes públicas estaduais de educação só poderiam ter, nesse período, associações que os representassem.

alguns casos, a Associação dos Professores do Paraná (APP)²⁸ foi pressionada pelos professores para se envolver nos movimentos de greve.²⁹

Ao longo dos anos 1980, com o Brasil enfrentando um contexto de grave crise econômica, mesmo com toda a mobilização dos professores por meio de inúmeras greves, eles não conseguiram alcançar níveis salariais satisfatórios e condizentes com o seu exercício profissional. (FERREIRA JR; BITTAR, 2006).

De acordo com Carvalho e Wonsik (2015), apesar do discurso de valorização do trabalho docente, presente em documentos de instituições internacionais³⁰ e em documentos nacionais³¹ que definiram as políticas educacionais brasileiras desde o início da década de 1990, o que tem prevalecido nas últimas décadas é um prolongado processo de precarização do trabalho docente.

Para as mesmas autoras, as políticas dos governos voltadas para os docentes que atuam nas redes públicas de ensino, em geral, direcionaram poucos esforços para garantir um “salário digno” e “carreira atraente”. Sob a responsabilidade de estados e municípios, tal como preconiza a legislação nacional³², a organização das carreiras dos docentes tem dependido da situação econômica e das disputas políticas locais. Embora a LDB n. 9394/1996 já previsse a criação de planos de carreira para os professores, estabelecendo o ingresso na profissão por meio de concurso público, criação de um piso salarial nacional, tempo de trabalho reservado para estudos e boas condições de trabalho, a implantação desses direitos ainda não ocorreu integralmente e vem sendo motivos de disputas pelos sindicatos representantes dos docentes.

No Paraná, os professores, organizados em torno da APP-Sindicato, depois de muitos anos de mobilizações e reivindicações, conquistaram um plano de

²⁸ Instituição que antecedeu a APP-Sindicato, criada em 1989.

²⁹ Conforme histórico da APP-Sindicato disponível no site da entidade. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

³⁰ Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros.

³¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação n° 9394/1996; a Lei n° 9.424/1996 sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; a Lei n° 1194/2007 sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, dentre outros.

³² De acordo com a LDB n° 9394/1996, os municípios são responsáveis por creches, pré-escolas e ensino fundamental; os estados se responsabilizam pelo ensino médio, além de colaborar com os municípios, para oferecer o ensino fundamental; enquanto que a União deve organizar o sistema todo o sistema e regular o ensino superior.

carreira, cargos e salários no ano de 2004. Mas essa não foi e nem é a realidade da maioria dos estados da federação.

As novas formas de gestão e organização do trabalho nas escolas, apesar de serem apresentadas como democráticas e capazes de estimular a participação, na verdade, têm atribuído novas funções aos docentes e intensificado seu trabalho, já que eles são convidados a tomar decisões sobre temas relativos não apenas ao cotidiano escolar, como também sobre questões administrativas ou outros problemas e inconvenientes com os quais a escola se defronta. O discurso de que é preciso promover “reconhecimento social” dos docentes, na realidade, tem levado à sua culpabilização pelos insucessos e resultados ruins da educação. Sem a garantia de uma sólida política de formação por parte do poder público, os professores são responsabilizados, individualmente, pelo seu aperfeiçoamento profissional, tendo em vista a melhora na qualidade do ensino, sendo assim, levados a se submeter a parâmetros organizacionais focados nos “resultados” e no “esforço individual”. O desempenho das escolas e dos docentes têm sido submetidos a uma política de avaliação³³ direcionada para a obtenção de dados quantitativos, estímulo à competição, por meio da divulgação de rankings nacionais, e o estabelecimento de metas de produtividade, sem levar em consideração os aspectos políticos, econômicos e sociais, ou seja, os aspectos qualitativos que têm grande influência sobre a organização das escolas e o trabalho educativo. O pretense discurso do “protagonismo dos docentes”, além de colocá-los como corresponsáveis pela implantação das reformas educacionais, os têm submetido a uma maior carga de trabalho, já que eles passaram a ter que atender mais alunos, construir os projetos políticos pedagógicos das escolas, resolver situações de violência, ajudar a captar recursos, dentre outras funções. Além disso, a partir das reformas educacionais da década de 1990, o perfil almejado é o do docente reflexivo, que se coloca como mediador do conhecimento e capaz de desempenhar múltiplas funções, inclusive aquelas que extrapolam a sala de aula. Sem maiores considerações sobre as contradições de nossa sociedade, há a sugestão de que graves problemas sociais como a fome, violência, gravidez na adolescência, drogas ou mesmo o desemprego

³³ Podemos citar como exemplos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que gera um ranking de desempenho das escolas de todos o país e a Prova Paraná, que avalia o desempenho das escolas da rede pública estadual de educação no estado do Paraná.

poderiam ser resolvidos com renovadas práticas administrativas e pedagógicas. (CARVALHO; WONSIK, 2015).

Os professores foram atingidos pela mesma lógica das reformas neoliberais que precarizaram as condições de trabalho dos trabalhadores como um todo, flexibilizando as regras trabalhistas. Foram tornadas mais flexíveis as regras de contratação de docentes, salários foram reduzidos e foram ampliados os contratos de trabalho temporários. De acordo com Carvalho e Wonsik (2015),

Não há como negar que, nas políticas de valorização docente, estão subjacentes as formas de regulação e de submissão características das novas condições de trabalho, nas quais se destacam a perda crescente de direitos trabalhistas, o aumento do número de contratos temporários, o pagamento de salários não condignos, a flexibilidade e a intensificação do trabalho, a responsabilização dos profissionais pelos resultados. Também o modelo de gestão desses profissionais é adequado às medidas de regulação capitalistas. (p. 388).

O que tem predominado, portanto, nos últimos anos, é a deterioração das condições de trabalho dos profissionais da educação e a adequação do modelo de gestão das unidades de ensino à lógica empresarial do setor privado, apesar de, no discurso oficial, ser destacada a valorização docente.

Dalila Andrade de Oliveira (2004, p. 1140), na mesma linha das autoras citadas anteriormente, e destacando aspectos semelhantes, considera que

assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público.

Se levarmos em consideração a reforma trabalhista aprovada em 2017, com a liberação da terceirização de forma irrestrita e a proposta de reforma da previdência aprovada em 2019, o que se delinea é um cenário em que a precarização tende a se acentuar.

No estado do Paraná, os professores da educação básica, por meio da mobilização e luta sindical, tendo à sua frente a APP-Sindicato, conquistaram um plano de carreira em 2004, como já destacamos anteriormente, na primeira metade da segunda década desse século seus salários foram equiparados aos dos demais profissionais com formação universitária contratados pelo Executivo estadual,

milhares foram contratados por meio de concursos públicos e as horas-atividades³⁴ foram ampliadas para 35% da carga horária de trabalho. No entanto, desde 2015, seus salários não têm sido adequadamente corrigidos, o percentual de horas-atividades foi reduzido em 10% e o sistema de previdência estadual³⁵, regido pela PARANAPREVIDÊNCIA³⁶, passou por modificações substanciais, que podem comprometer suas aposentadorias.

³⁴ A hora-atividade é a parte da carga horária de trabalho dos professores destinada à preparação de aulas, estudos, preparação e correção de avaliações.

³⁵ Trataremos com mais detalhes sobre a reforma da previdência estadual no capítulo 4.

³⁶ Instituição sem fins lucrativos, de direito privado, responsável pelas aposentadorias e pensões dos servidores públicos do Estado do Paraná.

3. A LUTA COLETIVA FRENTE A UM MAR DE AUSTERIDADE: QUANDO OS SINDICATOS ENTRAM EM CENA

Nesse terceiro capítulo abordamos o movimento sindical brasileiro como um todo e, especificamente, no interior desse movimento, o sindicalismo docente.

Para darmos conta desse objetivo, inicialmente, investigamos a origem histórica do sindicalismo brasileiro e as características da estrutura sindical de Estado estabelecida no Brasil a partir dos anos 1930, sob o governo de Getúlio Vargas.

Na sequência, examinamos o sindicalismo dos anos 1970 e 1980, no contexto do período da redemocratização, quando a ditadura militar enfrentava uma grave crise econômica, setores das classes médias e as classes trabalhadoras demonstravam insatisfação com sua continuidade e um novo ciclo de greves indicava uma frutífera resistência dos trabalhadores ao processo de deterioração de suas condições de vida e trabalho.

Em seguida, analisamos o processo que levou à reorientação do novo sindicalismo a partir dos anos 1990, o qual abandonou uma postura mais combativa, tornando-se mais conciliador e propositivo diante da flexibilização das leis trabalhistas, privatizações de empresas públicas e redução dos investimentos estatais em serviços públicos básicos, entre outras medidas neoliberais.

Depois, detalhamos o sindicalismo docente no Brasil, evidenciando suas conexões com o sindicalismo brasileiro como um todo e suas especificidades e limites.

Por fim, exploramos as possibilidades, limites e ações do sindicalismo brasileiro no contexto das gestões presidenciais petistas, além das perspectivas e desafios para o movimento sindical após a deposição de Dilma Rousseff e a aprovação da Reforma Trabalhista.

3.1 O INÍCIO E A TRAJETÓRIA DO SINDICATO NO BRASIL: UM SINDICALISMO ATRELADO AO ESTADO

No início do século XX, embora nossa indústria ainda fosse incipiente, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentravam boa parte das

poucas indústrias presentes no país, viram brotar um intenso movimento de trabalhadores organizados em sindicatos de caráter anarquista. Esses trabalhadores protagonizaram vários movimentos grevistas, dentre os quais podemos destacar a Greve Geral de 1917, que mobilizou cerca de 70 mil trabalhadores na cidade de São Paulo, além de trabalhadores em outros pontos do país. Naquele momento, esses trabalhadores ainda brigavam pela redução da carga horária de trabalho para 8 horas por dia, aumento salarial, melhores condições de trabalho, dentre outras condições ainda não garantidas na legislação brasileira. Nenhuma lei de proteção ao trabalho foi conseguida, a repressão policial a esses trabalhadores foi muito severa e algumas de suas lideranças, que tinham origem estrangeira, chegaram a ser deportadas.

Foi nos anos 1930 e 1940, que toda a legislação trabalhista brasileira foi criada, garantindo direitos como licença-maternidade, jornada de 8 horas diárias, férias remuneradas, salário-mínimo, dentre outros. Nesse mesmo período, o Estado brasileiro também tomou a iniciativa de organizar o movimento sindical.

A respeito da organização do sindicalismo, adotamos como referência a tese defendida por Boito Júnior (2005). De acordo com esse autor, quando o governo Vargas organizou e regulamentou a atividade sindical no Brasil também a limitou, impedindo a liberdade sindical perante o Estado e a livre organização. Para existir, qualquer sindicato deve ter um registro legal; por lei, só pode existir apenas um sindicato por categoria profissional ou setor econômico; esse sindicato único podia, pelo menos até a reforma trabalhista de 2017³⁷, cobrar taxas e impostos de toda a base de trabalhadores que representava, mesmo os não sindicalizados; esse sindicato único também tem a prerrogativa de representar os interesses dos trabalhadores diante da Justiça do Trabalho, uma área do Poder Judiciário que faz a mediação dos conflitos entre trabalhadores e empregadores, tutelando a atividade sindical.

Em essência, a Constituição de 1988, já no período de redemocratização, ao findar do período ditatorial no Brasil, mesmo com todas as mudanças que trazia para a organização da sociedade, ainda manteve as bases da estrutura sindical de Estado criada pelo governo Vargas. Se antes dela o Ministério do Trabalho tinha poder de controle sobre os sindicatos oficiais, a partir da carta constitucional de 1988, baseando-se em princípios liberais, essa tutela passou a ser

³⁷ A reforma trabalhista de 2017 retirou a obrigatoriedade do imposto sindical.

exercida pelo poder judiciário. Também foram mantidas as taxas e impostos sindicais obrigatórios, o sindicato único oficial e a necessidade de os sindicatos serem reconhecidos legalmente pelo Estado. Dessa forma, o Estado ainda pode ter influência sobre as finanças dos sindicatos e, sempre que for conveniente, a Justiça do Trabalho pode interferir na atividade dos sindicatos, por exemplo. (BOITO JÚNIOR, 2005).

Uma estrutura sindical organizada de uma tal forma pelo Estado tornou-se independente dos trabalhadores, já que estamos falando de um movimento sindical formado por sindicatos oficiais únicos, que têm à sua disposição um grande volume de recursos financeiros e monopolizam a representação de uma parcela dos trabalhadores, sem a necessidade de que eles, espontaneamente, se mobilizem. (BOITO JÚNIOR, 2005).

O que explica a permanência dessa estrutura sindical, mesmo depois de tantas mudanças em nossa estrutura social, política e econômica, passando por ditaduras, urbanização acelerada e industrialização, é a ideologia populista. Nesse caso, não se trata daquela ideia de populismo associada a um líder carismático. A ideia de populismo aqui exposta se refere àquela que leva parte significativa dos sindicalistas e dos trabalhadores a verem a estrutura sindical e, conseqüentemente, a tutela do Estado sobre o movimento sindical como algo positivo e sinônimo de proteção. Nesse caso, pode-se dizer que o populismo é uma “ideologia estatista de conteúdo reformista”, mesmo que se trate de um reformismo superficial. Há, dessa forma, um “fetichismo do Estado burguês”, que o trata como se não se ligasse aos interesses de nenhuma classe social e pudesse proteger os trabalhadores da exploração capitalista. Nessa mesma linha também aparece a valorização do caráter legítimo atribuído aos sindicatos pelo seu reconhecimento legal. Fica também evidente um certo autoritarismo e o desprezo pelo povo que, sem consciência e capacidade própria de mobilização, precisaria ter seus interesses defendidos pelo Estado. (BOITO JÚNIOR, 2005).

Claro que nem todo o movimento sindical valoriza a estrutura sindical em razão do populismo. Há parcelas do sindicalismo, como é o caso dos sindicatos ligados à Força Sindical, que defendem a estrutura sindical por ela significar uma barreira à predominância de grupos revolucionários e reformistas. (BOITO JÚNIOR, 2005).

A estrutura sindical brasileira, do ponto de vista político, exerce a moderação das ações sindicais dos trabalhadores colocando-as sob o domínio político da burguesia. Sem a necessidade de mobilizar a sua base para existir e contando com a proteção do Estado, esse sindicalismo promove a dispersão dos trabalhadores e dificulta a agregação deles com base no critério de classe. Essa estrutura sindical também favorece a manutenção de líderes favoráveis ao governo (os pelegos) à frente dos sindicatos, o que é facilitado pelo controle que eles detêm sobre os recursos dos impostos sindicais, a definição das regras das eleições sindicais e a criação de currais eleitorais compostos por sindicalizados aposentados e aqueles que trabalham em empresas pequenas. Com trabalhadores assim dispersos, tendo à sua frente líderes pelegos, é compreensível sua atuação moderada, a qual é ainda facilitada pela ação tutelar da Justiça do Trabalho no sentido de se chegar a um acordo e dirimir conflitos, evitando o questionamento da essência dos interesses capitalistas. (BOITO JÚNIOR, 2005).

Esse sindicalismo de Estado sempre enfrentou algum tipo de resistência, envolvendo sempre a minoria dos trabalhadores. Até por volta dos anos 1950, em conjunturas variadas, os trabalhadores organizaram suas ações sem contar com o sindicalismo oficial. (BOITO JÚNIOR, 2005).

Vejamos o contexto histórico em que o populismo surgiu. Nos anos 1930, as classes sociais dominadas estavam dispostas da seguinte forma: a classe operária ainda era pequena; boa parte das classes médias urbanas não era assalariada; e os camponeses, em sua maioria, eram dominados pelos proprietários de terra. Entre as classes dominantes, a burguesia compradora, responsável pelo comércio de importação e exportação, não tinha mais o domínio sobre o desenvolvimento do Estado, ao mesmo tempo que a burguesia industrial ainda não estava apta ou não tinha vontade de assumir uma posição hegemônica no interior do bloco no poder. Eram comuns episódios em que afluía um grande descontentamento popular nas cidades e pequenos grupos da classe operária e da classe média organizavam movimentos visando implementar um projeto político democrático-popular. (BOITO JÚNIOR, 2005).

Nessa conjuntura, a burocracia de Estado, tanto a civil quanto a militar, ela mesma sendo parte da classe média, sustentada na insatisfação popular, empreendeu, indo na contramão das pretensões do imperialismo norte-americano e da burguesia compradora, uma política que procurou expandir a nossa indústria, ao

passo em que também buscou incluir, embora artificialmente, as classes populares urbanas no universo da política e oferecer-lhes alguns poucos direitos sociais, dentre os quais podemos incluir a leis trabalhistas e a estrutura sindical de Estado que foi mencionada anteriormente. Essa foi a dinâmica dos governos populistas que estiveram à frente do país dos anos 1930 a 1964. (BOITO JÚNIOR, 2005).

Entretanto, à medida que o capitalismo industrial e dependente brasileiro foi sendo desenvolvido pelos governos populistas, a conjuntura nacional também mudou. A burguesia industrial foi se desenvolvendo ao ponto de pretender assumir a hegemonia política no Estado, a classe operária ampliou-se e estava concentrada, parte dos camponeses estava liberta, enquanto outra parte havia se proletarizado³⁸. Quando o movimento de massas, buscando uma participação mais efetiva no sistema político e a ampliação dos direitos sociais, forçou o populismo a ir além em suas concessões, até mesmo incluindo os trabalhadores rurais na frente populista, os proprietários de terra e a burguesia deixaram de tolerar o populismo e este foi suplantado pelo golpe militar de 1964. (BOITO JÚNIOR, 2005).

Antunes e Santana (2018) também destacam as limitações impostas pela estrutura sindical de Estado criada nos governos Vargas à atividade sindical, que desmantelou o sindicalismo autônomo existente no Brasil, pequeno, mas atuante nas primeiras décadas do século XX. Eles também apontam como limitadores nesse sindicalismo de Estado a unicidade sindical, sua estrutura confederacional, o imposto sindical, a Lei de Enquadramento Sindical³⁹ e o poder do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. Todas essas diretrizes foram corporificadas na Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), de 1943. O próprio cumprimento das leis trabalhistas criadas nesse mesmo período e agrupadas na CLT tinham o seu cumprimento atrelado ao funcionamento do sindicato oficial.

Apesar disso, os autores apontam que, aproveitando-se das brechas existentes nessa estrutura sindical, os trabalhadores encabeçaram movimentos de resistência tanto no interior como para além do que a estrutura dos sindicatos oficiais permitia. Nos anos 1950, isso ocorreu a partir da atuação das militâncias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que aliados, conseguiram ganhos em termos de organização e capacidade de mobilização,

³⁸ Tornaram-se assalariados.

³⁹ Lei que determina qual sindicato é o representante legal dos trabalhadores de uma determinada categoria profissional.

levando adiante uma série de lutas. Nesse período, foi criada uma organização intersindical, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que teve participação ao lado de outros movimentos populares na defesa das “reformas de base” no decorrer do governo Goulart.

Esse período de forte ampliação das mobilizações de trabalhadores foi encerrado com o golpe de Estado de 1964. A partir de então, para atingir os interesses no sentido da acumulação monopolista e oligopolista do capital, com a redução dos salários, houve uma intensificação do controle estatal sobre os sindicatos, com a parcela mais aguerrida do sindicalismo sendo reprimida. As instituições intersindicais foram tornadas ilegais e houve ingerência direta do governo em mais de cem sindicatos. (ANTUNES; SANTANA, 2018)

3.2 O PERÍODO FINAL DA DITADURA MILITAR, A REDEMOCRATIZAÇÃO E O NOVO SINDICALISMO

A ditadura militar, que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, teve uma postura bastante repressiva com os movimentos de trabalhadores e com os sindicatos, aproveitando-se da estrutura sindical de Estado para interferir nas suas gestões, escolha de direções, bloqueio de recursos financeiros, procurando eliminar a possibilidade de qualquer tipo de questionamento aos rumos que estavam sendo dados ao país. Essa postura se fazia necessária para tentar manter os trabalhadores calados e desmobilizados, enquanto que os seus salários eram mantidos a níveis baixíssimos. Junto com a repressão e os empréstimos externos, o arrocho salarial compõe a base que permitiu os altos níveis do crescimento econômico brasileiro⁴⁰ entre os anos finais da década de 1960 e 1973. Nesse contexto, evidentemente, o Estado brasileiro defendia os interesses dos monopólios nacionais e imperialistas, o que contrariava a ideologia do Estado que zelaria pelos interesses dos trabalhadores.

Entretanto, a disposição das classes populares foi substancialmente alterada a partir da evolução do capitalismo brasileiro nos anos 1970. A classe operária foi bastante ampliada, quase dobrando de tamanho, entre 1970 e 1976, chegando a 4,9 milhões de trabalhadores. Foi intensificada a proletarização no campo. Todas essas alterações significativas garantiram melhores condições para que as

⁴⁰ Esse período ficou conhecido como o do “milagre econômico”, quando o Brasil chegou a apresentar índices de cerca de 10% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) por ano.

classes trabalhadoras pudessem se envolver em ações em busca de melhores condições de vida e trabalho. (BOITO JÚNIOR, 2005).

Foi o desenvolvimento da indústria e de outros setores de nossa economia que levou ao crescimento do número de trabalhadores assalariados. Parte considerável do operariado estava concentrado na região que ficou conhecida como o ABC⁴¹ paulista, onde foram instaladas várias indústrias, dentre as quais estavam grandes montadoras de automóveis. Antunes e Santana (2018) chamaram esses trabalhadores de “nova classe operária”. Seriam esses trabalhadores da indústria que, junto com outros setores das classes trabalhadoras que haviam sido expandidos, tais como assalariados rurais, funcionários públicos, assalariados médios urbanos, dentre outros, protagonizaram o que ficou conhecido como novo sindicalismo.

Um sindicalismo mais combativo, a partir da segunda metade dos anos 1970, tendo como marco inicial a greve na fábrica da Scania, em São Bernardo do Campo, em 1978, esteve à frente de uma série de greves que adentrou a década seguinte, levando o Brasil a ser o país com o maior número de greves no mundo capitalista. Nesse período, ocorreram pelo menos quatro greves gerais nacionais, greves gerais por categoria, fábricas foram ocupadas e havia trabalhadores mobilizados em várias partes do país. (ANTUNES; SANTANA, 2018; ANTUNES; SILVA, 2018).

Boito Júnior (2005) destaca o sindicalismo de classe média que despontou nesse período, de forma repentina e envolvendo grandes contingentes de trabalhadores. Nesse grupo estavam os funcionários públicos, que de acordo com a legislação vigente naquele momento, estavam proibidos de integrar a estrutura do sindicato oficial. Sendo assim, seu sindicalismo foi organizado de forma independente, sem contar com o imposto sindical, unicidade sindical ou a interferência da Justiça do Trabalho.

Depois de muitos anos desde que a CGT havia sido extinta, após o golpe de 1964, foram criadas as centrais sindicais. Uma central sindical é uma instituição representativa dos trabalhadores, de âmbito nacional, que agrega sindicatos variados e de categorias profissionais diversas, sendo, portanto, uma instituição intersindical. Destacou-se dentre elas a CUT, que foi instituída em 1983. Essa central sindical foi instaurada a partir da agregação do novo sindicalismo, que

⁴¹ Sigla que corresponde às cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, importantes cidades industriais na região metropolitana da cidade de São Paulo.

brotou por dentro da estrutura sindical do período, tendo como principal modelo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, dentro do qual o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP) definia e executava suas ações basicamente à margem da estrutura sindical oficial, além da influência de outras vertentes sindicais, que também estavam agindo a partir de outras perspectivas, como era o caso do sindicalismo de origem rural. (ANTUNES; SANTANA, 2018).

Como foi organizada a partir de um dinâmico e crítico movimento de trabalhadores, a CUT era evidentemente contrária ao sindicalismo de Estado. Defendia um sindicalismo elaborado a partir da base, classista e sem a tutela do Estado e a luta por uma sociedade socialista, ou seja, com a eliminação da exploração entre capital e trabalho. Nesse sentido, ela também combatia o imposto sindical, a prerrogativa do Ministério do Trabalho de criar sindicatos, dentre outras medidas de controle sobre o sindicalismo. (ANTUNES; SANTANA, 2018; ANTUNES; SILVA, 2018).

O objetivo inicial do sindicalismo da CUT era uma atuação com autonomia e liberdade em relação à estrutura sindical de Estado, com a garantia do direito de greve. Além disso, o sindicalismo cutista negava estratégias de conciliação de classe e defendia uma maior combatividade nas disputas entre trabalhadores e patrões ou governos. (ANTUNES; SILVA, 2018)

No momento em que a CUT foi criada, o país estava em franca ebulição, o que favoreceu o novo sindicalismo. Caminhávamos para o fim da ditadura militar, com a sociedade mobilizada em torno da possibilidade de eleições diretas (Campanha das Diretas Já), movimentos grevistas, como já indicamos, despontavam em várias partes do país e o movimento estudantil era bastante atuante. (ANTUNES; SANTANA, 2018).

O novo sindicalismo liderou as lutas sociais, nos anos 1980, ao lado do PT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de outros movimentos, atuando na defesa, dentre uma série de outras pautas de lutas, dos interesses dos trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte. Toda essa mobilização garantiu que a Constituição de 1988, mesmo com muitas limitações, trouxesse mudanças na organização do sindicalismo brasileiro, tais como o fim do estatuto padrão, o direito de greve, o direito de os funcionários públicos terem seus sindicatos, apesar de ter sido mantido o regime de sindicato único e o imposto sindical,

além de outros elementos da estrutura sindical de Estado. (ANTUNES; SANTANA, 2018).

O alcance do novo sindicalismo foi tal que um de seus principais representantes, Luiz Inácio Lula da Silva, que iniciou sua vida pública como líder sindical do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e tinha sido deputado constituinte, chegou ao segundo turno das eleições presidenciais em 1989 com uma proposta alternativa de direção do país.

A atuação do novo sindicalismo, combativo e confrontador, protagonista de inúmeras greves e mobilizações na segunda metade dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, encampando reivindicações bastante significativas do contexto político nacional, tais como as Diretas Já, ou mesmo nos trâmites que estavam no entorno da elaboração da Constituição de 1988, colocou o sindicalismo brasileiro em uma direção contrária ao que ocorria nos países capitalistas avançados, onde se vivia uma crise sindical, devido aos efeitos das políticas neoliberais.

No decorrer dos anos 1980, o novo sindicalismo foi se institucionalizando, a partir de sua estruturação na CUT e no PT, os quais contribuíram para a ampliação do alcance das lutas dos trabalhadores. No entanto, ao passo em que se institucionalizavam, tanto o PT quanto a CUT foram redefinindo princípios que estavam na sua origem e reorientando suas ações. (ANTUNES; SANTANA, 2018).

A CUT e o PT foram fundados articulados um ao outro e como parte de um amplo espectro de lutas do movimento operário nos âmbitos sindical e partidário, com forte sentimento classista. Entretanto, a CUT acabou se mantendo na esfera da estrutura sindical oficial, esforçando-se para ganhar eleições no interior de sindicatos oficiais e levá-los para a sua base de filiados. No início dos anos 1990, ela já não se posicionava decisivamente contra a obrigação legal de o Estado reconhecer os sindicatos, a unicidade sindical e o imposto sindical. Com relação aos funcionários públicos, por exemplo, a CUT direcionou as suas associações, que tinham sido criadas de forma livre e espontânea, a se integrarem na estrutura dos sindicatos oficiais, buscando o reconhecimento estatal. (BOITO JÚNIOR, 2005).

Quanto ao PT, pouco mais de dez anos após a sua fundação, ocorrida em 1980, estava em processo seu gradual afastamento do movimento sindical e ele já ia deixando de manter uma relação mais estreita com as suas bases, transformando-se em um partido caracteristicamente burguês, que lutava pela

implementação de um Estado de bem-estar social em nosso país, mas “com pouca vinculação orgânica com as massas” (BOITO JÚNIOR, 2005, p. 66).

Para Boito Júnior (2005), a estrutura sindical brasileira é um dos fatores que colaborou para esse redirecionamento das ações da CUT e do PT. Ela contribui, como indicamos no item anterior, para a dispersão dos trabalhadores; estimula o corporativismo entre os diversos setores do movimento sindical, o que impediu que PT contasse com uma base que o alçasse à condição de partido operário de massa; o seu estatismo leva os sindicalistas a desconsiderarem os partidos políticos; e esse estatismo também conduz ao apartidarismo dos sindicatos oficiais, como se estivesse subentendido que a direção política dos sindicatos coubesse ao Estado burguês⁴².

3.3 A REORIENTAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO A PARTIR DOS ANOS 1990

⁴² O conceito de Estado com o qual trabalhou-se nessa pesquisa é o que trazido por Décio Saes (1998), que partindo das ideias de Poulantzas (1977), evidenciando-as e ampliando-as, nos oferece uma ampla e clara definição do conceito de Estado burguês. Sabemos que, no universo do capitalismo, os trabalhadores, para garantirem o seu sustento, precisam vender sua força de trabalho, em troca de um salário, ao proprietário dos meios de produção. Há nessa troca a exploração do sobretrabalho dos produtores diretos pelo proprietário dos meios de produção, ou seja, o trabalhador não recebe tudo o que equivale ao trabalho executado por ele. Produtor direto e proprietários vivem condições desiguais, mas são apresentados como iguais, sendo a troca da força de trabalho por um salário apresentada como uma troca de “equivalentes” realizada entre “iguais”. O que garante a reprodução dessas relações de produção capitalistas são as instituições do Estado burguês.

É o Estado burguês que possibilita a sustentação ideológica necessária à reprodução das relações de produção capitalistas, ao converter produtores diretos e proprietários dos meios de produção em indivíduos com “direitos” e “vontade subjetiva”. Assim, a troca entre salário e o uso da força de trabalho é apresentada como uma troca realizada entre indivíduos com iguais condições, como uma simples troca comercial regulada por um contrato. Esse Estado ainda busca inviabilizar a “tendência à ação coletiva” dos produtores diretos, a partir de sua organização enquanto classe social, em oposição aos proprietários dos meios de produção, por meio da integração desses últimos e dos produtores diretos como componentes iguais de um mesmo “Povo-Nação”, localizado em um território específico e demarcado.

Décio Saes ainda discorre sobre a estrutura jurídico-política para destacar a especificidade do modo de produção capitalista. Para realizar essa análise, o autor divide o Estado em dois segmentos, o “direito burguês” e o “burocratismo”, os quais mantêm estreitas relações. O “direito burguês” regulamenta e garante regras claras e previsíveis nas relações entre os agentes da produção, permitindo a repetição dessas relações, ao mesmo tempo em que trata de forma igual os desiguais (exploradores e explorados), que enquanto indivíduos com direitos garantidos em lei, podem celebrar contratos, cujo cumprimento poderá ser assegurado, caso necessário, pelas ações do Poder Judiciário (responsável pela aplicação das leis). O “burocratismo” compreende um conjunto de regras de ordenação do “aparelho de Estado” (forças armadas, forças coletoras, Judiciário, administração etc.) que consiste basicamente na não concentração das responsabilidades do Estado nas mãos da classe exploradora, abrindo espaço para que membros da classe explorada tenham acesso a cargos na burocracia estatal (por meio de concursos, por exemplo). Além disso, também se busca a “hierarquização” das atividades do Estado levando em consideração a capacidade e o nível de instrução dos indivíduos que se propõem a exercê-las. Organizada dessa forma, de acordo com critérios de mérito e competência, a burocracia estatal tem como principal interesse político manter e desenvolver o Estado burguês. A partir desses pressupostos, o burocratismo preserva o domínio da classe burguesa e promove o desenvolvimento do Estado burguês.

Nos anos 1990, como desenvolvemos no capítulo 2, a partir do governo de Fernando Collor de Melo, as políticas neoliberais começaram a ser implantadas no Brasil, impondo uma série de novos desafios ao movimento sindical. Ao lado da desregulamentação da economia, abertura comercial, redução dos gastos com serviços públicos, privatização de estatais, dentre outras medidas, os governos do período começaram a flexibilizar nossa legislação trabalhista. Diante desse novo cenário, com o aumento da informalidade no mercado de trabalho, terceirização, subemprego, altos níveis de desemprego, o que caracteriza uma intensa precarização do trabalho, houve um redirecionamento das pautas reivindicativas e das ações dos sindicatos.

Em 1995, no princípio do governo Fernando Henrique, ocorreu uma significativa greve de petroleiros, que foi duramente reprimida pelas forças do Estado. Os petroleiros foram derrotados e, por esse episódio, a CUT foi bastante questionada por não lhes dar o devido apoio. Nesse novo contexto, evidentemente, isso se deveu ao fato de o sindicalismo da CUT já ter assumido uma postura mais defensiva e moderada. (ANTUNES; SANTANA, 2018).

A criação da Força Sindical, em 1991, é característica desse período. Essa nova central sindical foi instaurada com uma proposta de sindicalismo alinhada às medidas neoliberais e passou a rivalizar com CUT como possível representante dos sindicatos de trabalhadores. (ANTUNES; SANTANA, 2018).

A Força Sindical despontou com objetivos bastante ambiciosos. Ela se colocava como uma central sindical menos radical que a CUT, moderna e se propunha a transformar nossa cultura sindical, primando pela negociação, sendo o confronto direto e, portanto, a greve, vista como uma alternativa a ser adotada somente em último caso. Para essa central, os sindicatos poderiam buscar influir no âmbito político, na defesa dos interesses dos trabalhadores, no entanto, não deveriam ter filiação partidária. Seu tipo de sindicalismo é o que ficou conhecido como “sindicalismo de resultados”, já que aceitava como realidade a dominância do capitalismo, as práticas neoliberais, a sociedade de mercado, procurando, dentro dessa nova realidade e sem questioná-la, maiores benefícios aos trabalhadores. Nessa linha de raciocínio liberal, caberia aos trabalhadores, no universo da política, somente a participação cidadã e seu único horizonte de melhora seria a ampliação da participação dos salários na renda nacional. É óbvio que essa postura está bem longe

da “desideologização” a que se pretendia essa central sindical, tendo se convertido mais em um instrumento para retirar a resistência dos trabalhadores às iniciativas dos governos neoliberais, subordinando a classe trabalhadora aos interesses da sociedade de mercado. A Força Sindical se posicionou, por exemplo, abertamente favorável à diminuição da participação do Estado na economia. (ANTUNES; SILVA, 2018).

De acordo com Araújo e Oliveira (2014), a Força Sindical se posicionou de forma favorável às privatizações de empresas públicas, às qualidades do mercado e à flexibilização dos direitos trabalhistas, apoiando os interesses do patronato nessa direção.

Mesmo a CUT, sob influência da Articulação Sindical, grupo hegemônico em seu interior, passou a assumir posturas muito próximas do sindicalismo socialdemocrata europeu, ou seja, primando por ser mais propositiva, abrindo-se à negociação e buscando acordos possíveis, ao mesmo tempo que se reforçava institucionalmente, tornando-se cada vez mais verticalizada, procurando ser uma opção viável ao neoliberalismo. (ANTUNES; SANTANA, 2018).

Essa nova perspectiva de sindicalismo passou a ter na negociação seu principal meio de ação e a defender que não cabia ao sindicalismo apenas rejeitar o que propunham governos e patrões, mas, diante das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, elaborar propostas alternativas possíveis de serem implementadas em face da nova realidade. Essa perspectiva procurava a adequação do sindicalismo a um cenário de crise, avanço das políticas neoliberais com a consequente precarização das relações de trabalho e a redução da atividade sindical no Brasil e no mundo. (ANTUNES; SILVA, 2018).

Sendo assim, como podemos perceber, a CUT, com origem e propostas iniciais completamente diferentes da Força Sindical, ao longo dos anos 1990, foi abandonando em seus discursos e em suas ações um olhar voltado para a “classe”, substituindo-o pelo “combate aos diversos problemas enfrentados pela classe trabalhadora, tais como discriminação racial, de gênero, geracional, desemprego, qualificação, terceirização etc., associados sempre à ideia de conquista da cidadania, sem uma clara visão de classe” (ANTUNES; SILVA, 2018, p. 202). Surpreendentemente, nesse novo contexto, tanto na forma de agir quanto nas teses que passou a defender, ao focar na defesa dos direitos sociais como conquista da cidadania, privilegiar a negociação e uma postura propositiva, sem uma clara defesa

de um projeto alternativo de sociedade, a CUT e a Força Sindical tornaram-se cada vez mais próximas.

De acordo com Boito Júnior (2002), a implantação das políticas neoliberais no Brasil, ao promover a degradação das condições de vida das classes populares, tendeu a gerar um processo de resistência. O movimento sindical organizado, no interior do qual setores mais atuantes como o dos metalúrgicos e petroleiros, além da baixa classe média, em especial bancários e funcionários públicos, constituiu uma frente importante de contestação às políticas econômicas e sociais do neoliberalismo. No entanto, o desemprego e a precarização das condições de trabalho, junto à hegemonização da ideologia neoliberal no Brasil criaram grandes entraves para a luta sindical.

O cenário de mudanças tecnológicas, abertura comercial, fusões de empresas e crescimento econômico reduzido levou à queda nas vagas nos setores bancário e metalúrgico. Contribuiu ainda para o enfraquecimento dos metalúrgicos a descentralização da indústria automobilística, até então concentrada na região metropolitana de São Paulo (ABCD⁴³), com as montadoras optando por direcionar seus novos investimentos para vários outros estados como Paraná, Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais e interior do estado de São Paulo. (BOITO JÚNIOR, 2002).

O sindicalismo do funcionalismo público também foi duramente impactado pela ideologia neoliberal. Desde Collor, com sua cruzada contra os funcionários públicos, denominados por ele como “marajás”, esses foram progressivamente qualificados como “privilegiados” e poucos produtivos. A postura dos governos contra as greves dos funcionários públicos foi se tornando cada vez mais dura, colocando-os numa condição defensiva. Esse contexto gerou inúmeros obstáculos para o desenvolvimento da luta sindical e grevista, principalmente se levarmos em consideração que greves de trabalhadores do setor público, apesar de buscar a melhoria dos serviços públicos, priva a população dependente desses serviços, ao menos em um primeiro momento. (BOITO JÚNIOR, 2002).

Para Boito Júnior (2002), teria sido todo esse conjunto de fatores que levou à mudança na estratégia de ação sindical da CUT. Essa conjuntura impõe desafios muito mais complexos a ações de resistência, tendo em vista que até mesmo

⁴³ Sigla que corresponde às cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, importantes cidades industriais na região metropolitana da cidade de São Paulo.

parte do sindicalismo aderiu às ideias neoliberais, como é o caso da Força Sindical. Essa última, em várias ocasiões⁴⁴, por exemplo, conseguiu sabotar iniciativas da CUT com o objetivo político de fazer oposição à política econômica neoliberal. Alguns aspectos do ideário neoliberal passaram a vigorar até mesmo dentro da própria CUT que, como indicamos anteriormente, passou a praticar um sindicalismo propositivo, com um conjunto de reivindicações muito mais reduzido, privilegiando a celebração de acordos com empresários e com o governo, ao invés do encaminhamento de greves massivas.

Mesmo nesse contexto dos anos 1990, claramente desfavorável aos trabalhadores, e em que a CUT adotou uma estratégia de ação mais moderada, dando preferência para a negociação e a proposição, ela não deixou de fazer oposição e combater as políticas neoliberais, lutando contra ações que visavam a fragilização das relações de trabalho e a redução de direitos. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

É preciso destacar ainda que a estratégia de maior moderação da CUT reforçou a orientação, já comum em outras centrais sindicais, de atribuir um papel cada vez mais importante à atuação na esfera institucional, o que estava previsto na Constituição de 1988. Esse foi o caso, por exemplo, da atuação dos sindicatos nos conselhos de gestão, tal como ocorreu com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT)⁴⁵. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

3.4 O SINDICALISMO BRASILEIRO NO CONTEXTO DAS GESTÕES PETISTAS: FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA, AMPLIAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES E CONQUISTAS E LIMITES À ATUAÇÃO DOS SINDICATOS

⁴⁴ De acordo com Patrícia Vieira Trópia, na ocasião da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1993, a Força Sindical atuou apoiando a direção da empresa no processo de privatização, agindo, a princípio, paralelamente ao sindicato oficial que representava os funcionários da empresa, e intensificando esse apoio após um grupo favorável a essa central substituir os partidários da CUT, contrários à privatização, na direção do sindicato. Dessa forma, ela conseguiu contribuir para arrefecer a resistência dos funcionários, defendendo a ideologia neoliberal, incentivando-os a comprarem ações da empresa, tornando-se “investidores” e inculcando neles a ideia de que as estatais eram “cabides de emprego” para pessoas com relações próximas a políticos e concedia muitos privilégios a seus funcionários. Em 2001, quando estava sendo discutido o PL 5.483/01, de autoria do Executivo, que visava instituir a prevalência do negociado sobre o legislado, o que permitiria alterações substanciais na Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) já naquela época, a Força Sindical deu amplo apoio a esse projeto, contrariando as iniciativas de parte dos representantes da CUT e da CGT (Central Geral dos Trabalhadores), que protestaram contra ele.

⁴⁵ Corresponde a um órgão colegiado, organizado de forma tripartite e paritário, ou seja, com membros em pé de igualdade, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo. Tem como responsabilidade gerir os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que são utilizados para bancar o Programa do Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Programas de Desenvolvimento Econômico.

O PT assumiu o governo em 2003, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais do ano anterior. Naquele momento, como já indicamos no capítulo anterior, o neoliberalismo estava em crise e o Brasil apresentava altos índices de desigualdade. Foi esse contexto que facilitou o sucesso eleitoral do PT diante da aliança política PSDB-PFL, grupo político responsável pela reorganização da economia brasileira, em acordo com os preceitos neoliberais, a partir do início dos anos 1990, por meio da abertura econômica, desregulamentação do Estado e privatizações.

Entretanto, quando o PT que chegou ao poder, de acordo com Ricardo Antunes e Luci Praun (2018), também já havia passado por uma mudança de postura semelhante à que tinha ocorrido com a CUT ao longo dos anos 1990. Já na campanha, por meio da “Carta ao povo brasileiro”, assinada pelo futuro presidente Lula, o PT procurou garantir ao mercado financeiro que as bases da política econômica do governo anterior seriam mantidas e se comprometeu a cumprir os compromissos e os contratos assumidos pelo país até aquele momento. O PT, portanto, estava longe de ser um partido essencialmente voltado para os interesses da classe trabalhadora, tendo construído uma espécie de pacto com frações diversas da classe dominante para gerir o capitalismo brasileiro.

Assim como já colocamos no capítulo anterior, os governos petistas mantiveram as bases do neoliberalismo no país, ainda que tenham promovido várias mudanças positivas. Por meio do modelo de desenvolvimento neodesenvolvimentista, adotado a partir dos governos de Lula, como vimos, o Estado passa a ser um personagem fundamental para o desenvolvimento da economia capitalista, financiando grandes empresas privadas nacionais, realizando grandes obras de infraestrutura de interesse do grande capital e por meio de programas e iniciativas com o intuito de transferir renda para a classe trabalhadora pobre, conseguindo, desse modo, mercado de consumo interno e apoio social para esse projeto burguês.

As expectativas do movimento sindical com relação à eleição de Lula eram elevadas, tendo em vista que se tratava de um ex-operário e líder sindical na presidência, fato inédito em nossa história. A CUT o apoiou desde o primeiro turno, enquanto que outras centrais, a exemplo da Força Sindical, somente no segundo. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

O governo Lula fez grandes esforços no sentido de criar instituições

que pudessem envolver os sindicatos nas discussões acerca dos rumos do país. A ideia era promover um diálogo com representantes da sociedade, no entanto, o alcance dessas instituições foi bastante limitado. Uma delas foi o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), formado por representantes dos trabalhadores, do governo e dos empresários, que retomou, já em 2003, as discussões sobre uma proposta de Reforma Trabalhista e Sindical. A ideia foi criar um espaço que possibilitasse a revisão da legislação trabalhista e sindical por meio da negociação. Uma proposta de Reforma Sindical chegou a ser elaborada a partir das discussões no FNT, a qual previa, dentre outras medidas, a legalização das centrais sindicais, o fim do imposto sindical, a relativização do poder normativo da Justiça do Trabalho etc. Essa proposta, apesar de defendida pela Força Sindical e CUT, foi questionada por alguns grupos de dentro dessa última, pelas confederações oficiais e parte do empresariado. Diante dessa resistência e da crise que se abateu sobre o governo, devido a denúncias de corrupção, no episódio que ficou conhecido como “mensalão”, a proposta de Reforma Sindical não foi aprovada no Congresso Nacional. Posteriormente, até mesmo o FNT foi sendo deixado de lado. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

Parte das propostas da Reforma Sindical acabou sendo contemplada pela Lei n. 11.648 de 2008, que reconheceu a legitimidade das centrais sindicais como representantes dos sindicatos e de seus filiados, tornando-as oficiais e com direito de representá-los em fóruns ou outras instituições voltadas para o debate de temas relativos aos interesses dos trabalhadores. Essa lei ainda estipulou que as centrais sindicais passariam a ter o direito de ficar com 10% do imposto sindical recolhido dos trabalhadores. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014; ANTUNES; PRAUN, 2018).

Outra característica importante do período foi que parte significativa dos altos cargos da administração federal, tais como ministérios, conselhos de empresas estatais e de empresas privatizadas foi ocupada por lideranças oriundas do movimento sindical, inclusive lideranças das centrais sindicais. Esse fator, associado ao fato de que o reconhecimento oficial das centrais facilitou o acesso a recursos financeiros estatais, promoveu uma maior aproximação dessas centrais com o governo Lula. (ANTUNES; PRAUN, 2018).

A Reforma da Previdência, aprovada pelo governo Lula em 2003, teve

grande impacto sobre a aposentadoria dos servidores públicos⁴⁶, causando atritos de parte das centrais sindicais e, especialmente, sindicatos de funcionários públicos, com o governo. Sindicatos de funcionários públicos filiados à CUT protagonizaram grandes greves contra essa reforma, mesmo com a posição contrária dessa central. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

O escândalo de corrupção do “mensalão”⁴⁷ foi outro fator que causou divisão no meio sindical, tanto entre as centrais sindicais, como no interior da própria CUT. A Força Sindical⁴⁸, junto com a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a Social Democracia Sindical (SDS) e a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) se manifestaram contra a corrupção e pediram que tudo fosse rigorosamente averiguado e os culpados punidos. A CUT, apesar de se colocar frontalmente contra a corrupção, não adotou uma postura mais contundente diante da grave crise política originada desse escândalo de corrupção, colocando-o em segundo plano e afirmando que o mais relevante que estava em jogo era a disputa pelo poder. Esse posicionamento da central levou grupos mais à esquerda em seu interior a questionarem sua falta de autonomia e postura pouco crítica diante do governo Lula. A amplificação dos desentendimentos internos nesse contexto do “mensalão”, aliada ao descontentamento gerado na ocasião da aprovação da Reforma da Previdência conduziram à ruptura. Esses grupos descontentes deixaram a CUT e formaram outra instituição intersindical, a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), sob a influência do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Sindicatos de grande importância, a exemplo do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), também se desfilaram da CUT. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

Além da CONLUTAS, à medida que se vislumbrava a possibilidade

⁴⁶ Essa reforma eliminou a aposentadoria integral para os funcionários públicos, salários iguais para ativos e inativos, alterou o tempo de contribuição e estipulou uma idade mínima para se aposentar, além de passar a cobrar a contribuição previdenciária dos aposentados.

⁴⁷ O que ficou conhecido como “mensalão” foi um escândalo de corrupção em que dinheiro público era desviado por alguns membros do PT e utilizado para pagar deputados federais da base aliada do governo que votavam de forma favorável aos projetos propostos pelo Executivo. Foi revelado em 2005 pelo então deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que denunciou o esquema.

⁴⁸ Os autores destacam que, apesar desse posicionamento, a Força Sindical também assinou a “Carta aos trabalhadores e à sociedade brasileira” em conjunto com a CUT, o MST e várias outras instituições. Nessa carta, defendia-se que havia oportunismo entre alguns integrantes da oposição que estavam tentando utilizar as denúncias contra alguns membros do governo como uma oportunidade para pôr um fim ao governo do primeiro trabalhador a chegar à presidência da República.

da aprovação da Lei de 2008 que reconheceu as centrais sindicais e permitiu que elas tivessem acesso a recursos do imposto sindical, várias outras centrais sindicais foram criadas e centrais antigas se fundiram para se adequar aos critérios da lei, permitindo seu reconhecimento. A União Geral dos Trabalhadores (UGT), por exemplo, foi instituída em 2007, com a junção da CGT, a CAT e a SDS. Já a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), também em 2007, foi formada por um grupo atrelado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) que deixou a CUT. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

Para Ângela Maria Carneiro Araújo e Roberto Vêras de Oliveira (2014, p. 55), a respeito da postura dos sindicatos em relação aos governos do PT

[...] Em geral tem prevalecido a cautela, o cuidado em não contribuir para fortalecer um discurso conservador, identificado com o quadro adverso anterior. A conversão de lideranças sindicais em quadros do governo tem sido um fator decisivo para impedir uma postura mais independente e crítica daquelas em relação a esse. Tal situação se colocou de modo mais contundente para a CUT, que ao longo de todo o período vem adotando uma postura de forte sintonia com o Governo, o que em momentos críticos produziu dissensões em seu interior.

Para os autores, portanto, a posição de parte do movimento sindical que se manteve alinhado aos governos do PT, com destaque para a CUT, é a de perda de autonomia e de iniciativa.

Os mesmos autores acreditam que o movimento sindical, sob o governo Lula, de forma geral, assumiu uma postura de maior passividade e à espera das tomadas de iniciativas por parte do governo. Em comparação com os anos 1980 e 1990, o sindicalismo perdeu seu protagonismo político e tem tido dificuldade em colocar seus interesses no centro das discussões políticas do país. O movimento sindical acabou se limitando a uma “agenda de negociações diretas”, com a obtenção de algumas vantagens, e a atuação em esferas institucionais públicas e sindicais.

Para Ricardo Antunes e Jair Batista da Silva (2018), a CUT e a Força Sindical, diferente das disputas que protagonizaram nos anos 1990, trabalharam lado a lado, em parceria com o governo Lula. As diferenças entre elas foram amenizadas, à medida que, como vimos, ambas passaram defender a “negociação” como o melhor caminho para a lutas dos trabalhadores e a busca da “cidadania” como objetivo. Representantes dessas duas centrais sindicais⁴⁹ assumiram ministérios, secretarias, trabalharam como gestores de fundos de pensão e em conselhos de empresas

⁴⁹ Em maior medida grupos oriundos da CUT, tendo em vista sua maior proximidade com o PT.

estatais.

De acordo com os mesmos autores, depois de muitos anos de busca pela independência e autonomia do movimento sindical frente ao Estado, bandeira amplamente defendida pela CUT por muitos anos, o novo sindicalismo sucumbe ao controle estatal. Ganha força o sindicalismo de Estado, ao passo em que as centrais sindicais passaram a contar com recursos públicos provenientes do FAT e a ganhar parte do imposto sindical. Nesse novo contexto, entretanto, o sindicalismo de Estado foi associado à “proposição e à negociação”.

Ricardo Antunes e Jair Batista da Silva (2018, p. 79) afirmam que

[...] as últimas duas décadas do século XX empurraram o novo sindicalismo em direção a uma esdrúxula combinação, síntese de ao menos três movimentos: a velha prática peleguista, a forte herança estatista e a grande influência do ideário neoliberal (ou social-liberal), impulsionada ainda pelo culto da negociação e da defesa do cidadão. Vale dizer que cada um desses elementos pode ter prevalência em diferentes conjunturas. Essa concepção parece estar gestando uma espécie de sindicalismo negocial de Estado.

Dessa forma, como afirmam os autores, o novo sindicalismo foi se distanciando de seus princípios originais, que primavam pela autonomia e liberdade em relação à estrutura sindical de Estado, negavam estratégias de conciliação de classe e defendiam uma maior combatividade nas disputas entre trabalhadores e patrões ou governos. Suas lideranças passaram a defender os interesses do governo (peleguismo); adentrou à estrutura sindical de Estado, a partir do reconhecimento oficial das centrais sindicais, que passaram a se manter com a ajuda de recursos do imposto sindical e do FAT; e abandonaram a postura combativa em prol da negociação.

Como já destacamos anteriormente, desde os anos 1990, a maior parte do sindicalismo brasileiro tem assumido uma postura de moderação política, abandonando proposições como as de implementação de um Estado de bem-estar social, estatização de bancos, sistemas de saúde, educação e transporte e se dedicado a defender a retomada do crescimento econômico. Os governos petistas estimularam essa posição de moderação política nos dirigentes do movimento sindical, ampliando, como já indicamos, os espaços de participação dos sindicatos e líderes sindicais em instituições do governo (Conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat, Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, etc.) e encorajando a união entre os sindicatos e uma parcela do empresariado. Isso contribuiu para o entendimento de que era possível o sindicalismo,

governos petistas e a burguesia agirem juntos e de forma colaborativa, muito embora a influência efetiva dos sindicatos tenha sido bastante reduzida e poucos de seus projetos tenham sido colocados em prática. (BOITO JÚNIOR; GALVÃO; MARCELINO, 2018).

Nos capítulos anteriores, nos referimos à formação de uma frente política neodesenvolvimentista⁵⁰, marcada pela contraditoriedade, que se converteu na base social e permitiu os êxitos políticos e eleitorais dos governos do PT. A maior parte do sindicalismo brasileiro esteve incorporado a essa frente, incluindo grandes centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical (FS), dentre outras. (BOITO JÚNIOR; GALVÃO; MARCELINO, 2018).

As gestões petistas, com o programa econômico neodesenvolvimentista, associado a um cenário internacional favorável (crescimento chinês e alta demanda por commodities), levaram o Brasil a um ciclo virtuoso de crescimento econômico que provocou uma acentuada redução do desemprego.⁵¹ Uma taxa menor de desemprego promove, além de melhores condições de vida à população, uma conjuntura mais favorável à luta sindical. Esse contexto levou a uma clara recuperação do movimento sindical brasileiro. No entanto, a atuação do movimento sindical como parte da frente neodesenvolvimentista e sua posição cautelosa de maneira a não pôr em risco os ganhos obtidos com as gestões petistas, foram obstáculos à luta por propósitos que pudessem ferir os interesses do empresariado. (BOITO JÚNIOR; GALVÃO; MARCELINO, 2018).

Com relação aos direitos sociais e trabalhistas, os governos do PT assumiram posicionamentos divergentes no que diz respeito às políticas sociais, pois ao mesmo tempo em que se esforçaram para ampliar direitos, como foi o caso da extensão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para empregadas domésticas e aumento do tempo de licença maternidade, também apoiaram a flexibilização das regras trabalhistas, por exemplo, com a legalização de contratos precários de trabalho.⁵² Reivindicações históricas do movimento sindical, tais como

⁵⁰ Desenvolvemos esse conceito mais detidamente no capítulo 2.

⁵¹ A taxa de desemprego caiu de 12,3%, em 2003, para 5,5%, em 2012. (BOITO JÚNIOR; GALVÃO; MARCELINO, 2018).

⁵² A criação da Figura do microempreendedor individual (MEI), com o qual o indivíduo passa ter um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), apesar de ser apresentada como uma oportunidade para que trabalhadores informais se legalizem e tenham acesso a alguns benefícios, como a facilidade de crédito, por exemplo, também abriu a possibilidade para que muitas empresas passassem substituir seus trabalhadores por MEIs, com o intuito de evitar o pagamento dos encargos trabalhistas previstos na CLT.

40 horas de trabalho semanais ao invés de 44, a proibição da demissão sem motivos, a adesão à convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que impõe a negociação coletiva no serviço público e o estabelecimento de regras mais benéficas aos trabalhadores para a terceirização, não tiveram sucesso. (GALVÃO; MARCELINO, 2018).

Para Andreia Galvão e Paula Marcelino (2017), três razões explicam o não atendimento das demandas do movimento sindical durante as gestões do PT: em primeiro lugar, possíveis maiores ganhos para os trabalhadores não avançavam porque esbarravam nas reivindicações da grande burguesia interna, parte da frente política neodesenvolvimentista, dentro da qual estavam empresários do agronegócio e industriais; outro fator é que não é fácil envolver os trabalhadores na luta por um conjunto mais amplo de direitos numa conjuntura de desenvolvimento econômico, com baixo índice de desemprego e uma melhor distribuição de renda, tendo em vista que muitos deles já se dão por satisfeitos com essa melhora em suas condições de vida; por último, se colocou a forma de organização dos mais importantes fóruns tripartites instituídos pelo governo Lula, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o FNT. Sem um histórico de instituições de concertação social no Brasil, esses fóruns não tiveram regularidade e nem uma grande atuação. A disposição dos membros desses fóruns e a forma como funcionaram também se converteram em entraves para a discussão de interesses dos sindicatos, já que a maioria dos membros eram do setor empresarial. (GALVÃO; MARCELINO, 2018).

A maioria dos sindicatos e centrais sindicais, mesmo com todas essas limitações, apoiou politicamente os governos Lula e Dilma, assumindo uma posição moderada na luta política. As centrais sindicais que apoiaram os governos do PT se mostraram moderadas ao aceitar, sem questionar em sua essência, o modelo de desenvolvimento econômico adotado por esses governos, brigando, no máximo, por medidas que permitissem o crescimento econômico, com distribuição de renda, tomando como horizonte uma postura reformista dentro da ordem do capital. Algumas centrais menores, CSP-Conlutas e Intersindical, não reconhecidas oficialmente, no entanto, se colocaram na oposição ao PT e apontaram as limitações e inconsistências de seu neodesenvolvimentismo, que não permite que as principais reivindicações dos trabalhadores, que apontamos anteriormente, sejam atendidas. Essas, todavia, não conseguiram angariar um grande apoio diante de um governo bastante popular. (GALVÃO; MARCELINO, 2018).

De forma geral, mesmo com a moderação política das principais centrais sindicais, podemos dizer que houve o aumento do número de greves na nova conjuntura criada pelos governos do PT. Como já foi observado, a inflexão nas taxas de desemprego criou um cenário propício para uma maior quantidade de greves, que, diferente das que foram comuns nos anos 1990, tiveram um caráter ofensivo, ou seja, em busca de novas conquistas. Na maior parte do período, os grevistas foram, majoritariamente do setor público, entretanto, em 2008 e 2012, houve mais greves do setor privado que do funcionalismo público. Essas greves mantiveram o padrão histórico comum ao sindicalismo, concentrando-se na busca da ampliação de salário e sem contar com um amplo engajamento dos trabalhadores na vida sindical. Outra marca do período foi que a maioria das greves obteve sucesso, conseguindo aumentos reais de salário acima da inflação. (BOITO JÚNIOR; GALVÃO; MARCELINO, 2018).

3.5 O SINDICALISMO DOCENTE

Os professores têm uma cultura associativa, com pautas reivindicativas que, desde a existência das primeiras associações de docentes, não se limitam a questões trabalhistas ou apenas corporativas. Já nos anos 1920, associações de professores começaram a se colocar de forma organizada no âmbito das definições sobre os rumos da política educacional brasileira, defendendo o acesso universal à educação pública e gratuita. Outra característica é a fragmentação histórica e estrutural das associações de docentes brasileiros. Estas foram criadas e se desenvolveram à margem da estrutura sindical organizada no governo de Getúlio Vargas, que não abarcava o funcionalismo público. Sendo assim, diferenças políticas e profissionais (educação infantil, ensino fundamental, médio e ensino superior) favoreceram a pulverização em inúmeras entidades. Por fim, outra particularidade está no processo de transição das associações de professores para sindicatos, o qual ocorre entre o final dos anos 1970 e início da década de 1990, com a possibilidade aberta pela Constituição de 1988 de os servidores públicos constituírem sindicatos. Nesse processo, as organizações docentes se aproximaram política e ideologicamente do novo sindicalismo e do PT, junto com várias outras organizações sindicais, acadêmicas e estudantis que tiveram participação nos embates pela redemocratização do país, ao passo que o professor é reconhecido como trabalhador,

imerso na luta de classes, e se legitima a democracia formal e o Estado de Direito. Essa aproximação não ocorreu de forma exclusiva apenas com o PT, mas é fato que vários líderes sindicais docentes acabaram assumindo mandatos eletivos ou cargos políticos por esse partido.⁵³ (FERRAZ; GINDIN, 2014). A seguir, exploraremos em mais detalhes a organização do sindicalismo docente no Brasil, analisando suas conexões com o sindicalismo brasileiro como um todo.

Por volta da metade do século XX, em quase todos os estados brasileiros, havia associações de professores primários que atuavam nas redes públicas de ensino. Também existiam algumas associações de professores do ensino médio, professores de escolas técnicas e professores licenciados. Essas associações foram organizadas à margem da legislação trabalhista da época, que ainda não permitia a criação de sindicatos por funcionários públicos. Em 1960, várias dessas associações de professores primários, que agregavam professores das redes estaduais, se uniram para criar uma instituição de abrangência nacional, a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). (GINDIN, 2013).

De acordo com Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2006), a CPPB, instituição de docentes de maior importância nos anos 1960, nos seus primeiros anos, não atuava além dos limites de uma associação que também desenvolvia atividades recreativas. Além disso, essa entidade apoiou, inicialmente, a ditadura militar instaurada em 1964.

Todavia, como já observamos no capítulo anterior, no período da ditadura militar ocorreram mudanças significativas nas carreiras dos professores e em suas condições de trabalho, que promoveram uma profunda precarização de seu trabalho. Devido à ampliação da obrigatoriedade do ensino de 4 para 8 anos, houve um esforço no sentido de formar mais professores e absorvê-los nas redes públicas de ensino. O número de professores em atividade no país aumentou muito, ao mesmo tempo em que os professores, junto com a maior parte dos demais trabalhadores do país, enfrentaram um duro arrocho salarial. Esse cenário era claramente propício para o crescimento da insatisfação e, conseqüentemente, da mobilização dos professores em busca de melhores condições de trabalho e salário.

Ao longo dos anos 1970, a CPPB, depois que passou a representar professores de todas as séries da educação básica, teve seu nome alterado para

⁵³ No Paraná, podemos citar como um exemplo o professor José Lemos, ex-dirigente da APP-Sindicato, já em seu terceiro mandato como deputado estadual pelo PT.

Confederação dos professores do Brasil (CPB). Nesse mesmo período, cresceu entre parte de suas lideranças o descontentamento com a ditadura militar, devido à piora nas condições de trabalho dos professores. Quando despontaram as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, no final dos anos 1970, esse novo contexto reverberou sobre os professores, que também organizaram movimentos grevistas em quase todos os estados brasileiros. Os professores do Paraná, da Bahia e de São Paulo estão entre os primeiros que fizeram greve, já em 1978. (GINDIN, 2013).

Os professores já tinham feito greve em períodos anteriores a esse, no entanto, o que tinha de inovador no final dos anos 1970 é que essas greves se tornaram muito mais intensas e abrangentes, espalhando-se pela quase totalidade do território nacional. Além disso, os líderes dessas greves de profissionais da educação aproximaram-se dos líderes do sindicalismo operário, algo que não havia acontecido até então no Brasil. (GOUVEIA; FERRAZ, 2013).

Dentre os professores que estavam à frente das greves, uma parte estava ligada ao PT, outra ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), também havia aqueles ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e os grupamentos de outros segmentos de esquerda. Existiam ainda os líderes anteriores a esse período de mobilizações que não militavam em partidos de esquerda. (GINDIN, 2013).

Durante os anos 1980, as associações docentes foram se ampliando, a partir do seu avanço para o interior dos estados, à medida que conquistavam cada vez mais filiações de novos trabalhadores. O número de sócios filiados à CPB passou de 76 mil em 1978, para 295 mil em 1985. Os professores universitários e os trabalhadores da educação básica da rede federal organizaram instituições independentes (o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior/ANDES-SN e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica/SINASEFE). Não prosperaram as tentativas de criação de entidades que unificassem trabalhadores em educação das redes pública e privada. E houve ainda o esforço no sentido de unir nas mesmas instituições os diversos tipos de trabalhadores em educação, tais como professores, orientadores, supervisores, funcionários administrativos e técnicos, vinculados tanto aos estados como aos municípios. (GINDIN, 2013).

O envolvimento dos trabalhadores em educação, juntamente com outros segmentos do funcionalismo público nas mobilizações e greves desde o final dos anos 1970, e a atuação de suas lideranças garantiram a inclusão na Constituição

de 1988 do direito de os servidores públicos organizarem sindicatos e de entrarem em greve⁵⁴. (GOUVEIA; FERRAZ, 2013).

A possibilidade do reconhecimento legal das associações de professores como sindicatos não alterou em profundidade a organização sindical dos trabalhadores em educação, tendo em vista que muitos já recebiam a contribuição mensal descontada na folha de pagamento de seus filiados, atuavam como sindicatos, tinham diretores liberados de suas funções laborais e seus líderes não podiam ser demitidos sem uma razão plausível, por serem concursados. A legalização dos sindicatos do funcionalismo público abriu a possibilidade do recolhimento da contribuição sindical obrigatória, no entanto, a grande maioria dos sindicatos dos trabalhadores em educação recusaram essa possibilidade, ficando apenas com a contribuição voluntária de seus associados. (GINDIN, 2013).

Depois da criação da CUT, em 1983, os grupos petistas passaram a pressionar a CPB e as instituições que faziam parte de sua base para que fizessem a sua filiação a essa central sindical. Após duras disputas internas, essa filiação aconteceu em 1988. (GINDIN, 2013).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) foi instituída em 1989. No ano seguinte, no âmbito dessa entidade, foram incorporadas a CPB, a Coordenação Nacional de Funcionários de Escolas Públicas, a Federação Nacional de Orientadores Educacionais e a Federação Nacional dos Supervisores de Educação. (GINDIN, 2013).

À medida que foi se firmando, o sindicalismo docente foi gradualmente se aproximando da CUT e do PT. Desde 1989, depois que assumiram a direção da CNTE, os cutistas e a Articulação Sindical (grupo à frente da CUT) não mais tiveram sua influência decisivamente questionada. Com relação aos sindicatos de trabalhadores em educação criados depois da Constituição de 1988, no entanto, estes não se filiaram automaticamente à CUT, mas muitos o fizeram ao longo dos anos 1990. No Paraná, por exemplo, a APP-Sindicato só formalizou a sua filiação à CUT em 1995. (GINDIN, 2013).

Os anos 1990 trouxeram novos desafios para o sindicalismo docente. Nesse período, como já vimos, o avanço das políticas de caráter neoliberal gerou um cenário muito mais difícil para a movimentação das instituições sindicais. Quase todo

⁵⁴ Esse dispositivo da Constituição de 1988 continua ainda hoje não regulamentado por uma lei elaborada pelo Congresso Nacional.

o sindicalismo, inclusive a CUT, começou a praticar um sindicalismo propositivo, com reivindicações mais reduzidas, privilegiando a busca de acordos com empresários e com o governo, deixando cada vez mais de lado as greves massivas.

De acordo com Gindin (2011), foram realizadas em 1993 greves relevantes nos estados de São Paulo e Minas Gerais, além de outros estados, entretanto, estas já aconteciam em um período de crise das mobilizações docentes. Como não tinha sido aprovada nenhuma lei que regulamentasse o direito de greve dos funcionários públicos, previsto na Constituição de 1988, se tornou comum a justiça declarar as greves de professores ilegais e estabelecer multas aos seus sindicatos como forma de pressioná-los nos momentos de negociação. Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2006) apontam esse período como um momento em que o recurso das greves tinha se debilitado, já que, mesmo com todo o esforço empregado nelas, não obtinham sucesso em suas reivindicações.

Assim como foi comum ao restante do movimento sindical, os sindicatos docentes e a CNTE ampliaram a sua participação institucional, começando a atuar em vários conselhos ligados de alguma forma ao funcionamento do sistema de ensino. Dentre esses conselhos, podemos citar os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, os Conselhos do FUNDEF, os Conselhos de Alimentação Escolar, etc. (GOUVEIA; FERRAZ, 2013). A APP-Sindicato passou por movimento semelhante, atuando nessas várias instâncias institucionais.⁵⁵

A CNTE, nesse contexto adverso, não conseguiu fazer avançar a pauta do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) junto ao governo federal, ainda que esse estivesse previsto na Constituição de 1988. No debate sobre a política educacional, também a CNTE não obteve grandes sucessos, tendo em vista que houve grandes modificações promovidas na legislação educacional nesse período, a exemplo do que ocorreu com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ocorreram, ainda que ela tenha se posicionado na direção contrária. (GINDIN, 2011).

Por outro lado, apesar dessa conjuntura de reforma neoliberal e debilidade da movimentação dos sindicatos, as instituições sindicais docentes seguiram ampliando seu número de sócios e se fortalecendo dentro dos estados. Em

⁵⁵ Em seu Estatuto, a APP-Sindicato indica que possui representantes em todos esses conselhos, tal como é o caso do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e do Conselho Estadual de Alimentação Escolar.

1997, seis dos dez maiores sindicatos filiados à CUT eram de trabalhadores em educação. (GINDIN, 2011).

Ainda mais próximo à CUT e ao PT, os sindicatos docentes, ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, assumiram um posicionamento mais moderado, seguindo uma tendência comum ao sindicalismo do período, como já indicamos anteriormente. Mesmo assim, no final dos anos 1990, a crise das políticas neoliberais e o retorno da inflação geraram um contexto propício para o surgimento de novas greves. (GINDIN, 2011). A APP-Sindicato, por exemplo, organizou greves em 2000 e 2001, nas quais conquistou, dentre outros direitos, 10% de hora-atividade para os professores e vale-transporte para funcionários de escola.⁵⁶

De acordo com Andréa Barbosa Gouveia e Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (2013), a partir de 2003, com a eleição de Lula para a presidência da República, um presidente cuja origem política foi o movimento sindical de trabalhadores, os posicionamentos dos sindicatos docentes, representados pela CNTE, ganham força nas disputas em torno dos rumos das políticas educacionais nacionais.

Desde a criação do FUNDEF, em 1996, a CNTE e as entidades sindicais docentes converteram os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais destinados a fiscalizar o Fundo, em uma esfera na qual buscaram implementar os interesses dos trabalhadores em educação. Nas discussões em torno da elaboração do FUNDEB, defendendo uma pauta já antiga dos trabalhadores em educação, a CNTE contribuiu com sua atuação para que fosse contemplada por esse novo Fundo toda a educação básica, ou seja, educação infantil, ensino fundamental e médio e suas modalidades. Também foi incorporado à lei que criou o FUNDEB o princípio de que os representantes dos docentes nos seus Conselhos de Fiscalização teriam que estar atrelados aos seus sindicatos. Além disso, ainda houve o esforço para incluir nessa lei a necessidade de elaboração de planos de carreira para os profissionais da educação básica e da utilização de 60% dos valores do fundo para os pagamentos dos salários dos professores. (FERRAZ; GINDIN, 2014).

A lei que regulamentou o PSPN foi aprovada em 2008. Um piso salarial nacional era uma demanda antiga dos docentes. A CNTE vinha lutando pela

⁵⁶ Conforme histórico da APP-Sindicato disponível no site da entidade. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

regulamentação do PSPN desde que ele foi garantido no texto da Constituição de 1988. A aprovação dessa lei teve grandes reflexos sobre o sindicalismo docente a partir de então. Em vários estados brasileiros que ainda não pagavam salários equivalentes ao piso nacional e nem reservavam um terço das horas de trabalho como horas-atividade, os sindicatos dos trabalhadores em educação organizaram greves para pressionar os governos estaduais pela implantação do PSPN, uma pauta nacional defendida pela CNTE. (FERRAZ; GINDIN, 2014).

No contexto de realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), os sindicatos filiados à CNTE, nos âmbitos estadual e municipal, tiveram um importante papel na organização da sociedade para a discussão de uma pauta educacional comum em âmbito nacional. A APP-Sindicato, no Paraná, por exemplo, teve uma grande contribuição para realização da Conferência no maior número de municípios possível e foi o movimento social que demonstrou maior organização nas conferências municipais e na conferência estadual. (FERRAZ; GINDIN, 2014).

Com relação ao Plano Nacional de Educação (PNE), mesmo não tendo se envolvido diretamente nas negociações ocorridas no Congresso Nacional em torno de sua elaboração, a CNTE levou suas pautas reivindicativas a interlocutores dentro dos ministérios da educação e a deputados próximos da entidade. (FERRAZ; GINDIN, 2014).

Como pudemos perceber, as ações da CNTE se deram muito mais pelas vias institucionais e negociações políticas, do que pela mobilização dos trabalhadores em educação nas ruas para defender suas pautas. De acordo com Marcos Ferraz e Julián Gindin (2014), isso se deu devido ao fato de que os sindicatos docentes, tradicionalmente, se focam nas negociações nos municípios e nos estados; à decisão política do governo Lula de não promover a mobilização dos trabalhadores; e ao cenário social e político de desmobilização. No entanto, entendemos que essa postura da CNTE está de acordo com a postura de maior moderação do sindicalismo brasileiro, a partir das dificuldades trazidas pela implantação das políticas neoliberais desde os anos 1990. Também pode ter influenciado sobre as ações da CNTE o posicionamento da CUT, central sindical à qual é filiada, que integrou a frente neodesenvolvimentista que deu sustentação política e eleitoral aos governos do PT.

Atuando pelas vias institucionais e políticas, a CNTE, embora tenha se posicionado contrariamente à sua implementação, não conseguiu impedir o

progresso de propostas neoliberais na educação, como foi o caso do IDEB e do PDE. (FERRAZ; GINDIN, 2014).

Ao longo dos governos Lula, como analisamos anteriormente, por discordâncias a respeito de políticas defendidas pelo governo, como a Reforma da Previdência, sobre o escândalo do “mensalão” e o reconhecimento legal das centrais sindicais, houve uma ruptura entre os grupos de tendências políticas e sindicais diversas que compunham a CUT desde os seus primeiros anos. A partir disso, como vimos, novas centrais sindicais foram criadas e vários sindicatos deixaram a CUT. Dos 41 sindicatos e uma federação que participaram do Congresso da CNTE, realizado em 2011, três eram filiados à CTB, seis não estavam ligados a qualquer central sindical e 33 eram cutistas. Somente o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE – RJ) se desligou da CUT e da CNTE. (FERRAZ; GINDIN, 2014).

Um dado significativo que podemos acrescentar diz respeito às taxas de sindicalização entre os trabalhadores em educação. Savana D. G. Melo, Antônio L. L. de Souza e Maria Helena Augusto (2013) apontam, a partir da análise dos dados de uma pesquisa realizada entre 2009 e 2010⁵⁷, com professores de vários estados brasileiros, que pelo menos 37,6% dos entrevistados eram filiados a sindicatos. A expressividade desse percentual fica evidente quando comparamos esse número com o percentual médio de filiação dos trabalhadores a sindicatos no Brasil, que é de 20%.

3.6 PERSPECTIVAS PARA O MOVIMENTO SINDICAL APÓS A DEPOSIÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF E A APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA

Como destacamos no capítulo 2, já no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff na presidência da República, o Brasil começou a sofrer os efeitos da crise econômica iniciada nos Estados Unidos em 2008, situação que se agravaria ainda mais nos primeiros meses do seu segundo mandato. Andreia Galvão e Paula Marcelino (2017) apontam que o PIB brasileiro teve uma queda de 3,8% de 2014 para 2015, enquanto que o desemprego subiu de 6,5% no quarto trimestre de 2014 para 11,8% no terceiro trimestre de 2016.

⁵⁷ Pesquisa Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil (TDEBB) desenvolvida em 2009 e 2010, nos estados do Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

Como já indicamos, nessa conjuntura de crise, o capital internacional e a fração burguesa brasileira a ele associado, com uma postura neoliberal ortodoxa, conquistou o apoio de uma parte significativa da grande burguesia interna, a qual deixou de apoiar o governo e, juntos, começaram a fazer a defesa de medidas de austeridade, com um duro ajuste fiscal.

Dilma Rousseff começou o seu segundo mandato implantando ações na direção de um severo ajuste fiscal, reduzindo consideravelmente os gastos públicos, dentre outras medidas. O que se seguiu foi a perda de apoio popular; a desarticulação da base de apoio ao governo no Congresso Nacional, base essa marcada pela heterogeneidade e composta por partidos de direita, de centro e de esquerda; e o golpe parlamentar que destituiu a presidente do poder por meio de um processo de impeachment.

Nessa conjuntura, a mudança no arranjo das forças sociais, com o esfacelamento da frente neodesenvolvimentista que apoiava os governos do PT, criou um contexto propício para que as medidas neoliberais dos anos 1990 voltassem a ser impostas de forma acentuada, já sem nenhum compromisso com a distribuição de renda. A aprovação pelo governo Temer da Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos) e da Reforma Trabalhista são exemplos significativos nesse sentido. Fica evidente aqui que o neodesenvolvimentismo que marcou boa parte das gestões petistas foi substituído por um ultraliberalismo, não mais interessado em concessões aos pobres, empenhado em privatizar o que ainda resta de empresas públicas e na flexibilização radical das leis trabalhistas. Essas foram as novas circunstâncias que o sindicalismo brasileiro passou a enfrentar.

As centrais sindicais passaram a ter dificuldade para apresentar suas demandas pelas vias institucionais. E movimentos grevistas de carácter ofensivo, visando a ampliação de salários e a criação de novos benefícios nos acordos coletivos, foram substituídos por movimentos cujos principais objetivos passaram a ser manter empregos e evitar a retirada de direitos, ou seja, movimentos grevistas defensivos. Também a legitimidade da atividade dos sindicatos passou a ser questionada diante de um contexto que começou a ser cada vez mais marcado por uma onda conservadora que tendeu a desacreditar os políticos e a política. (GALVÃO; MARCELINO, 2018).

Parte dos trabalhadores organizados em sindicatos começou a ver os ganhos econômicos de anos anteriores em franco declínio. Dados de negociações

coletivas de 2016, no primeiro semestre, mostram que somente 24% das negociações envolvendo salários resultaram em acréscimos reais acima da inflação. (GALVÃO; MARCELINO, 2018). Os dados a respeito do ano de 2018 apontam que pelo menos 81,8% das greves tinham pauta reivindicativa defensiva. (GALVÃO et. al, 2019).

A situação de crise econômica e política, aliada às medidas de austeridade do governo Temer que continuaram no governo Bolsonaro, com a investida contra os direitos trabalhistas e sociais, modificaram o cenário de criação de empregos formais do período anterior, 2004-2014, e enfraqueceram os sindicatos. A Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, contribuiu ainda mais para esse enfraquecimento, já que o aumento dos contratos precários permitidos por ela favorece a dispersão dos trabalhadores e dificulta sua representação por sindicatos. Essa reforma também interfere nas possibilidades de negociação dos sindicatos, já que permite que os trabalhadores negociem individualmente certas dimensões de suas relações de trabalho e rescindam contratos sem a mediação dos sindicatos. Uma de suas características antissindicais se mostra na possibilidade de instituição de comissões para representar os trabalhadores nos locais de trabalho em uma clara competição com os sindicatos. A reforma também prejudicou a arrecadação financeira dos sindicatos, ao desobrigar os trabalhadores do pagamento do imposto sindical. (GALVÃO et al, 2019).

O nível de confiança nos sindicatos caiu de 46 para 37 pontos, no período de 2009 a 2013, atingindo 35 pontos em 2018. Isso pode ser explicado pelo aumento da insatisfação dos trabalhadores com um sindicalismo, em sua maioria alinhado ao governo, no contexto no qual o projeto político petista entrou em declínio. Também aqueles que perderam o emprego e os que se tornaram trabalhadores informais se afastaram de seus antigos sindicatos. E como a maioria do sindicalismo apoiou o governo de Dilma Rousseff e foi contra o seu impeachment, isso pode ter favorecido que os que relacionam o PT à corrupção se afastassem do movimento sindical. (GALVÃO et al, 2019).

De acordo com Andreia Galvão et al. (2019), a direção dada ao capitalismo contemporâneo, com a reestruturação de empresas, alterações nas formas de produzir e o predomínio do neoliberalismo, associado a uma política de desmonte de direitos, também teve um grande impacto sobre o sindicalismo, contribuindo para o seu recuo.

4 A ATUAÇÃO DA APP-SINDICATO ENTRE DOIS MUNDOS: DO NEODESENVOLVIMENTISMO DAS GESTÕES PETISTAS AO ULTRANEOLIBERALISMO DO PÓS-GOLPE

Na primeira parte desse capítulo fizemos uma breve explanação sobre a origem da APP-Sindicato, desde que era uma associação de professores, até se tornar um sindicato formalizado, com a prerrogativa aberta pela Constituição de 1988. Apresentamos, de forma geral, as lutas travadas por essa instituição nos anos 1990, década na qual vimos avançar as políticas neoliberais no Brasil, e, em seguida, abordamos sua atuação na primeira década dos anos 2000, na qual se encerra o ciclo do PSDB na presidência da República e tem início as gestões do PT. Ainda elaboramos uma caracterização da entidade, trazendo, em linhas gerais, a organização de sua gestão, forma de financiamento, estrutura e perfil de sindicalizados.

Na segunda parte desse capítulo, partindo do cenário delineado até aqui e da análise de uma série de documentos produzidos pela APP-Sindicato, examinamos a sua agenda de reivindicações, suas estratégias de ação, conquistas e derrotas, o seu sindicalismo de classe média e sua atuação como aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista que se converteu no pilar que deu sustentação às gestões do PT na presidência da República. Além disso, também destacamos como o contexto de ultraliberalismo, iniciado no segundo mandato de Dilma Rousseff e intensificado após a sua deposição da presidência da República, desmantelou a frente neodesenvolvimentista até então existente, e empurrou a APP-Sindicato para greves e mobilizações de caráter defensivo, tendo em vista evitar a perda de direitos e benefícios, mas sem sucesso.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA APP-SINDICATO, SUA ORIGEM E UM BREVE HISTÓRICO DE SUA ATUAÇÃO

4.1.1 Caracterização da Entidade

A APP-Sindicato é a instituição sindical que representa os trabalhadores em educação pública do estado do Paraná. Desde que houve a fusão entre a APP-Sindicato e o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do

Paraná (SINTE-PR), em 1998, ela passou a representar tanto professores da rede estadual e de algumas redes municipais, quanto os funcionários administrativos e agentes de apoio dessas redes. Ela é filiada à CNTE, à CUT e à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Educação (FITE). (APP-SINDICATO, 2017).

Dessa forma, pode-se perceber que a APP-Sindicato, além de atuar na representação dos trabalhadores em educação do estado do Paraná, também está ligada a organismos intersindicais que congregam outras instituições sindicais da área da educação, no caso da CNTE, e também vários outros grupos de trabalhadores, inclusive do movimento operário, no caso da CUT.

Do ponto de vista de sua gestão, a APP-Sindicato possui uma direção estadual composta pela Presidência e mais 23 secretarias, dentre as quais podemos citar a Secretaria Geral, a Secretarias de Finanças, a Secretaria de Aposentados(as), a Secretaria de Assuntos Jurídicos etc. Como tem abrangência em todo o território paranaense, a instituição atua nas várias regiões do estado e organiza os sindicalizados por meio de 29 núcleos regionais. As diretorias dos núcleos regionais possuem um presidente e 17 secretarias. As diretorias estadual e regionais são eleitas por meio do voto dos sindicalizados e exercem mandatos de 4 anos. Também há as direções municipais nas localidades onde a APP-Sindicato representa trabalhadores em educação da rede municipal de ensino, compostas por 3 a 7 dirigentes, selecionados em Assembleias Municipais a cada 4 anos. (APP-SINDICATO, 2017).

De acordo com o estatuto da entidade, todas as suas decisões são tomadas de forma democrática, por meio de Assembleias, em âmbito regional ou estadual, dos Congressos Estadual e Regionais e da Conferência Estadual de Educação. Nessas instâncias, todos têm direito à fala, de fazer proposições e as decisões são tomadas por meio do voto. Também há o Conselho Estadual, formado pelos membros das diretorias estadual e regionais, os representantes de base eleitos pelos sindicalizados nos núcleos regionais e os representantes da APP-Sindicato no Conselho Nacional de Entidades, na diretoria da CNTE, na diretoria da CUT, no Conselho Estadual de Educação, no Conselho do Magistério, no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, no Conselho Estadual de Alimentação Escolar e o Presidente do Conselho Fiscal. Existe ainda o Conselho Regional, composto pela diretoria do núcleo sindical regional, representantes eleitos pelos municípios, os representantes das Comissões Sindicais Escolares, representantes das Direções Municipais e representantes de base escolhidos pelos

sindicalizados locais. Esses dois conselhos têm poder para tomar algumas decisões, com relação a alguns gastos, por exemplo, e fazer proposições, como pautas reivindicativas. (APP-SINDICATO, 2017).

A APP-Sindicato tem como sua principal receita as mensalidades pagas voluntariamente pelos sindicalizados e contribuições decorrentes de cláusulas presentes em Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho, Contrato Coletivo de Trabalho, ou Sentença Normativa. Como a instituição possui imóveis, como é o caso do Clube do Professor Paranaense, alguma renda também provém das taxas cobradas dos sindicalizados pela utilização desses espaços. Há ainda vantagens financeiras provenientes de doações e multas, dentre outras fontes de renda menores e ocasionais. (APP-SINDICATO, 2017).

Com relação aos sindicalizados, a tabela abaixo⁵⁸ pode nos dar uma dimensão do tamanho da APP-Sindicato, a partir do número de professores e funcionários da rede estadual de educação do Paraná afiliados a esse sindicato.

Gráfico 1 – Sindicalizados entre 2011 e 2012



Fonte: elaboração própria

Podemos observar que, entre 2011 e 2015, período em que houve a intensificação das mobilizações do sindicato, com a conquista de boa parte das reivindicações que foram propostas, o número de sindicalizados saltou de 64338 para 74759. Já no período de 2016 a 2019, há uma queda expressiva no número de filiados, com seu número chegando a 61962, num patamar inferior a 2011.

Vários fatores podem explicar esses números. No primeiro período da tabela, entre 2011 e 2015, foram contratados milhares de professores dos concursos de 2007 e 2013. Muitos desses novos professores podem ter se filiado ao sindicato.

⁵⁸ A tabela foi elaborada a partir de dados fornecidos pela direção estadual da APP-Sindicato.

Também podemos apontar que esse foi um período em que a atuação da APP-Sindicato⁵⁹ obteve muito sucesso em suas mobilizações, conquistando melhorias salariais e nas condições de trabalho dos professores. Nos anos de 2014 e 2015 também ocorreram alguns movimentos grevistas mais longos, com embates mais duros com o governo do estado do Paraná. Esses episódios de embates, com conquistas e derrotas, estão em consonância com as características do sindicalismo de classe média que apontamos no capítulo 1, já que grupos de classe média podem se envolver mais com o movimento sindical e participar de suas lutas, tanto para a conquista de novos benefícios para a sua categoria profissional quanto para evitar a perda de benefícios já adquiridos. No período seguinte da tabela, de 2016 a 2018, quando temos uma queda progressiva nos números de sindicalizados, podemos apontar como razões para isso a crise econômica que se intensificou a partir de 2015; as medidas de austeridade nas instâncias federal e estadual; e o antipetismo, ou seja, o sentimento de aversão contra o PT, intensificado no contexto do golpe de 2016, materializado no impeachment da presidente Dilma Rousseff, que pode ter afastado aqueles sindicalizados que passaram a associar o PT à corrupção e não concordaram com a proximidade da APP-Sindicato a esse partido e a posição contrária da entidade ao impeachment. Um outro fator pode estar na intransigência do governo do estado, que passou a punir mais duramente, com descontos nas folhas de pagamentos e registros de faltas para todos aqueles que se envolveram em greves nesse período.

De acordo com dados da Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná (SEED), há atualmente no estado cerca de 75552 professores e 26593 funcionários ligados à secretaria. Somados, professores e funcionários chegam a 102.145 pessoas.⁶⁰ Cruzando esses dados com os dados de sindicalizados, chegamos a números bastante impressionantes, com mais de 60% dos trabalhadores em educação paranaenses vinculados à APP-Sindicato, mesmo quando o número de sindicalizados chegou ao seu menor patamar na série histórica que apresentamos acima. Esse percentual de sindicalização supera o índice médio de sindicalização dos trabalhadores em educação que destacamos no capítulo anterior, no subitem em que abordamos o sindicalismo docente, que é de 37,6%.

⁵⁹ Entraremos em mais detalhes sobre a atuação da APP-Sindicato nos próximos subitens desse mesmo capítulo.

⁶⁰ Esses e outros dados podem ser consultados na base de dados da Secretaria de Educação e do Esporte, SEED em dados. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

Pelo que pudemos perceber por essas características básicas, a APP-Sindicato é uma instituição de grande estatura, com uma grande base de sindicalizados e que se manteve relativamente autônoma.

4.1.2 Da Associação dos Professores do Paraná à APP-Sindicato: um Breve Histórico de Sua Atuação

Para elaborar essa parte do trabalho, tomamos como referência o texto *Histórico da APP Sindicato*⁶¹ que está disponível no site da entidade e traz informações sobre sua trajetória nas últimas décadas.

Assim como foi comum a vários outros estados e municípios brasileiros, no estado do Paraná, os professores de escolas públicas se organizaram inicialmente em associações. A legislação brasileira, como já indicamos, não permitia que funcionários públicos constituíssem sindicatos.

A associação que deu origem à APP-Sindicato foi a Associação dos Professores do Paraná (APP), instituída em 1947 por professores do Instituto de Educação e do Colégio Estadual do Paraná, na cidade de Curitiba, Paraná. Nesse período, o ensino público estava sendo ampliado e o Brasil vivia um contexto de redemocratização, após a ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas.

No ano de 1978, como analisamos no capítulo anterior, quando teve início um novo ciclo de greves no Brasil, a partir das mobilizações dos metalúrgicos do ABC paulista, professores da cidade de Londrina entraram em greve, se deslocaram até Curitiba e, após pressionar a direção estadual, a APP aderiu ao movimento. Esse era um contexto, como vimos no capítulo 2, em que o trabalho docente havia sido bastante precarizado e os professores buscavam melhorar suas condições de trabalho.

Um outro movimento começou na base da APP, em 1980, forçando-a outra vez a aderir à greve. Em 1981, outras duas associações de professores fundiram-se à APP, a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP) e a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP). Ao longo dos anos 1980, outras greves ocorreram em 1981, 1986 e 1988. Os professores pleiteavam um piso salarial de três salários mínimos, mas os governos da época não cumpriram os

⁶¹ A descrição do histórico da APP-Sindicato encontra-se disponível no site da entidade. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

acordos obtidos por meios dessas greves. Além disso, a greve de 1988 terminou de forma violenta, quando o governador Álvaro Dias ordenou o ataque aos professores paralisados na cidade de Curitiba com a cavalaria da Polícia Militar.

A APP, com a possibilidade aberta pela Constituição de 1988 de servidores públicos organizarem sindicatos, deixou de ser uma associação nesse mesmo ano e foi convertida em Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná (APP-Sindicato).

Nos anos 1990, como já indicamos nos capítulos anteriores, ocorreu a implantação no Brasil de uma série de políticas neoliberais, o que não foi diferente no Paraná. Nesse período, houve apenas uma greve em 1990. Diante desse contexto, do ponto de vista organizativo, a APP-Sindicato se filiou à CUT em 1995. Em 1998, ela se unificou com o SINTE-PR, que representava os funcionários de escolas públicas, e passou a representar tanto funcionários, quanto professores. Foi preservada a marca APP-Sindicato, mas o nome oficial da instituição passou a ser Sindicato dos Trabalhadores em educação pública do Paraná. Essa unificação de professores e funcionários de escolas sob um mesmo sindicato mostra o rompimento, pelo menos em parte, da tendência à fragmentação das organizações sindicais na área da educação, tal qual indicamos no capítulo anterior.

Dentre as principais bandeiras de luta desse período estavam a reposição das perdas salariais, um plano de carreira, a implantação das horas-atividade e o combate a propostas neoliberais como instituição do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO e o Plano de Desenvolvimento de Pessoal (PLADEPE)⁶². Essas duas medidas estavam associadas a um claro processo de flexibilização e precarização das formas de contratação dos profissionais da educação. Em 1996, professores obtiveram uma reestruturação de sua tabela salarial, o que levou à ampliação de seus salários.

No ano de 1998, o então governador Jaime Lerner tentou prejudicar as finanças da APP-Sindicato, com a proibição do desconto da mensalidade sindical em folha de pagamento. Frente a essa medida, oito trabalhadores em educação

⁶² De acordo com Luciane F. Z. Maroneze e Ângela Mara de B. Lara (2011), a PARANAEDUCAÇÃO é uma instituição de direito privado que foi criada com a finalidade de administrar recursos públicos na área da educação, usufruindo de autonomia administrativa e financeira. Essa instituição passou, por exemplo, a contratar professores por meio de contratos de trabalho temporários e em regime de CLT, eximindo o estado do Paraná da necessidade de realizar concursos públicos. Já o PLADEPE, que não chegou a ser aprovado, pretendia converter todos os contratos de professores para o regime jurídico celetista.

fizeram greve de fome para pressionar o governo para que voltasse atrás nessa medida, objetivo que foi alcançado no ano seguinte.

Os anos 2000 começaram com uma grande greve, inclusive com outro grupo de professores e funcionários fazendo greve de fome. Dessa greve resultaram as conquistas, como observamos no capítulo anterior, da reserva de 10% da carga horária de trabalho de professores como hora-atividade e do vale-transporte para funcionários de escolas. Em 2001, uma nova greve conseguiu barrar o projeto de Lei nº 411/00, que objetivava mudar a forma de contratação dos professores do Paraná, transformando os professores contratados por concurso público em celetistas, ou seja, contratados pelo regime jurídico da CLT.

Nos anos 2000, como vimos, em especial a partir de 2003, com a gestão do PT à frente do governo federal, o contexto nacional mudou com a política econômica neodesenvolvimentista. No plano estadual, a conjuntura também mudou durante as gestões de Roberto Requião, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁶³, o qual esteve alinhado ao neodesenvolvimentismo do governo federal.⁶⁴

Esse foi um período de muitas conquistas para os trabalhadores em educação do estado do Paraná. No ano de 2003, a hora-atividade dos professores foi ampliada de 10% para 20%; a PARANAEDUCAÇÃO foi sendo deixada de lado, sofrendo um processo de desmonte; foi realizado um concurso público para contratação de professores; e os diretores de escolas novamente passaram a ser escolhidos por meio de eleições democráticas envolvendo toda a comunidade escolar. O Plano de Carreira dos professores foi aprovado em 2004. Em 2005, ocorreu outro concurso público para a contratação de técnicos administrativos para as escolas. No ano de 2006, aconteceu mais um concurso, que contratou agentes de apoio para as escolas. Em 2007, os trabalhadores em educação conquistaram 17% de reajuste salarial e um plano de carreira para os funcionários de escolas. No ano de 2009, houve a conquista do cargo de 40 horas. (APP-SINDICATO, 2009).

A APP-Sindicato, sem dúvidas, tem tido uma atuação bastante intensa e relevante no estado do Paraná durante as últimas décadas, mesmo antes

⁶³ Atualmente, o partido alterou o seu nome para Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

⁶⁴ Daiane Carnelos R. Laibida (2019) cita uma série de políticas adotadas por Requião à frente do governo do Paraná que corroboram esse entendimento. Esse é o caso, por exemplo, da valorização de empresas que o estado do Paraná tinha privatizado parcialmente, mas que ainda se mantinha como sócio majoritário, como é o caso da COPEL e SANEPAR.

de se tornar um sindicato formalizado. Vimos que ela teve papel marcante nos anos 1980, protagonizando várias greves, e nos anos 1990, na resistência contra as reformas neoliberais propostas pelo governo local e obtendo conquistas significativas para os trabalhadores em educação pública paranaenses na primeira década dos anos 2000.

4.2 A ATUAÇÃO DA APP-SINDICATO ENTRE 2011 E 2018

Para a elaboração desse item da pesquisa, lançamos mão da análise de uma série de documentos que coletamos junto à APP-Sindicato. Dentre esses documentos, a principal fonte de dados à qual recorreremos foram as edições do jornal informativo da entidade chamado 30 de Agosto⁶⁵. Entre edições pedagógicas, edições especiais e edições comuns, analisamos 86 jornais. Também examinamos 8 relatórios anuais de atividades políticas e sindicais, as atas das assembleias que ocorreram no período e várias edições de outro informativo, o Mural da Educação. Após a leitura atenta desses documentos, organizamos os dados compilados em uma tabela do Microsoft Excel separados nas seguintes categorias: reivindicações corporativas; concepções de sociedade; concepções de sindicato; pautas, estratégias de luta, concepções de sociedade e de sindicato relacionadas à frente neodesenvolvimentista; pautas, estratégias de luta, concepções de sociedade e de sindicato associadas ao sindicalismo de classe média; reivindicações e pautas que extrapolam o âmbito corporativo; reivindicações, ações e pautas alinhadas com as pautas nacionais, a CNTE e a CUT; conquistas obtidas via negociações e ações na justiça; e estratégias ou métodos de ação.

Tendo em vista estabelecer relações entre as ações da APP-Sindicato no estado do Paraná com a conjuntura das mobilizações desenvolvidas pelos sindicatos e centrais sindicais no país com um todo, analisamos ainda os dados sistematizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), mais precisamente, os relatórios anuais de greves.

4.2.1 A Agenda de Reivindicações

⁶⁵ Esse jornal recebeu esse nome como uma forma de manter viva a memória do dia em que, no ano de 1988, o então governador Álvaro Dias lançou a cavalaria da polícia militar sobre os professores em greve que protestavam em Curitiba, reprimindo-os violentamente.

Indicamos no capítulo anterior algumas tendências no sindicalismo docente brasileiro que são importantes para compreendermos o sindicalismo desenvolvido pela APP-Sindicato. Dentre essas tendências, destacamos sua agenda de reivindicações, que jamais se limitaram a questões trabalhistas ou apenas corporativas, estendendo-se para disputas a respeito das definições sobre os rumos da política educacional brasileira e à defesa do acesso universal à educação pública e gratuita.

No período em análise, a APP-Sindicato participou dos grandes debates sobre os rumos da educação paranaense e nacional. No Paraná, teve importante papel nas etapas municipal e estadual da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que serviram de preparação para as edições nacionais. Essas conferências contribuíram para a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), que foi aprovado em 2014. Os trabalhadores da educação básica pública paranaense, mobilizados pela APP-Sindicato estiveram presentes em todas essas conferências e, defendendo pautas históricas da instituição, exerceram um papel relevante nos debates. Para esse fim, inclusive, o sindicato elaborou materiais com os princípios que defendia.⁶⁶ Na Edição Pedagógica do Jornal 30 de Agosto de julho de 2013 ficam claros os princípios defendidos pela entidade nessas conferências e o que ela esperava ser aprovado para o PNE.

Entendemos que a participação social e uma gestão democrática estão vinculadas a uma concepção de educação e os debates que aconteceram nas CONAES, etapas municipais e intermunicipais, tensionadas pelas disputas feitas pela APP, reafirmaram nossas defesas históricas: da educação pública como um direito social e que seja gratuita, democrática, inclusiva, laica e de qualidade socialmente referenciada para todos/as; da laicidade do ensino; da regulamentação de forma cooperativa e colaborativa das atribuições que são de competência específica de cada ente federado; da construção do Sistema Nacional de Ensino com o papel de articular e regular os diferentes Sistemas de educação, estabelecendo diretrizes e estratégias comuns para todo o país; da ampliação dos recursos públicos para escola pública em 10% do PIB, da gestão democrática como um princípio da educação, direcionada a um projeto político-pedagógico participativo em que a autonomia, a qualidade socialmente referenciada, a diversidade sócio-cultural, sexual e étnico-racial sejam princípios e práticas; do respeito e o direito à diversidade a serem consolidados nos programas, ações e práticas pedagógicas e contra toda forma de preconceito étnico-racial, exclusão da pessoa com deficiência, de homofobia, de machismo e da garantia de ações afirmativas para o acesso e permanência na educação básica e superior dos coletivos sociais que, pelos processos históricos de

⁶⁶ A Edição Especial do Jornal 30 de Agosto de setembro de 2013, por exemplo, foi dedicada inteiramente à CONAE.

produção de desigualdades, ficaram à margem de qualquer política pública. (APP-SINDICATO, 2013a, p. 6).

No excerto acima, podemos ver que a APP-Sindicato faz a defesa objetiva da educação pública, gratuita, laica e inclusiva; da criação de um Sistema Nacional de Educação; da garantia de maiores recursos para a educação pública, chegando ao patamar de 10% do PIB; da gestão democrática e do tratamento respeitoso à diversidade característica de nossa sociedade.

Nesse mesmo sentido, muitas outras edições do Jornal 30 de Agosto trazem textos em defesa da escola pública, com gestão democrática e como um instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Posteriormente, a entidade também esteve presente nas discussões para a elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado em 2015, pouco tempo depois da aprovação do PNE, que foi aprovado em 2014. Junto com outras entidades do paraná, a APP-Sindicato se mobilizou e chegou a apresentar emendas para os deputados estaduais e aos vereadores dos municípios com propostas de mudanças nesse plano. Dentre essas emendas, as principais se referiam ao financiamento da educação e aos estudos de gênero nas escolas. No entanto

O conservadorismo da bancada de apoio ao governo, pressionados pelo burburinho de instituições que se diziam em defesa da família, votaram contra as emendas. Agora, ao invés dos 35% do orçamento do Estado investidos na educação, haverá apenas 30% - uma redução do que já é praticado. Também ficou de fora, o acolhimento da diversidade: perante a lei, machismo e homofobia não são assuntos para serem tratados na escola. (APP-SINDICATO, 2015, p. 11)⁶⁷

No contexto em que foi aprovado o PEE, vivíamos um agravamento da crise econômica e a implantação de políticas de ajuste fiscal pelo governo federal e pelo governo do estado do Paraná. Sendo assim, houve a redução do percentual de recursos destinados à educação, de 35% para 30%. Além disso, como naquele momento avançava o conservadorismo, motivado, dentre outros fatores, por convicções religiosas, ficou de fora desse plano a possibilidade do estudo de temáticas relacionadas ao gênero.

Há duras críticas ao Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), criado em 2012, um teste padronizado para todo o estado, com questões de português e matemática, com o objetivo de gerar índices de desempenho da rede estadual de educação. Os dados desse tipo de teste, em geral, são utilizados para responsabilizar a comunidade escolar pelos baixos índices educacionais, sem

⁶⁷ Esse trecho se encontra na edição nº 200, julho de 2015.

maiores considerações sobre a conjuntura ampla em que os processos da educação escolar são desenvolvidos.

A APP-Sindicato se posicionou contra a Reforma do Ensino Médio e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para ela, essas iniciativas do governo Temer favorecem a mercantilização das políticas públicas voltadas para a educação no Brasil, além de desvalorizar os educadores, reduzindo o seu número, e desconsiderando as metas do PNE.⁶⁸ Além disso, também assumiu uma postura contrária à Emenda Constitucional nº 95, aprovada no final de 2017, que congelou os gastos públicos por 20 anos e o estipulou o seu reajuste apenas de acordo com a inflação anual. Essa medida tem comprometido a capacidade do Estado Brasileiro de financiar serviços básicos como saúde e educação.

Com relação ao processo de formação continuada adotado pela Secretaria Estadual de Educação, a APP-Sindicato teceu duras críticas, apontando-o como esvaziado e inconsistente. Também defendeu escolas em tempo integral, a realização de concurso público para contratação de professores e funcionários e fez críticas ao projeto Escola Sem Partido, um projeto conservador pretensamente voltado a evitar o que seus criadores consideram “doutrinação nas escolas”, mas que, na verdade, tenta suprimir discussões sobre temas ligados à política, religião e gênero nas escolas.

A APP-Sindicato dedicou várias edições do jornal 30 de Agosto à discussão sobre o combate à homofobia, aos direitos das mulheres, aos direitos dos negros e aos direitos da pessoa idosa. A edição especial de 17 de maio de 2014, por exemplo, foi toda dedicada ao Dia Internacional de Combate à Homofobia, celebrado nesse mesmo dia. Nela podemos ler

Na contramão do machismo, racismo e da homo/lesbo/bi/transfobia, a APP-Sindicato se une à luta dos movimentos sociais, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e igualitária, pois acredita que a educação pública e de qualidade só será alcançada quando todas(os) - dentro e fora das escolas – forem livres e respeitados como cidadãs(aos) brasileiras(os). (APP-SINDICATO, 2014, p. 2)

Podemos perceber que a APP-Sindicato associa as lutas por uma educação pública de qualidade às lutas por uma sociedade onde todos sejam tratados com justiça e igualdade de condições. Identificamos essa perspectiva também na

⁶⁸ Os posicionamentos da APP-Sindicato sobre essas políticas estão presentes na **Nota Oficial da APP-Sindicato Contra a BNCC do Ensino Médio**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/contr-a-destruicao-da-educacao-nao-a-reforma-do-ensino-medio-e-a-bncc/>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

Edição Especial do Jornal 30 de Agosto elaborado para o dia 20 de novembro de 2013, no qual comemoramos o dia da Consciência Negra. Nela, a APP-Sindicato afirma

O capital cria e recria formas de exploração e de alienação para que não percebamos os seus resultados. Somos, para o mercado, mão de obra, força de trabalho a serviço da acumulação do poder econômico. Libertar-se enquanto classe trabalhadora só será possível se buscarmos a libertação de todas as formas de opressão social. E a Educação é parte fundamental para esta tarefa.

É com esta compreensão que a APP-Sindicato está presente nas diversas dimensões da luta social. Entre tantas outras bandeiras, atua na busca constante por melhores condições de trabalho e de salários, na defesa da Educação Pública e no enfrentamento a todas as formas de preconceito e violência. Assim nasce, no debate do Coletivo Estadual de Combate ao Racismo, a ideia de realização do Seminário Estadual Por Uma Escola Sem Racismo. (APP-SINDICATO, 2013b, p. 1)

No trecho anterior vemos a APP-Sindicato atrelando as lutas dos trabalhadores em educação, visando melhores condições de trabalho e salários e uma escola pública de qualidade, ao combate ao racismo.

Também identificamos nos documentos o interesse da entidade por discussões sobre o meio ambiente, agroecologia, as alterações no código florestal brasileiro e a possibilidade de uma reforma política.

A APP-Sindicato organizou até mesmo o seminário Palestina Livre, em 2012, que contou com a presença do embaixador desse país, para discutir as questões relacionadas ao Estado da Palestina e às disputas territoriais em que está envolvido diante de Israel.

Em algumas edições do Jornal 30 de Agosto aparece a defesa de um modelo de Estado capaz de garantir boas condições de vida para a população, com serviços públicos de qualidade, e cujas ações não satisfaçam apenas aos interesses do mercado.

Com relação às reivindicações trabalhistas, a APP-Sindicato apresentou uma pauta bastante ampla, que envolveu tanto os professores e funcionários da ativa quanto os aposentados, trabalhadores contratados por concurso público e os com contratos temporários.

Dentre as principais reivindicações trabalhistas, podemos destacar aquelas relacionadas à efetivação e manutenção de todos os pontos dos Planos de Carreira dos professores e funcionários, como o pagamento das promoções e progressões previstas; o cumprimento dos dispositivos presentes na lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), com a ampliação dos salários e das horas-

atividade a até 33% do total da carga de trabalho dos professores; a equiparação dos salários dos professores e funcionários de escolas aos dos demais profissionais com formação universitária de outras secretarias; o pagamento dos professores com contratos temporários de acordo com a sua maior titulação (especialização, mestrado ou doutorado); a criação de um novo modelo de atendimento à saúde dos servidores públicos do estado do Paraná; e a manutenção das condições de funcionamento, critérios para a concessão de benefícios e financiamento da PARANÁPREVIDÊNCIA.

A instituição também promoveu debates a respeito e se envolveu em mobilizações contra a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização, aprovadas em 2017, e a Reforma da Previdência, aprovada em 2019. Sobre essas reformas, a APP-Sindicato destacou os prejuízos que trariam para os trabalhadores, com a consequente perda de direitos. A possibilidade de terceirização de qualquer forma de trabalho e a flexibilização das leis trabalhistas de forma desvantajosa aos trabalhadores tendem a precarizar as condições de trabalho. A Reforma da Previdência, o que acabou se confirmando com sua aprovação, dificultaria o acesso a pensões e aposentadorias, aumentando a idade mínima para se aposentar e reduzindo os valores pagos aos aposentados. No ano de 2017, a APP-Sindicato participou de três greves, uma Greve Geral Nacional da Educação (15 a 17 de março de 2017) e duas Greves Gerais Nacionais (28 de abril e 30 de junho) que traziam em suas reivindicações o posicionamento contrário à Lei da Terceirização e às Reformas Trabalhista e da Previdência. Em 2018, ela aderiu a mais uma greve geral (19 de fevereiro) contra a Reforma da Previdência.⁶⁹

4.2.2 A APP-Sindicato e o Sindicalismo de Classe Média

Para explorarmos os dados referentes a essa parte da pesquisa e expormos as constatações às quais chegamos, precisamos, em princípio, retomar o conceito de sindicalismo de classe média que apresentamos anteriormente. O sindicalismo organizado por trabalhadores de classe média, dentre os quais incluímos os professores, possui algumas particularidades em suas pautas de reivindicações, formas de organizar suas ações e em suas perspectivas frente à sociedade. Essas

⁶⁹ As informações sobre essas greves constam não apenas nas edições do Jornal 30 de Agosto que analisamos, mas também nos Relatórios de Atividades Políticas e Sindicais que estão disponíveis no site da APP-Sindicato. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/>. Acesso em: 17 de março 2019.

particularidades estão ligadas, como apontamos, à ideologia meritocrática, a partir da qual o trabalhador de classe média se envolve com o movimento sindical para obter melhores salários e condições de trabalho para a sua profissão ou área de atuação quando comparada a outras profissões ou áreas de atuação. (BOITO JÚNIOR, 2004). Não há, nesse caso, o interesse na busca por melhores condições de vida e trabalho da classe trabalhadora como um todo e a mudança do modelo de sociedade.

Com relação à APP-Sindicato, precisamos fazer algumas ponderações a respeito de seu perfil de sindicalismo. Ela foi bastante atuante nos anos 1980, período no qual o país enfrentou uma dura crise econômica, e nos anos 1990, também marcado pela crise econômica e pela implantação de reformas neoliberais que precarizaram as condições de trabalho e fragilizaram o movimento sindical. Nessas circunstâncias econômicas adversas, em que os trabalhadores em educação, junto com o operariado, enfrentaram a deterioração de suas condições de vida e trabalho, a APP-Sindicato se filiou à CUT, uma central sindical da qual faz parte o movimento operário. Armando Boito Júnior (2004, p. 230) indicou essa possibilidade de um sindicato de classe média se filiar a uma central sindical, somando-se ao sindicalismo operário, dependendo do estado das disputas políticas e ideológicas do país e das condições de trabalho da fração de classe média em questão, o que têm influência “sobre a própria definição do pertencimento de classe dos assalariados não manuais.”

Também é preciso considerar que em vários dos documentos que analisamos, a APP-Sindicato se coloca como uma instituição anticapitalista e a favor de uma sociedade socialista, ou seja, propõe a alteração do modelo de sociedade em que vivemos. Em seu Estatuto, por exemplo, ela “[...] reitera a luta permanente por uma sociedade justa, igualitária e socialista [...]”. (APP-SINDICATO, 2017, p. 3). Na Edição pedagógica de janeiro de 2012 do Jornal 30 de Agosto, a instituição enfatiza

a luta pela construção de um bloco político e social, capaz de dar sustentação a um modelo de sociedade socialista. Este novo bloco deve apontar para a execução de tarefas históricas com destaque para o desatrelamento definitivo do Consenso de Washington (políticas neoliberais), promoção de uma profunda reforma do Estado com ampliação de direitos sociais e de uma reforma política que sustente a transição para a construção socialista. (APP-SINDICATO, 2012, p. 4).

Nesse trecho, vemos novamente a defesa de um modelo de sociedade socialista como um horizonte a ser alcançado. Claro que entre a defesa da construção de um outro modelo de sociedade, que aparece nos documentos da

entidade, e a realidade das lutas sociais junto à sua base podem existir grandes diferenças e um certo distanciamento, tendo em vista que sua base de sindicalizados é composta por trabalhadores de classe média, os quais, como vimos, sofrem a influência da ideologia meritocrática. Para averiguar o quanto a perspectiva da construção de uma sociedade socialista é compartilhada pelos trabalhadores em educação filiados à APP-Sindicato, no entanto, seriam necessárias novas investigações, que excedem os objetivos dessa pesquisa.

Depois dessas ponderações, apresentaremos algumas pautas que identificamos nas reivindicações da APP-Sindicato que nos permitem associá-la a um sindicalismo de classe média. Uma demanda recorrente entre 2011 e 2014 foi a busca da equiparação dos salários dos professores com os salários dos demais servidores públicos estaduais contratados para cargos que exigem nível superior. Sendo os professores profissionais com formação universitária, a equiparação salarial seria uma forma de reparar uma injustiça para com esses profissionais e a sua profissão. No trecho da edição pedagógica, de janeiro de 2011, do Jornal 30 de Agosto, que reproduzimos abaixo, vemos que a equiparação salarial é colocada como o tópico mais importante da pauta de reivindicações.

A Equiparação Salarial continua sendo o principal item da pauta. O governador eleito Beto Richa assumiu este compromisso com os educadores. A partir de janeiro a APP-Sindicato iniciou as negociações para colocar os patamares desta implementação em prática. [...] (FERNANDES, 2011, p. 5)

Outra solicitação comum ao longo de todo o período em análise nessa pesquisa foi a implementação de um novo modelo de atendimento à saúde do servidor público do estado do Paraná, em substituição ao Sistema de Atendimento à Saúde (SAS). Esse novo sistema deveria incluir próteses, ressonância magnética, psicólogos, fonoaudiólogos etc. Não há a defesa da melhoria das condições de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), que atende a toda a população do país, mas de um sistema exclusivo dos servidores do estado.

Também se destaca o fato de que toda a pauta de reivindicações do sindicato, incluindo as exclusivamente trabalhistas, sempre são apontadas como essenciais para o bem da educação do estado do Paraná, estando além, portanto, de interesses meramente corporativos. Isso fica claro no trecho abaixo, retirado da edição de dezembro de 2011, do Jornal 30 de Agosto.

Na última assembleia da categoria em 2011, realizada no dia 17 de dezembro, o consenso retirado foi que o novo ano precisa iniciar sob uma atuação combativa e contundente dos educadores. Os trabalhadores em educação decidiram comunicar ao governo, e à sociedade, que os objetivos

pelos quais lutam não são individualistas. São para o bem da educação. Neste sentido, a conquista da hora-atividade, a grande bandeira do ano, será fundamental. E isto constará na carta aos pais que deve ser enviada no início do ano letivo. (APP-SINDICATO, 2011, p. 5).

O interesse social na educação qualificaria os professores como profissionais essenciais, cuja importância deveria ser recompensada com boas condições de trabalho e bons salários. Ao apontar essa característica, não quer dizer que não consideremos os professores e sua atividade importantes e que eles não mereçam ter salários dignos, mas somente destacar que isso é reivindicado como algo merecido devido à atividade exercida por esses profissionais e à sua formação, quando, na verdade, consideramos que qualquer trabalhador, sejam professores, funcionários de escolas, operários ou motoristas de ônibus, tem de ter acesso a boas condições de trabalho e a uma remuneração que lhe permita viver confortável e dignamente.

Verificamos ainda nos métodos de ação da APP-Sindicato elementos que caracterizam o sindicalismo de classe média. De acordo com Boito Júnior (2004), sindicatos de classe média podem desenvolver uma luta sindical mais branda ou adotar alguma estratégia como uma forma de se diferenciar do sindicalismo operário, além de evitarem os piquetes⁷⁰, com base nos princípios do direito burguês do direito ao trabalho e do direito de ir e vir. Entre 2011 e 2018, com exceção dos anos de 2014, 2015 e 2016, nos quais ocorreram greves de maior duração, com grande adesão dos professores e funcionários, prevaleceram paralisações de apenas um dia, aulas de 30 minutos e a busca do atendimento de algumas reivindicações por meio de ações na justiça. Mesmo nos momentos mais tensos de embates com o governo do estado do Paraná, não foram comuns os piquetes, espontâneos ou estimulados pelos dirigentes sindicais, durante a realização de greves.

4.2.3 A APP-Sindicato e a Frente Neodesenvolvimentista

Nossas pesquisas nos levaram ao entendimento de que a APP-Sindicato, um sindicato filiado à CUT e à CNTE, foi uma aliada ideológica, junto com vários outros sindicatos e centrais sindicais, da frente neodesenvolvimentista, da qual

⁷⁰ Grupo de trabalhadores que busca evitar a entrada de trabalhadores que não aderiram a uma greve em seu local de trabalho.

tratamos mais detidamente em capítulos anteriores, que se tornou a base social e permitiu as conquistas políticas e eleitorais dos governos do PT.

Ideologicamente, a APP mostrou-se próxima ao PT e aos seus projetos. Embora tenha tecido duras críticas ao governo do Paraná e várias de suas políticas tenham sido apontadas como neoliberais, não há em parte alguma dos jornais analisados críticas às contradições do PT no poder, como um discurso em defesa da educação pública combinado com a adoção de índices como o IDEB, permanência de grupos empresariais dentro do Ministério da Educação, o favorecimento à criação de grandes conglomerados privados de educação superior com recursos do fundo público, ou mesmo o PRONATEC, que objetivava ampliar a formação técnica e tecnológica em nível médio e podia ser oferecido também por instituições privadas.

Nessa pesquisa, defendemos que os governos do PT governaram em benefício dos burgueses, mantendo as bases do neoliberalismo que começou a ser implantado na década anterior à sua chegada ao governo e favorecendo as atividades da burguesia interna com sua política neodesenvolvimentista. As classes populares, incluindo o movimento sindical, tiveram o papel de coadjuvantes nesse processo. No entanto, a APP-Sindicato exalta esses governos como democrático-populares. Podemos observar esse entendimento em vários de seus documentos, assim como na edição pedagógica de julho de 2013.

Na nossa avaliação, a emergência desta participação popular tem muito a ver com os dez anos do governo democrático popular, que se instaurou pós Fernando Henrique Cardoso. No bojo das conquistas como pleno emprego, de expansão do crédito, da assunção de milhões de pessoas à classe média, é que chegamos a um grau de participação ímpar na sociedade brasileira. (APP-SINDICATO, 2013, p. 2).

Em mais de uma edição do Jornal 30 de Agosto há a exaltação das gestões do PT na presidência da República do Brasil, como governos populares que melhoraram a vida de milhões de pessoas e estimularam espaços públicos democráticos de participação, favorecendo o diálogo com os movimentos sociais. É evidente, como já indicamos em capítulos anteriores, que os governos do PT, de fato, promoveram a melhora na vida de muitos brasileiros e também criaram espaços públicos de discussão, no entanto, entendemos que não podem ser qualificados como governos “democráticos-populares”. Como já apontamos, esses governos não apenas priorizaram os interesses das frações do grande capital (burguesia interna), como

abriram espaço para que seus representantes assumissem posições estratégicas em seu interior, relegando as classes populares a um papel secundário.

Na esteira do fortalecimento de empresas estatais ou de capital misto, o sindicato se posiciona a favor da manutenção da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil como instituições para o pagamento dos salários dos servidores públicos paranaenses e contra um projeto de lei⁷¹ do senador José Serra com o intuito de reduzir a participação da Petrobrás na exploração do petróleo da camada pré-sal, desobrigando-a de ter uma participação mínima de 30% em todos os poços explorados. Na pauta de reivindicações do sindicato para o ano de 2011, aprovada em assembleia, que foi apresentada na edição do Jornal 30 de Agosto do mês de abril, a APP-Sindicato coloca como um de seus objetivos de luta “manter o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como instituições para o pagamento de salários”. (APP-SINDICATO, 2011, p. 4).

Quando o governo federal lançou o programa Mais Médicos em 2013, pouco tempo depois da série de protestos que sacudiram o Brasil em junho desse mesmo ano, a APP-Sindicato se posicionou favoravelmente a essa medida.

Em 2014, foi lançada uma edição especial do 30 de Agosto⁷², no mês de outubro, voltada para a discussão da eleição do presidente da República. Nela, a entidade posicionou-se abertamente a favor de Dilma Rousseff, exaltando seu programa de governo, em detrimento de Aécio Neves.

Já no ano de 2015, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, o sindicato divulgou uma nota em oposição a Eduardo Cunha, naquela ocasião presidente da Câmara dos Deputados, e o ajuste fiscal do ministro Levy, que previa duros cortes de recursos, inclusive para programas sociais e a educação.

No período de 2016 a 2018, encontramos posicionamentos contundentes da APP-Sindicato contra o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, que ocorreu em 2016. A instituição também se opôs à prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, expressando o entendimento de que sua prisão foi ilegal e a continuidade do mesmo processo golpista que tirou Dilma do poder, facilitou a implantação de medidas de austeridade, o desmonte de empresas públicas e a perda de direitos por parte dos trabalhadores. Nas eleições de 2018, a APP-Sindicato

⁷¹ Lei 13.365/2016: revoga a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal.

⁷² Edição Especial do Jornal 30 de Agosto, de outubro de 2014.

também se posicionou publicamente e lançou outra edição do Jornal 30 de Agosto, a de outubro, a favor do então candidato à presidência da República Fernando Haddad, do PT, que disputou as eleições com Jair Bolsonaro, naquela época filiado Partido Social Liberal (PSL).

4.2.4 Estratégias de Ação, Conquistas e Derrotas

Analisando os dados que coletamos sobre as ações da APP-Sindicato, entre 2011 e 2018, distinguimos dois momentos, tanto no que se refere às estratégias adotadas, quanto aos resultados obtidos por meio delas.

Entre 2011 e 2014, período que corresponde à primeira gestão presidencial de Dilma Rousseff e ao primeiro mandato como governador do estado do Paraná de Carlos Alberto Richa, houve um acentuado crescimento da pressão da APP-Sindicato sobre o governo estadual. Nesse período, o sindicato organizou, em mais de uma ocasião, a paralisação parcial das atividades dos professores, por meio da redução da duração das aulas de 50 para 30 minutos, várias paralisações de apenas um dia, acompanhadas de atos públicos e ações na justiça. Em 2014, foi realizada uma greve, que contou com a adesão de uma parcela significativa dos professores e funcionários, que paralisaram suas atividades por 7 dias. Podemos dizer que as ações da APP-Sindicato seguiram a tendência nacional, assim como destacamos no capítulo anterior, da ampliação do número de greves, as quais tinham um caráter eminentemente ofensivo, visando à efetivação e conquista de novos direitos e benefícios. Na tabela abaixo, podemos ver que em 2013, por exemplo, ocorreram 796 greves de funcionários públicos, categoria na qual estão inclusos os professores, 108,9% a mais do que em 2012.

Tabela 1 - Total de greves nas esferas pública e privada Brasil, 2012 e 2013⁷³

Esfera	2012		2013		Taxa de crescimento (%)	Variação da participação PP
	Nº	%	Nº	%		
Esfera Pública	410	46,8	933	45,5	127,6	-1,2
Funcionalismo público	381	43,4	796	38,8	108,9	-4,6

⁷³ Essa tabela se encontra no **Balanco das Greves em 2013**, p. 2, elaborado pelo DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

Empresas estatais	29	3,3	137	6,7	372,4	3,4
Esfera privada	464	52,9	1.106	54,0	138,4	1,0
Esfera pública e privada ¹	3	0,3	11	0,5	266,7	0,2
Total	877	100	2.050	100	133,8	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

O saldo geral desse período como um todo pode ser qualificado como bastante positivo, tendo em vista que pautas significativas foram conquistadas. Dentre essas, podemos destacar o pagamento dos valores definidos na lei do Piso Salarial Profissional Nacional, a implantação e o pagamento das promoções e progressões previstas nos planos de carreira de professores e funcionários, a equiparação dos salários de professores com os salários de funcionários com formação superior de outras secretarias, 35% da carga horária dos professores como hora-atividade, dentre outras conquistas. Esses resultados positivos também acompanharam o sucesso do movimento sindical no cenário nacional, que obteve nas negociações com empregadores aumentos salariais reais, ou seja, acima da inflação, entre os anos de 2011 e 2014, de acordo com dados do **Balanco das negociações dos reajustes salariais de 2014**, elaborado pelo DIEESE⁷⁴. Na área da educação, 93,8% das negociações resultaram em aumentos reais de salário em 2014.

No decorrer de boa parte da primeira gestão de Richa, o cenário econômico nacional ainda foi bastante favorável e o governo contava com quadros com experiência na relação com os movimentos sociais. Tal é o caso do secretário de educação, Flávio Arns, que havia sido senador pelo PT, antes de se filiar ao PSDB. Embora o governo tenha resistido às demandas do sindicato, em geral, sua postura foi recuar e atendê-las em sua maioria. (FERRAZ, 2016).

Entre 2015 e 2018, o cenário muda completamente. Há um agravamento da crise econômica, o que acarreta uma dura crise fiscal. O governo federal, assim como o governo do estado do Paraná, com Richa em seu segundo mandato como governador, elaboraram e começaram a implementar rigorosas políticas de ajuste fiscal. Richa, antes mesmo de terminar o primeiro mandato, conseguiu aprovar o aumento das taxas do Departamento de Trânsito do Paraná

⁷⁴ Esse **Balanco das negociações dos reajustes salariais de 2014**, elaborado pelo DIEESE, pode ser consultado no site da instituição. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2015/estPesq75balancoReajustes2014.pdf>. Acesso em: 16 de março 2019.

(Detran-PR), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de cerca de 90 mil produtos.

O ano de 2014 terminou com o governo paranaense atrasando o pagamento do terço de férias dos professores e funcionários de escolas, o qual seria pago somente no fim de março do ano seguinte (APP-SINDICATO, 2015a)⁷⁵. De acordo com Maria José F. Ruiz, Ana Luci F. da Silva e Marci Bastião (2017), o governo também atrasou os salários de dezembro dos professores e funcionários contratados a partir de Processo Seletivo Simplificado (PSS), cujos contratos são temporários, e suspendeu o pagamento das verbas de custeio às Universidades Estaduais, referentes ao último quadrimestre de 2014.

No início de 2015, como parte da política de ajuste fiscal, o Poder Executivo paranaense enviou para a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) dois Projetos de Lei (06/2015 e 60/2015) que propunham drásticas modificações nos planos de carreiras de professores e funcionários de escolas, além da alteração do regime de previdência da PARANAPREVIDÊNCIA. Segundo as mesmas autoras citadas anteriormente, esse projeto de lei afetaria as bases do Plano de Carreira dos professores, promovendo o seu desmonte, além de liberar o acesso do governo estadual a pelo menos 8 bilhões de reais acumulados no fundo previdenciário dos servidores estaduais, como uma forma de mitigar os efeitos da crise econômica no estado do Paraná.

A APP-Sindicato passou a chamar esse conjunto de medidas de “pacotão”. A seguir, apresentamos parte dessas iniciativas do governo Richa.

[...] o governador pede carta branca para alterar Regime de Previdência Complementar, determinando que os(as) novos(as) servidores(as) não tenham mais direito à aposentaria integral – estipulando o teto máximo de R\$ 4.662,43 para aposentadoria pelo Regime INSS – e a criação de um Fundo Complementar de Pensão (de direito privado), para quem quisesse contribuir paralelamente para se aposentar em sua integralidade.

O conjunto de propostas enviadas pelo governador extingue o direito ao quinquênio, restringe os anuênios, limita o valor do vale-transporte, altera o modelo de contratação e rescisão dos PSS, acaba com as promoções e progressões, dificulta a ascensão de professores(as) e funcionários(as) na

⁷⁵ Sobre o pagamento do terço de férias em 2015, consultar a notícia **Terço de férias será pago em folha complementar no final do mês**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/terco-de-ferias-sera-pago-em-folha-complementar-no-final-do-mes/>. Acesso em: 27 de abril 2020.

carreira, exclui os níveis iniciais da tabela, entre outras alterações e retiradas de direitos [...] (APP-SINDICATO, 2015b)⁷⁶

Essas propostas de mudanças tinham realmente o potencial para dilapidar a carreira dos professores e impactar permanentemente as aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais, reduzindo os valores dos benefícios pagos e exaurindo os recursos acumulados desde a criação da PARANAPREVIDÊNCIA.

As modificações propostas nesses Projetos de Lei foram o estopim para a deflagração de duas longas greves. A primeira foi de fevereiro a março, com duração de 29 dias.

As Instituições de Ensino Superior (IES) também aderiram à greve, frente a essas medidas do governo que prejudicariam todos os servidores públicos paranaenses, além da proposta de alteração da forma de gerir a folha de pagamentos dos docentes, interferindo na autonomia das Universidades. Até mesmo servidores públicos de outras secretarias se somaram ao movimento grevista. (RUIZ; SILVA; BASTIÃO, 2017).

Durante o período de greve, professores, funcionários de escolas, servidores das Universidades e de outras secretarias permaneceram acampados em frente à ALEP e ao Palácio do Iguazu, sede do Executivo estadual. Como forma de pressão, na primeira greve, houve, inclusive, a ocupação da ALEP, para evitar a votação dos projetos. (RUIZ; SILVA; BASTIÃO, 2017).

Todas essas pressões exercidas pelos grevistas tiveram alguns resultados positivos. Os deputados planejavam votar os Projetos de Lei propostos pelo Executivo pelo regime de Comissão Geral, que permitiria que todos os projetos fossem votados rapidamente, sem a necessidade de serem discutidos nas comissões da ALEP. Não só as votações nesses moldes foram suspensas, como também foi votada uma lei que extinguiu o mecanismo da Comissão Geral. Além do mais, os projetos do “pacotão” foram retirados de pauta (RUIZ; SILVA; BASTIÃO, 2017), o que evitou as modificações propostas para os planos de carreiras de professores e funcionários da rede estadual de ensino.

⁷⁶ Sobre o “pacotão”, consultar a notícia completa **APP-Sindicato esclarece aos(as) paranaenses sobre Pacotão**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-esclarece-aosas-paranaenses-sobre-pacotaco/>. Acesso em: 2 de abril 2020.

A segunda greve durou 44 dias, indo de abril a junho. Ela foi uma reação à apresentação de outro projeto, com algumas alterações, que novamente pretendia alterar a previdência dos servidores estaduais.

Essa greve não conseguiu impedir a votação que aprovou mudanças significativas na PARANAPREVIDÊNCIA, dia 29 de abril, e que podem comprometer seriamente as aposentadorias dos servidores de todas as secretarias do estado do Paraná. Mais de 30 mil aposentados que eram pagos com os recursos do governo do estado passaram a ser remunerados com o dinheiro do fundo previdenciário. (G1, 2015). De acordo com Maria José F. Ruiz, Ana Luci F. da Silva e Marci Bastião (2017),

Algumas mudanças foram empreendidas em relação ao projeto original, mas, em essência manteve seu caráter de ilegalidade. Ilegalidade uma vez que o governo se apropriou de um recurso que, de fato e de direito, pertence aos servidores do estado do Paraná. (p. 137).

A manobra contábil apontada pelas autoras se refere ao fato de que o governo estadual passou a pagar aposentados que não haviam contribuído para a formação do fundo previdenciário da PARANAPREVIDÊNCIA, com os seus recursos.

A composição do governo Richa, em seu segundo mandato, foi bem diferente do primeiro. Numa conjuntura de agravamento da crise econômica, posições centrais do governo, como Secretaria de Fazenda e Secretaria de Educação foram assumidas por quadros técnicos ligados ao mercado e sem experiência de negociação com movimentos sociais. Outra secretaria importante, a Secretaria de Segurança Pública, foi assumida por um político conservador, o delegado da polícia federal Fernando Francischini. (FERRAZ, 2016).

Essa nova composição do governo, aliada a uma crise fiscal que dificultava o atendimento das demandas dos trabalhadores, contribuiu para que, durante a segunda greve, quando professores e os demais servidores públicos protestavam em frente à ALEP contra a aprovação do projeto que modificava a previdência estadual, no dia 29 de abril de 2015, esses fossem violentamente reprimidos pela polícia militar. (FERRAZ, 2016).

Os eventos desse dia ficaram marcados pela sua brutalidade. De acordo com Lenise Aubriff Klenk (2015, não paginado),

[...] Bombas de efeito moral, cães e balas de borracha. Quase duas horas de ação violenta contra professores em greve. Saldo: 213 feridos e 14 pessoas detidas. Imagens de professores caídos no chão, sangrando, sendo amparados pelos colegas correm rapidamente as redes sociais. Indignação, desamparo e impotência são os primeiros sentimentos a serem expressos naquele momento.

A cena não é inédita. Há quase 30 anos, a mesma praça do Centro Cívico de Curitiba foi palco para outro episódio violento contra os professores do Paraná. Em 30 de agosto de 1988 policiais militares avançavam com cavalos, cães e bombas de efeito moral contra milhares de docentes em greve, que protestavam por reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Dez pessoas ficaram feridas e cinco foram presas. [...] ⁷⁷

No trecho da reportagem fica evidente a violência com a qual os professores, que protestavam contra as alterações em sua previdência, foram tratados pela Polícia Militar. Violência essa que se soma à de 1988, quando em outra ocasião, professores em greve sofreram com as agressões da cavalaria também da Polícia Militar.

O que ocorreu no dia 29 de abril foi classificado pela APP-Sindicato como um “massacre”. Embora não tenha havido mortes, esse termo se justificaria pela desproporção das forças dos grupos que se confrontaram no Centro Cívico. Professores, estudantes e servidores de outras secretarias, desarmados, se defrontaram contra uma grande quantidade de policiais equipados com cassetetes, bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta, cachorros, balas de borracha e até um helicóptero. (RUIZ; SILVA; BASTIÃO, 2017).

Também pauta da segunda greve, a data-base requerida pela APP-Sindicato, que era de 8,17%, não se concretizou. O que acabou sendo aprovado pela ALEP foi um reajuste de 3,45%, que apenas corrigiu a inflação do ano anterior, entre os meses de maio a dezembro. (APP-SINDICATO, 2015c) ⁷⁸.

O ano de 2015 foi apenas o prenúncio do que viria nos anos seguintes. Entre 2015 e 2018, as mobilizações e greves organizadas pelo sindicato foram, em geral, de caráter defensivo, com o intuito de garantir a manutenção de direitos e benefícios e, na maioria das vezes, sem sucesso. Esse perfil das mobilizações e greves protagonizadas pela APP-Sindicato nesse período estão de acordo com o que aconteceu à maioria do movimento sindical nacional. De acordo com dados organizados pelo DIEESE, entre 2017 e 2018, em média 81,2% das greves tiveram pautas defensivas. (DIEESE, 2016; 2017; 2018).

A conjuntura em que o movimento sindical brasileiro passou a atuar, a partir de 2015, se tornou cada vez mais adversa, assim como analisamos no item 3.6 do capítulo anterior. As medidas de austeridade, iniciadas no princípio do segundo

⁷⁷ A notícia completa está disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2015/06/09/1988-2015-os-saldos-da-violencia-nas-manifestacoes-de-professores-no-parana/>. Acesso em: 9 de junho 2019.

⁷⁸ APP-SINDICATO. Jornal 30 de Agosto, julho de 2015.

mandado de Dilma Rousseff, se intensificaram após o golpe parlamentar que a tirou da presidência. Em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95 e no ano seguinte o Congresso Nacional aprovou a Lei de Terceirização e a Reforma Trabalhista. Também a legitimidade dos sindicatos passou a ser questionada no contexto da mesma onda conservadora que começou a tratar com grande descrédito os políticos e a política. Dessa forma, como indicamos anteriormente, os ganhos econômicos e benefícios que muitos trabalhadores tinham conseguido em anos anteriores, foram sendo perdidos.

No caso da APP, que, além dessa conjuntura nacional, enfrentou políticas de austeridade do governo estadual, ocorreu processo semelhante. Houve um recuo por parte do governo do estado do Paraná em vários direitos que haviam sido conquistados no período anterior. Os salários dos professores e demais servidores estaduais deixaram de ser corrigidos; não foram abertas mais oportunidades para que os professores fossem liberados de atividades em sala de aula para se dedicar à sua formação em mestrados ou doutorados; o percentual de hora-atividade dos professores foi reduzido em 10%, chegando a 25% da carga horária de trabalho, a partir de 2017, diminuindo a demanda por profissionais, já que os professores precisaram assumir mais aulas; professores com contratos temporários passaram a receber salários menores do que os recebidos por professores concursados em início de carreira, no ano de 2018; dentre outras mudanças significativas. De acordo com a APP-Sindicato,

No dia 15 de dezembro de 2017, o governo do Estado publicou o edital 72/2017 que dispunha sobre contratação dos(as) professores(as) pelo regime PSS para o ano letivo de 2018. Na época, a APP-Sindicato observou e, imediatamente, notificou a Secretaria de Estado de Educação (Seed) sobre uma irregularidade grave no edital: a redução dos salários desses profissionais.

O edital previa que a cada 20 horas trabalhadas, o(a) professor(a) receberia R\$ 1226,73 e não R\$ 1415,78 conforme os editais anteriores. Um corte de R\$ 189,05 por mês nos salários. (APP-SINDICATO, 2019)⁷⁹

Essa redução salarial, de cerca de 13%, aplicada aos professores com contratos temporários e já com os menores ganhos da tabela salarial dos professores da rede estadual comprometeu as condições de sobrevivência desses profissionais.

⁷⁹ APP-SINDICATO. **APP-Sindicato ganha ação contra redução de salários de professores PSS.** Curitiba, 2019. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-ganha-acao-contra-reducao-de-salarios-de-professores-pss/>. Acesso em: 20 de outubro 2019.

Com relação à Reforma Trabalhista e à Lei de Terceirização, não constatamos em nossas análises, pelo menos no recorte temporal dessa pesquisa, grandes impactos sobre as atividades da APP-Sindicato. Muitos sindicatos têm sido impactados em suas formas de financiamento, devido ao fim da obrigatoriedade do imposto sindical, no entanto, como já destacamos, a APP-Sindicato nunca contou com os recursos desse imposto. Também no período em análise, não identificamos iniciativas de terceirização na área da educação. No entanto, o governo estadual atual, de Ratinho Júnior, iniciado em 2019, conseguiu aprovar um projeto que extinguiu e permitiu a terceirização de mais de 50 cargos e funções públicas, a maior parte deles na educação básica (Agentes I e II), saúde e nas universidades. (APP-SINDICATO, 2020a)⁸⁰. Além disso, seu governo criou empecilhos para o financiamento da APP-Sindicato, ao obrigar os sindicalizados a fazerem uma nova confirmação de que querem a cobrança da mensalidade sindical em sua folha de pagamento, para que ela continue ocorrendo. (APP-SINDICATO, 2020b)⁸¹.

⁸⁰ APP-SINDICATO. **5 anos depois, Ratinho e deputados(as) aprovam novo “massacre” contra os(as) servidores(as)**. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/5-anos-depois-ratinho-e-deputados-as-aprovam-novo-massacre-contra-os-as-servidores-as/>. Acesso em: 29 de abril 2020.

⁸¹ APP-SINDICATO. **Garanta seus direitos, garanta sua sindicalização**. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/garanta-seus-direitos-garanta-sua-sindicalizacao/>. Acesso em: 18 de maio 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos essa pesquisa nos colocando os seguintes questionamentos: de que maneira a APP-Sindicato desenvolveu suas atividades na representação e mobilização dos docentes e demais trabalhadores da educação básica paranaense entre 2011 e 2018? É possível dizer que, pelo menos até 2016, ela atuou como aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista que serviu como base de apoio às gestões petistas? Também levantamos perguntas sobre como esse sindicato passou a se organizar, definir suas estratégias, pautas e métodos de ação depois que essa frente neodesenvolvimentista deixou de existir e passou a ser imposto um ultraliberalismo, no período que sucedeu o processo golpista que destituiu Dilma Rousseff da presidência.

Nossa hipótese era de que essa entidade estadual havia se posicionado como aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista formada durante as gestões petistas e que serviu de esteio ao Partido dos Trabalhadores, enquanto esse esteve na presidência da República. Essa postura favorável ao governo acabou impondo limites a sua atuação devido aos interesses dos grupos empresariais que também compunham essa frente. Também entendíamos que, assim como havia ocorrido com o movimento sindical em âmbito nacional, as ações da APP-Sindicato tinham sido marcadas por greves e mobilizações mais defensivas, visando a manutenção de direitos e benefícios, sem muito sucesso em seus intuitos, entre 2015 e 2018. Isso estaria relacionado às políticas de austeridade do início do segundo mandato de Dilma Rousseff, a intensificação da crise econômica e ao ultraliberalismo imposto após o golpe que levou Temer à presidência do Brasil.

Nosso objetivo geral foi investigar a fundamentação ideológica que deu suporte às ações, organização e às orientações da APP-Sindicato entre 2011 e 2018, considerando os limites e potencialidades de seu sindicalismo de classe média, na busca de possíveis evidências de sua atuação como aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista formada durante os governos do PT. Além disso, pretendíamos investigar os efeitos que tiveram sobre a sua atuação o contexto de ultraliberalismo delineado após a deposição de Dilma Rousseff, em 2016.

Com esse objetivo geral em perspectiva, estabelecemos vários objetivos específicos, cujos resultados alcançados apresentamos ao longo dos capítulos dessa dissertação.

No capítulo 2, analisamos o contexto da crise estrutural do capitalismo do início dos anos 1970, associada à superprodução e redução das taxas de lucros. Vimos que as políticas neoliberais foram criadas como uma resposta a essa crise, trazendo medidas duras contra a população, já que defendiam a redução do papel do Estado na economia e na sociedade, privatizações de empresas e serviços públicos, desregulamentação da legislação trabalhista, além de outras medidas que visaram dismantelar o Estado de bem-estar social. Também buscamos compreender quando e a forma como essas políticas chegaram e se desenvolveram no Brasil, passando pelos governos dos anos 1990 e das duas primeiras décadas dos anos 2000. A esse respeito, constatamos que, desde os anos 1990, o neoliberalismo tem avançado incessantemente no Brasil. Embora possamos dizer que nas gestões do PT na presidência da República, mesmo com a manutenção das bases do neoliberalismo, foi implementado o neodesenvolvimentismo, que favoreceu a burguesia interna e foi acompanhado de uma série de medidas focais de grande impacto social, tais como ampliação do salário mínimo, Bolsa Família, PROUNI, FIES, estímulo à agricultura familiar, etc. Nesse contexto, associada à burguesia interna foi constituída uma frente neodesenvolvimentista, na qual estavam presentes boa parte do sindicalismo brasileiro, a baixa classe média, parte considerável dos trabalhadores da massa marginal e uma fração do movimento camponês, que foram favorecidos de alguma forma por essas políticas focais. Essa frente garantiu uma base social às gestões petistas e permitiu seus sucessos eleitorais.

Ainda investigamos o impacto que o neoliberalismo teve sobre o setor educacional e, conseqüentemente, sobre as condições de trabalho dos professores. Sobre esse tema, concluímos que as políticas neoliberais têm sido implantadas continuamente na educação brasileira desde os anos 1990. Leis que implementaram as OSCIPS, OSs e a PPPs, dentre outras iniciativas, abriram a possibilidade para que empresas privadas pudessem oferecer serviços públicos bancados com recursos públicos, o que aconteceu no caso do PRONATEC, por exemplo. Na educação superior, apesar de ter havido a ampliação dos investimentos nas instituições públicas, ocorreu um acentuado processo de “mercantilização”, com o crescimento da rede privada, favorecido pelos recursos dos fundos público via FIES e PROUNI. E, muito embora o discurso dominante seja de valorização do trabalho docente, algo que se encontra presente em documentos de instituições internacionais e em documentos nacionais que têm orientado as políticas educacionais brasileiras desde o início da

década de 1990, na prática, o que temos visto é a contínua precarização do trabalho docente, com a ampliação da carga de trabalho, flexibilização das regras para contratação, ampliação dos contratos de trabalho temporários etc.

Já no capítulo 3, nos enveredamos pelo estudo do movimento sindical brasileiro, voltando à estrutura sindical criada nos anos 1930 sob o governo de Getúlio Vargas, um sindicalismo atrelado ao Estado, passando pelo período democrático entre 1945 e 1964 e pela ditadura militar, de 1964 a 1985. A regulamentação e organização da atividade sindical brasileira ocorrida no governo Vargas impôs-lhe grandes limites, cerceando a sua organização de forma autônoma e livre frente ao Estado. Essa limitação pode ser vista na necessidade de um registro legal para os sindicatos junto ao Ministério do Trabalho, no imposto sindical, cuja obrigatoriedade foi revogada pela reforma trabalhista de 2017, na tutela da Justiça do Trabalho sobre a atividade sindical, etc.

No final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, o Brasil viveu um expressivo ciclo de greves, iniciado em 1978, com os metalúrgicos do ABC paulista, no contexto da crise e fim da ditadura militar iniciada em 1964. O sindicalismo desse período, bastante combativo e crítico à estrutura sindical de Estado, ficou conhecido como novo sindicalismo. Defendia a liberdade do movimento sindical diante do Estado, questionando, por exemplo, o imposto sindical e a necessidade de os sindicatos serem registrados no Ministério do Trabalho, tinha uma postura classista, em defesa da classe trabalhadora e até mesmo a luta por uma sociedade socialista. As centrais sindicais, instituições intersindicais e organizadas por fora da estrutura sindical oficial, foram criadas nesse momento. Dentre elas, podemos citar a CUT, fundada em 1983. O sindicalismo de classe média, no qual estão incluídos os professores da rede pública de educação básica e os demais funcionários públicos, também foi bastante atuante nesse período, apesar de a legislação brasileira, antes da Constituição de 1988, não permitir a organização do funcionalismo público em sindicatos.

Também abordamos as mudanças ocorridas nas perspectivas do sindicalismo brasileiro diante das reformas neoliberais iniciadas nos anos 1990. As políticas neoliberais impuseram uma série de obstáculos ao movimento sindical, a partir da desregulamentação da economia, abertura comercial, redução das despesas com serviços públicos, privatização de empresas estatais, flexibilização da legislação trabalhista, etc. Uma acentuada precarização das relações de trabalho, com o

aumento da informalidade, desemprego, terceirização e subemprego levou a uma reelaboração das pautas reivindicativas e das ações dos sindicatos. O movimento sindical tornou-se mais moderado, propositivo e aberto à negociação como alternativa às greves. A CUT, assim como a maioria do movimento sindical, foi abandonando sua posição inicial mais aguerrida, classista e voltada para a mudança do modelo de sociedade vigente, e assumindo uma postura de defesa da cidadania, com o combate ao desemprego, terceirização, programas de qualificação profissional etc. Com essa mudança de rumo, a CUT se aproximou em seus objetivos e estratégias da Força Sindical, central sindical criada em 1991 e que, desde o início, defendeu as reformas neoliberais. Outra característica marcante do período foi que os sindicatos passaram a atuar cada mais na esfera institucional, como é o caso dos conselhos de gestão, a exemplo do CODEFAT.

Durante as gestões petistas na presidência da República, a maior parte da cúpula do sindicalismo brasileiro, incluindo centrais sindicais como a CUT e a Força Sindical, atuou de forma próxima ao governo, compondo a frente neodesenvolvimentista que lhe dava respaldo social. A postura moderada, propositiva e mais aberta à negociação se acentuou, assim como a atuação pelas vias institucionais. Muitos quadros oriundos do movimento sindical passaram a compor conselhos de empresas estatais e empresas privatizadas, cargos na administração federal e ministérios. As centrais sindicais, que foram criadas paralelamente à estrutura sindical de Estado e que o criticava, foram legalizadas e passaram a contar com os recursos do imposto sindical. Parte do movimento sindical, no entanto, como foi o caso da CONLUTAS e do ANDES, por exemplo, rompeu com a CUT, no contexto de insatisfação gerado pela reforma da previdência de 2003 e do escândalo do “mensalão”, e se colocou na oposição aos governos do PT. Apesar da moderação política da maioria das centrais sindicais, o contexto gerado pelo neodesenvolvimentismo, com o crescimento dos empregos formais, criou um cenário propício para o aumento das greves, a maioria de caráter ofensivo, objetivando novas conquistas e alcançando sucesso na maioria dos casos.

Com relação ao sindicalismo docente, podemos dizer que este seguiu as principais tendências e características do sindicalismo brasileiro como um todo. Embora tenham se manifestado e protagonizado greves em períodos anteriores, foi no final dos anos 1970 e durante os anos 1980 que as associações de professores lideraram grandes greves de docentes e funcionários de escola, juntamente com o

que ocorria com outras categorias profissionais, na esteira do novo sindicalismo. A partir dos anos 1990, com as políticas neoliberais e reforma do Estado, o movimento sindical docente também se tornou mais moderado e passou a se fazer bastante presente nos Conselhos de Educação, Conselhos de Alimentação Escolar, dentre outras instâncias institucionais de definição de políticas públicas. Durante as gestões petistas, as pautas dos sindicatos docentes, representados pela CNTE, ganharam mais força nas definições das políticas educacionais nacionais, com a conquista do PSPN, por exemplo, mas não puderam evitar o progresso de propostas neoliberais na educação, como ocorreu com o IDEB e o PDE. Apesar de a CNTE ter atuado predominantemente nas instâncias institucionais, os sindicatos a ela filiados organizaram várias greves nos municípios e estados durante esse período, muitas delas visando a implementação do PSPN. A APP-Sindicato foi uma das instituições que pressionaram o governo estadual nessa direção. O sindicalismo docente, ainda que não exclusivamente, ao passo que se consolidou, o fez próximo ao PT e à CUT. Quando ocorreu a ruptura no interior da CUT, devido à reforma da previdência de 2003 e do “mensalão”, ou mesmo por causa da abertura de novas centrais sindicais, depois que elas passaram a ter direito ao imposto sindical, também houve mudanças no sindicalismo docente⁸², no entanto, a maioria dos sindicatos docentes continuou filiado à CUT, a exemplo da APP-Sindicato.

Analisamos ainda o cenário de ultraliberalismo imposto ao sindicalismo brasileiro após o golpe de 2016. A frente neodesenvolvimentista foi desfeita, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95 e a Reforma Trabalhista. A implantação de medidas de austeridade e a crise econômica inviabilizaram a geração de empregos formais. Essa nova conjuntura enfraqueceu os sindicatos e os trabalhadores sindicalizados começaram a ver seus ganhos econômicos conquistados até aquele momento entrar em declínio. As greves passaram a ter pautas reivindicativas predominantemente defensivas, ou seja, visando a manutenção de direitos já conquistados.

O quarto capítulo foi dedicado exclusivamente à análise de nosso objeto de estudo, com a finalidade de buscar respostas para o problema que havíamos nos colocado no início da pesquisa. Nele apresentamos, a princípio, as características básicas da APP-Sindicato. Essa entidade representa os professores, os funcionários

⁸² O SEPE – RJ, por exemplo, se desligou da CUT e da CNTE.

administrativos e os agentes de apoio da rede estadual de ensino e de algumas redes municipais. É mantida com os recursos advindos das contribuições voluntárias de seus sindicalizados, mantendo-se relativamente autônoma. Sua origem remonta à APP, criada em 1947. Foi atuante no contexto dos movimentos grevistas do final dos anos 1970 e anos 1980 e foi regularizada como sindicato em 1988, com a possibilidade aberta pela constituição aprovada nesse mesmo ano. É filiada à CNTE e à CUT. Teve presença marcante também nos anos 1990, organizando a mobilização dos trabalhadores em educação paranaenses contra as medidas neoliberais do governo estadual, e na primeira década dos anos 2000, quando os professores conquistaram seu plano de carreira, cargos e salários. Na sequência, passamos aos resultados das análises dos documentos que coletamos.

Como um sindicato de classe média, várias de suas pautas reivindicativas estão permeadas pela ideologia meritocrática. A esse respeito, apontamos vários exemplos, como a luta por um sistema de saúde exclusivo para os servidores públicos ou a busca de melhores salários e condições de trabalho adequados como compensação pelos méritos da profissão e não apenas porque todos os trabalhadores devem ter iguais direitos a boas condições de trabalho e salário.

Consideramos, a partir de várias evidências apresentadas no desenvolvimento do capítulo, que a APP-Sindicato se colocou como aliada ideológica da frente neodesenvolvimentista criada durante as gestões petistas, em seu apoio. De forma geral, posicionou-se de forma favorável ao governo federal, mostrando-se ideologicamente próxima ao PT e seus projetos. Essa postura, no entanto, limitou suas possibilidades de ação, impedindo enfrentamentos mais duros a políticas que tem contribuído para a mercantilização da educação e a precarização do trabalho docente.

Durante a primeira gestão Richa, de 2011 a 2014, período equivalente também ao primeiro mandato de Dilma Rousseff como presidente, a APP-Sindicato mobilizou intensamente os trabalhadores em educação do Paraná, seguindo a tendência nacional do maior número de greves, a maioria ofensivas, com o objetivo de obter maiores conquistas e benefícios. O saldo geral desse período foi bastante positivo e foram obtidas conquistas significativas nas condições de trabalho e salário de professores e funcionários de escolas. Já na fase seguinte, de 2015 a 2018, as medidas de austeridade do início do segundo mandato de Dilma Rousseff, o

agravamento da crise econômica e o ultraliberalismo do período posterior à sua destituição da presidência do Brasil, com o consequente desmantelamento da frente neodesenvolvimentista, geraram uma conjuntura que, aliada às políticas de ajuste fiscal do estado do Paraná, com Richa em seu segundo mandato, dificultaram as ações da APP-Sindicato. Entre 2015 e 2018, suas principais mobilizações e greves foram de natureza defensiva, para evitar a perda de direitos e benefícios, sem êxito em boa parte das vezes.

Novas pesquisas poderiam se enveredar pela análise das perspectivas da base de sindicalizados da entidade a respeito dos posicionamentos políticos de sua direção, das lutas travadas nos últimos anos, dos objetivos de luta escolhidos e de suas conquistas e derrotas, o que nos permitiria uma visão mais ampla não apenas das movimentações da APP-Sindicato como também de suas relações com essa base e da forma como essa base a concebe, refletindo ou não em maior ou menor engajamento na luta sindical.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. O Enigma do Neodesenvolvimentismo no Brasil. *In: Trabalho e neodesenvolvimento: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Canal 6, 2014. p. 127-148.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer. *In: ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo L. C. Dimensões da crise estrutural do capital. *In: Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 31-36.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A (Des)construção do Trabalho no Brasil do Século XXI. *In: O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 271-287.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o novo sindicalismo? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. *In: O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 179-190.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *In: ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 191-214.

APP-SINDICATO. **5 anos depois, Ratinho e deputados(as) aprovam novo “massacre” contra os(as) servidores(as)**. Curitiba, 1 mai. 2020a. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/5-anos-depois-ratinho-e-deputados-as-aprovam-novo-massacre-contr-osas-servidores-as/>. Acesso em: 29 de abril 2020.

APP-SINDICATO. **APP-Sindicato esclarece aos(às) paranaenses sobre Pacote**. Curitiba, 12 fev. 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-esclarece-aos-as-paranaenses-sobre-pacotaco/>. Acesso em: 2 de abril 2020.

APP-SINDICATO. **APP-Sindicato ganha ação contra redução de salários de professores PSS**. Curitiba, 25 set. 2019. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-ganha-acao-contra-reducao-de-salarios-de-professores-pss/>. Acesso em: 20 de outubro 2019.

APP-SINDICATO. **Estatuto da APP-Sindicato**. Curitiba, 2017.

APP-SINDICATO. **Garanta seus direitos, garanta sua sindicalização**. Curitiba, 10 mar. 2020b. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/garanta-seus-direitos-garanta-sua-sindicalizacao/>. Acesso em: 18 de maio 2020.

APP-SINDICATO. **Mural da Educação**. Curitiba, fevereiro, 2009.

APP-SINDICATO. **Histórico da APP-Sindicato**. Curitiba. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 26 de julho 2020.

APP-SINDICATO. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2011.

APP-SINDICATO. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2012.

APP-SINDICATO. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2013.

APP-SINDICATO. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2014.

APP-SINDICATO. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2015.

APP-SINDICATO. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2016.

APP-SINDICATO. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2017.

APP-SINDICATO. **Jornal 30 de agosto**. Janeiro a dezembro de 2018.

APP-SINDICATO. **Nota Oficial da APP-Sindicato Contra a BNCC do Ensino Médio**. Curitiba, 2 ago. 2018. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/contra-a-destruicao-da-educacao-nao-a-reforma-do-ensino-medio-e-a-bncc/>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

APP-SINDICATO. **Qual o valor da contribuição sindical?** Curitiba. Disponível em: https://appsindicato.org.br/valor_contribuicao/. Acesso em: 13 de maio 2020.

APP-SINDICATO. **Relatório de Atividades Políticas e Sindicais**, 2011.

APP-SINDICATO. **Relatório de Atividades Políticas e Sindicais**, 2012.

APP-SINDICATO. **Relatório de Atividades Políticas e Sindicais**, 2013.

APP-SINDICATO. **Relatório de Atividades Políticas e Sindicais**, 2014.

APP-SINDICATO. **Relatório de Atividades Políticas e Sindicais**, 2015.

APP-SINDICATO. **Relatório de Atividades Políticas e Sindicais**, 2016.

APP-SINDICATO. **Relatório de Atividades Políticas e Sindicais**, 2017.

APP-SINDICATO. **Relatório de Atividades Políticas e Sindicais**, 2018.

APP-SINDICATO. **Terço de férias será pago em folha complementar no final do mês.** Curitiba, 19 mar. 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/terco-de-ferias-sera-pago-em-folha-complementar-no-final-do-mes/>. Acesso em: 27 de abril 2020.

ARAÚJO, Ângela M. Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. *In*: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRUDI, Maria A.; FERRAZ, Marcos. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 29-59.

ARELARO, Lisete. Ousar e resistir em tempos contraditórios: A disputa de projetos educacionais. *In*: LOMBRADI, José Claudinei (org). **Crise capitalista e educação brasileira.** Uberlândia. MG. Navegando Publicações, 2016. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/copia-temasem-educacao-1>. Acesso em: 10 set. 2017.

BASTOS, Pedro P. Z. Por que o impeachment é um golpe? **Carta Maior.** 15 abr. 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Por-que-o-impeachment-e-um-golpe-/4/35965>. Acesso em: 27 de maio 2020.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana.** São Paulo: Cortez, 2004.

BOITO JÚNIOR, Armando. A crise do neodesenvolvimentismo e do governo Dilma Rousseff. *In*: BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT.** Campinas: Editora da Unicamp/ São Paulo: Editora da Unesp, 2018. p. 265-287.

BOITO JÚNIOR, Armando. Classe Média e Sindicalismo. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/186/207>. Acesso em: 1 mar. 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil.** *In*: BOITO JÚNIOR, Armando. O sindicalismo na política brasileira. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. p. 47-78.

BOITO JÚNIOR, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. "Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000". **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO) ano X, 2009, n. 26, outubro. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/05boito.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BOITO JÚNIOR, Armando; GALVÃO, Andreia; MARCELINO, Paula. O neodesenvolvimentismo e a recuperação do movimento sindical brasileiro. *In*: BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT.** Campinas: Editora da Unicamp/ São Paulo: Editora da Unesp, 2018. p. 183-207.

BOITO JÚNIOR, Armando; SAAD-FILHO, Alfredo. Estado, instituições estatais e poder político no Brasil. *In*: GENTILI, P.; ARATA, N. **Latin American Perspectives en español y portugués 1**: buscando alternativas políticas y económicas. Buenos Aires: CLACSO ; Riverside: Latin American Perspectives, 2017.p. 191-212.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746**, de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 22 nov. 2018.

CARVALHO, Elma Júlia G. de; WONSIK, Ester Cristiane. Políticas educacionais atuais: valorização ou precarização do trabalho docente. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Itajaí, v. 15, n. 3, p. 373-393, set-dez. 2015. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/5850/4643>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CAVALCANTE, Sávio. **Classes médias e modo de produção capitalista**: um estudo a partir do debate marxista. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DIEESE. Balanço das Greves em 2013. **Estudos e Pesquisas**, n. 79, dez. 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2014. **Estudos e Pesquisas**, n. 75, mar. 2015. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2015/estPesq75balancoReajustes2014.pdf>. Acesso em: 16 de março 2019.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M. de; RODRIGUES, D. S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p. 51-71.

FERRAZ, Marcos A. dos Santos. 29 de abril: sindicalismo docente, regulação social e violência estatal. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS, 2016, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016. p. 1-15. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo4_MARCOS-ALEXANDRE-DOS-SANTOS-FERRAZ.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

FERRAZ, Marcos A. dos Santos; GOUVEIA, Andréa B. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013.

FERRAZ, Marcos; GINDIN, Julián. Sindicalismo docente no governo Lula: desafios de protagonismo e fragmentação. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRUDI, Maria A.; FERRAZ, Marcos. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 283-303.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura e a proletarização dos professores. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, pp. 179-206.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.** Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr-jun. 2012.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, 32, pp. 107-126, 2011.

GALVÃO, Andréia et. al. Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269,

Mai./Ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30691>. Acesso em: 15 mai. 2020.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. O sindicalismo brasileiro diante do Golpe. *In*: COUTINHO, Sayonara G. et. al. **Reformas institucionais de austeridade, democracia e relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2018. p. 85-96.

GASPAR, Ronaldo F.; FERNANDES, Tania da Costa. Mercantilização e Oligopolização no Ensino Superior Privado. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 651-672, jul./set. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 20 mai. 2020.

GAWRYSZEWSKI, B. MOTTA; VÂNIA C. da; PUTZKE, C. K. Gestão privada de escolas públicas da Educação Básica: um novo mercado sob a tutela do Estado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, set./dez. 2017.

GENTILI, P.; OLIVEIRA, Dalila A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. *In*: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 253-263.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINDIN, Julián. **Por nós mesmos: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México** / Julián José Gindin. 2011. 300f. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2012/10/Julian-Jose-Gindin.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro 2018.

GINDIN, Julián. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602013000200006. Acesso em: 28 de fevereiro 2018.

GOUVEIA, Andreia B; FERRAZ, Marcos A. dos S. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a08.pdf>. Acesso em: 10 de setembro 2017.

GROPPO, Luís. A. Das origens ao colapso do Estado de bem-estar: uma recapitulação desmistificadora. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 20, p. 68 - 75, dez. 2005. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4845/art07_20.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

GROPPO, L. A; MARTINS, M. F. Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **RBPAE**, v.24, n.2, p. 215-233, mai./ago. 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JUSTI, Adriana. Professores e polícia entram em confronto durante votação na Alep. **G1 Paraná**, Curitiba, 29 abr. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/04/professores-entram-em-confronto-com-pm-durante-votacao-na-alep.html>. Acesso em: 23 out. 2019.

KATZ, Claudio. **Novas tecnologias**: crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.

KLENK, Lenise Aubrift. 1988-2015: os saldos da violência nas manifestações de professores no Paraná. **Educação**, Curitiba, jun. 2015. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2015/06/09/1988-2015-os-saldos-da-violencia-nas-manifestacoes-de-professores-no-parana/>. Acesso em: 9 de junho 2019.

KOFLER, Leo. **História e Dialética**: estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Brasiliense, 2008.

LAIBIDA, Daiane Carnelos R. As políticas públicas de Roberto Requião: uma agenda neoliberal ou social democrata? **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v.5, n.1, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/67665/38801>. Acesso em: 17 de julho 2020.

LAVAL, Christian. A grande onda neoliberal. *In: A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta, 2004. p. 89-108.

MACHADO, Eliel. Notas para uma tipologia classista dos “movimentos sociais”. **Crítica Marxista**, n. 46, p. 83-101, 2018.

MARONEZE, L. F. Z.; LARA, Ângela M. B. A Política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de Estado. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE, 9; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3*. Curitiba. Anais [...] Curitiba: Pontifícia Universidade Católica, 2009, p. 3279-3293.

MARONEZE, L. F. Z.; LARA, Ângela M. B. A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação básica do Paraná (1995-2002). *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2011*. Maringá. Anais [...]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011. p. 1-18. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/3/057.pdf. Acesso em: 15 de abril 2020.

MELLO, M. P de. FALLEIROS, I. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. *In: NEVES, L. M. W. A nova Pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-205.

MELO, Savana Diniz Gomes; SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de; AUGUSTO, Maria Helena. Conflito na Educação: Resistência e Organização Sindical dos docentes da

Educação Básica Brasil. In: X JORNADAS DE SOCIOLOGÍA. FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES, UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, Buenos Aires, 2013. Disponível em: <http://www.academica.org/000-038/576>. Acesso em: 15 jul. 2017.

MELO, A. A. S.; SOUSA, F. B. A Agenda do mercado e a Educação no Governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, ago. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619>. Acesso em: 10 set. 2017.

MELO, Adriana. Educação Brasileira e estratégias de sobrevivência do capitalismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 20-30, jun. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9401>. Acesso em: 1 e nov. 2017.

MINAYO, Maria C. de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set-dez. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jan. 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

POULANTZAS, Nicos. "O bloco no poder". In: POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977, pp. 224-247.

RUIZ, Maria José F; SILVA, Ana Luci F. da; BASTIÃO, Marci. A democratização da educação pública em tempos de ajuste fiscal. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 132-141, abr. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/16565>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SAES, Décio A. M. de. A ideologia docente em A reprodução, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. **Educação e Linguagem**, n. 16, p. 106-125, jul-dez. 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/129>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SAES, Décio. A política Neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: SAES, Décio. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001. p.81-91.

SAES, Décio. O conceito de Estado Burguês. In: SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. p.15-50.

SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. **SEED em Números**, Paraná. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00867.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3251>. Acesso em: 8 jul. 2020.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. O sindicalismo brasileiro em disputa nos anos de 1990: origem, raízes sociais e adesão ativa da Força Sindical ao neoliberalismo. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.26, p.79-102, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1317>. Acesso em: 1 ago. 2020.